

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUANA CAROLINA DOS SANTOS

**CPI do Ipês e do Ibad (1963): a articulação da direita nas eleições de
1962 no Brasil**

MARINGÁ
2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUANA CAROLINA DOS SANTOS

**CPI do Ipês e do Ibad (1963): a articulação da direita nas eleições de
1962 no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: João Fábio Bertonha.

MARINGÁ
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação
(CIP)(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR,
Brasil)

S237c	<p>Santos, Luana</p> <p>CPI do Ipês e do Ibad (1963) : a articulação da direita nas eleições de 1962 no Brasil / Luana Santos. -- Maringá, PR, 2022.</p> <p>126 f.: il. color., figs., tabs.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.</p> <p>CDD 23.ed. 981.062</p>
-------	---

LUANA CAROLINA DOS SANTOS

CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963): A ARTICULAÇÃO DA DIREITA NAS ELEIÇÕES DE 1962 NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade estadual de Maringá, como requisito para a obtenção de título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. João Fábio Bertonha



Documento assinado digitalmente

Sidnei Jose Munhoz

Data: 08/11/2022 16:09:33-0300

CPF: ***.629.118-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz



Documento assinado digitalmente

Alexandre Busko Valim

Data: 08/11/2022 19:53:15-0300

CPF: ***.022.689-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Alexandre Busko Valim

AGRADECIMENTOS

Ingressar na pesquisa em História foi o maior desafio que escolhi ainda em 2016, quando entrei na graduação e no Laboratório de História do Tempo Presente (LabTempo). Em tempos em que a pesquisa foi cada ano sendo mais atacada, em conjunto com a educação no nosso país, foi desgastante. Por vezes, desistir pareceu o único caminho palpável. Conseguir terminar este texto é, antes de tudo, um jeito de dizer a todas as instituições e desgovernos que, independentemente dos ataques, continuaremos. Esta pesquisa, portanto, apenas foi possível graças a todos e todas aqueles/aquelas que me apoiaram. Agradeço primeiramente à Universidade Estadual de Maringá, que desde o primeiro dia de aula me mostrou como conhecer o mundo com os meus olhos e a defender a educação pública de qualidade. Por isso, destaco os meus sinceros agradecimentos ao corpo docente que fez parte da minha trajetória acadêmica. Em especial, ao meu orientador, João Fábio Bertonha, que teve paciência e muito me auxiliou na escrita desta dissertação. Agradeço muito a banca por aceitar fazer parte deste trabalho, e ao Prof. Sidnei Munhoz por ter, primeiro, me apresentado a pesquisa com toda a sua simpatia única, ter sido sua orientanda foi uma honra.

Para além disso, agradeço copiosamente a mulher que escolhi para estar ao meu lado como minha noiva e futura – atual – esposa, Daysi! Ter alguém que eu amo e me ama ao meu lado em tempos tão difíceis foi o combustível necessário para que eu não desistisse. Obrigada, meu amor, por ouvir meus lamentos, cansaços e sonhos. Agradeço também ao Francisco, que foi muito mais que o profissional que eu escolhi para corrigir meu trabalho. Obrigada amigo por ter sido tão especial nesse processo, pelos áudios dizendo que ia dar tudo certo e pela correção impecável que você fez, devo muito deste texto a você.

Quero agradecer também meus amigos e amigas que sempre acreditaram em mim e fizeram da minha autoestima acadêmica um compromisso pessoal. Obrigada aos amigos da graduação e principalmente Érica, Alana, Tainara e Murilo por estarem comigo de um jeito que só vocês sabem. Por fim, agradeço a minha família por todo o apoio e orgulho que sempre tiveram de mim, aos meus pais, a filha de vocês fez uma dissertação!!! E diretamente a minha irmã, Mariana, sua tata vai ser mestre! Espero que a pesquisa volte a ser prioridade e que haja um próximo governo que possibilite um contexto de sobrevivência para aqueles que se arriscam na árdua atividade de ensinar e ser ensinado. Que possamos ser professoras e professores!

SANTOS, L. C. dos. *CPI do Ipês e do Ibad (1963): a articulação da direita nas eleições de 1962 no Brasil*. 2022. 127f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, 2022.

RESUMO

Em outubro de 1962 aconteciam no Brasil eleições gerais para o Legislativo em vinte e dois estados. Durante esta campanha eleitoral, dois novos atores políticos se destacaram: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Durante as eleições, jornalistas e políticos denunciaram que as ações destes institutos se davam de modo ilícito. As acusações possibilitaram a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1963 para investigar os institutos. O objetivo desta CPI era apurar se os investimentos em campanhas eleitorais desempenhados pelo Complexo Ipês/Ibad haviam sido corruptos ou não. Durante oito meses, políticos colheram depoimentos e documentos em um processo marcado por polêmicas e disputas internas no Congresso Nacional. Esta dissertação irá destacar o contexto polarizado marcante de 1962 e 1963 a partir da análise da CPI. Em acréscimo, pontuar como a imprensa se relacionou com a CPI noticiando sobre o processo e sendo pauta de investigação. Desta forma, contribuindo para a História Política do golpe civil-militar de 1964 a partir da articulação golpista do Complexo Ipês/Ibad.

Palavras-chave: Eleições gerais de 1962; Complexo Ipês/Ibad, Comissão Parlamentar de Inquérito.

SANTOS, L. C. dos. *CPI of Ipês and Ibad (1963): right-wing's articulation in Brazilian 1962 elections*. 2022. 127f. Thesis (Masters). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, 2022.

ABSTRACT

In October 1962, the general Legislative elections took place in Brazil in twenty-two states. During this election campaign, two new political actors stood out: the Institute for Research and Social Studies (Ipês) and the Brazilian Institute for Democratic Action (Ibad). During the elections, journalists and politicians denounced that the actions of these institutes were carried out illegally. The accusations enabled the opening of a Parliamentary Commission of Inquiry (CPI) in 1963 to investigate the institutes. The objective of this CPI was to determine whether the investments in electoral campaigns carried out by the Ipês/Ibad Complex had been corrupt or not. For eight months, politicians collected testimonies and documents in a process marked by controversies and internal disputes at the National Congress. This thesis will highlight the memorable polarized context of 1962 and 1963 from the analysis of the CPI. In addition, it will point out how the press related to the CPI reporting on the process and being the subject of investigation. Thus, contributing to the Political History of the 1964 civil-military putsch from the fraudster joint of the Ipês/Ibad Complex.

Keywords: 1962 General Elections; Ipês/Ibad Complex; Parliamentary Commission of Inquiry.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1: O CONTEXTO DE FORMAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO IPÊS E DO IBAD	16
1.1 O CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL 1960-1964	16
1.2 ARTICULAÇÃO DA DIREITA EMPRESARIAL BRASILEIRA: O COMPLEXO IPÊS/IBAD (1960-1964)	21
1.3 ELEIÇÕES DE 1962: POLARIZAÇÃO POLÍTICA E ANTICOMUNISMO ..	25
1.3.1 <i>Eleições de 1962: Pernambuco</i>	30
1.3.2 <i>Eleições de 1962: Guanabara</i>	34
1.3.3 <i>Eleições de 1962: Bahia</i>	35
1.4 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS.....	37
1.5 ABERTURA DA CPI DO IPÊS E DO IBAD: SEUS MEMBROS E CONFLITOS DE INTERESSE.....	41
CAPÍTULO 2- A CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963) E A SUA RELAÇÃO COM A IMPREENSA	52
2.1 CPI DO IPÊS E DO IBAD: IMPREENSA.....	52
2.2 REVISTA AÇÃO DEMOCRÁTICA.....	57
2.3 O JORNAL “A ÚLTIMA HORA”.....	63
2.4 O CASO DO JORNAL <i>A NOITE</i>	73
CAPÍTULO 3- CPI DO IPÊS E DO IBAD: DEPOIMENTOS E O PARECER FINAL	80
3.1 A ATUAÇÃO DO IPÊS/IBAD/ADEP NAS ELEIÇÕES DE 1962 A PARTIR DOS DEPOIMENTOS	80
3.2 PARECER FINAL DA CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963).....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS	121

INTRODUÇÃO

Em 25 de agosto, Jânio Quadros, até aquele momento presidente eleito do Brasil, renunciava ao seu cargo no Executivo. Segundo a Constituição, o seu vice haveria de ser o novo presidente. Porém, João Goulart era uma figura política malquista pelas alas conservadoras e militares no Brasil. Na data de renúncia de Quadros, Goulart estava na China tratando sobre questões comerciais, o que simbolicamente inflamou ainda mais a opinião pública contra ele. Tendo em vista que o mundo estava em um cenário de Guerra Fria¹, a elite conservadora brasileira defendia que o Brasil estava sofrendo uma ameaça comunista que seria acelerada com a posse de Goulart.

No dia 7 de setembro, Goulart assumiu o posto de presidente do Brasil, porém a cúpula de ministros militares em conjunto com o Congresso Nacional implementou o parlamentarismo. João Goulart teve então seu poder cerceado, já que a partir daquele momento haveria de governar em conjunto ao Primeiro Ministro. Com a renúncia de Quadros e a posse de Goulart, outras frentes políticas também começaram a se articular, como empresários e intelectuais que possuíam como fio condutor o capital multinacional e associado e a luta anticomunista. Ou seja, indivíduos que faziam parte da elite brasileira, mas possuíam vínculos internacionais e recebiam capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos.

Para compreender estes grupos de elite do capital multinacional associado, é preciso visitar a história da direita no Brasil. A respeito da década de 1960, estes grupos

¹ As divergências entre políticas capitalistas e comunistas se intensificaram após 1945. Os Estados Unidos tornaram-se o maior credor da Europa, e a partir do governo de Harry S. Truman, de base fortemente anticomunista, o governo estadunidense como um todo passou a temer a expansão soviética. Ao passo que o governo soviético via com receio as investidas estadunidenses no embate contra a mesma. Surgia então um novo conflito: a Guerra Fria. No que tange às relações entre o Brasil e os Estados Unidos, aliados durante toda a Guerra Fria, um evento foi crucial para inflar o temor de expansão do comunismo pela América Latina. Primeiro de janeiro de 1959, dois personagens protagonizavam o palco na companhia de trabalhadores, soldados e trabalhadores rurais revolucionários. Eles ocuparam Havana e derrubaram o governo de Fulgêncio Batista. Fidel Castro e Che Guevara foram as lideranças desse movimento revolucionário que em 1961 assumiu o alinhamento político com a URSS e passou a ser um governo socialista. Em 3 de janeiro de 1961, Cuba e Estados Unidos romperam suas relações diplomáticas. Em outubro do corrente ano, iniciou-se a Crise dos Mísseis. Essas movimentações causaram alerta aos EUA, que passaram a olhar com afincamento para os outros países da América Latina, temendo novas revoltas populares (ver em: MUNHOZ, 2020). Os Estados Unidos passaram a acompanhar detalhadamente os encaminhamentos políticos no Brasil, com destaque para a região do Nordeste, por meio principalmente da Aliança para o Progresso (ver em: LARA, 2019). No Congresso Nacional em 1963, fortes reflexos do contexto de Guerra Fria podem ser identificados nos discursos e propostas políticas dos candidatos eleitos, em que, se diferenciava posições americanistas e antiamericanistas e inflava ainda mais as alianças e contrariedades com o governo de João Goulart (ver em: FARES, 2014).

de direita no Brasil atuavam como tecno-empresários. Ou seja, eram diretores de suas empresas e companhias, mas também possuíam cargos administrativos dentro do Estado. Com isso, o Estado passou a ser um instrumento da elite nacional que ampliava seus objetivos para não apenas destituir governos, como tomarem o Estado e o conduzirem conforme suas demandas e interesses. É neste cenário que ganham força os *think-thank*² – grupos de pesquisas que buscavam construir e ratificar conceitos próprios na sociedade, como liberdade e desenvolvimento. O objetivo principal destas organizações era, portanto, defender os interesses de classe dos empresários frente ao Estado. Estes grupos que lutavam por hegemonia se desenvolveram por toda a América Latina, como o Alerta no Uruguai e o Complexo Ipês/Ibad no Brasil³.

Na América Latina, em um contexto de Guerra Fria os grupos de direita tinham como principal característica comum sua ação anticomunista. Porém, em países como o Brasil de base agrária e marcado por atrasos na industrialização, se somava como fio condutor da direita interna o conservadorismo e defesa dos proprietários. A articulação da direita se deu principalmente por meio de uma agenda de atividades que objetivavam a destituição de presidentes ligados a políticas mais à esquerda, ou de figuras construídas como ameaças comunistas. Estas ações se davam, sobretudo, por meio de golpes civil-militar, como o ocorrido no Brasil em 1964 e na Argentina em 1966.

A articulação da direita anticomunista foi importante para a deposição de governos democráticos na América Latina. Para isso o Complexo Ipês/Ibad, por exemplo, tinha como estratégia esconder o interesse de classe no golpe. Fomentando que o golpe era de interesse nacional por todos aqueles que defendessem a ordem. Ou seja, por meio de jornais, rádios e programas de televisão demonstravam o que deveria ser defendido pela população como demandas nacionais, e não faziam visível seu interesse de classe a fim de angariarem a hegemonia. A importância da articulação golpistas destes grupos se faziam explícitas quando os golpes eram concretizados, já que estes grupos articulados eram instalados em importantes cargos administrativos do Estado autoritário⁴.

² BORTONE, Elaine de Almeida. **A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

³ DREIFUSS, René A. **1964 A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

⁴ BORTONE, E. A. **A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura militar (1964-1968)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. 143p.

Dois destes grupos de direita mais conhecidos no Brasil foram o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês). O primeiro surgiu em 1959, a partir de reuniões entre empresários paulistas e tinha como objetivo analisar a realidade brasileira e construir ações de assistências a populações à margem da sociedade. Com o fim de cumprirem o papel de empresários, em que não se dava apenas dentro de suas empresas, mas no trato de questões sociais e políticas do país. O Ipês, por sua vez, surgiu em 1961 também por meio do encontro entre grandes empresários de São Paulo e Rio de Janeiro, tendo rapidamente desenvolvido estruturas organizacionais com atuação nacional. Suas ações, segundo seu estatuto, estariam vinculadas à educação e aos deveres cívicos.

O Ipês e o Ibad agiam de modo articulado, entretanto, com funções específicas que juntas formavam o Complexo Ipês/Ibad. Juntos, angariavam empresários, intelectuais, sindicalistas, militares, estudantes, jornalistas, dentre outros grupos que configuravam a classe conservadora e anticomunista no Brasil. O Ibad era responsável por manter escritórios assistenciais, cujo foco era a atuação no Nordeste. O objetivo era chegar a regiões do interior nordestino e desenvolver ações de assistência à saúde, como distribuição de remédios e distribuição de cursos profissionalizantes.

Já o Ipês, tinha como característica cuidar de questões estratégicas e intelectuais. Ou seja, os membros do Ipês se reuniam para fazer um levantamento sobre o que estava ocorrendo no Brasil e como eles deveriam agir a fim de promover consciência de pertencimento de classe para o empresariado, em acréscimo a ações que coibissem as ações de estudantes e trabalhadores alinhados ao governo de João Goulart.

O Complexo Ipês/Ibad se articulou em 1962 para uma importante ação: investir em políticos alinhados a seus princípios anticomunistas e de defesa do livre mercado, para que eles vencessem as eleições gerais de 1962, que ocorreriam em outubro daquele ano. Este processo eleitoral foi o último em vias democráticas antes do golpe civil-militar de 1964. Além da disputa entre os candidatos em 1962, havia embates ideológicos quanto ao governo federal de João Goulart. O grupo que apoiava o presidente organizava pedidos de adiamento do plebiscito que votaria pela permanência do parlamentarismo ou a volta do presidencialismo no Brasil. Os grupos anticomunistas, por sua vez, cada vez divulgavam com maior intensidade na imprensa acusações a Goulart e seus apoiadores.

O interesse de grupos de direita – como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrático – era tamanho, que eles mobilizaram um grande capital no investimento em políticos alinhados aos seus princípios anticomunistas.

Porém, essa ação política foi denunciada durante o pleito de 1962 por Eloy Dutra e pelo jornal *Última Hora*. Fez-se necessário então, em razão do volume de denúncias, averiguar as ações destes institutos nas eleições de 1962. Assim, em 1963 foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de averiguar as atividades políticas do Complexo Ipês/Ibad nas eleições de 1962. Mais precisamente investigar qual a origem dos fundos financeiros que os institutos aplicavam em candidaturas.

O estudo do acervo documental da CPI do Ipês e do Ibad em paralelo à bibliografia auxiliar se faz importante para refletir sobre o contexto político do início da década de 1960 no Brasil, caro no entendimento mais amplo do golpe civil-militar. O Acervo não foi até o momento estudada a fundo e em caráter de exclusividade. Apesar de figurar papel secundário em muitas pesquisas, lhe falta o caráter de protagonista, visto que o documento é amplo e permite múltiplas análises no que tange a relação que os membros da CPI desenvolveram com o Complexo Ipês/Ibad. Também permite escrutinar quais foram as ações políticas que os institutos desenvolveram nas eleições de 1962.

O olhar exclusivo para essa CPI permite debater a respeito das lacunas de pesquisa sobre a História Política recente do Brasil. Como por exemplo, trazer à tona o questionamento sobre o presidente João Goulart, sobre se ele desconhecia as ações do Complexo Ipês/Ibad. Já que estes institutos seriam mais tarde responsáveis, segundo a literatura alinhada a esta pesquisa, pela articulação do golpe de 1964. Para além disso, visto que o olhar do historiador sempre parte do seu presente⁵, o estudo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito permite refletir sobre o nosso tempo.

Ao se deparar com a documentação da CPI do Ipês e do Ibad, metodologicamente foi escolhido nomear essa fonte como um Acervo Documental. Essa escolha se deu, por entender que esta fonte possui diversos tipos de documentações que apesar de arroladas dentro da lógica jurídica, como documento pode ser analisado em partes individuais. Quando então, me deparei com este Acervo Documental notei a dificuldade de estabelecer um recorte, visto que ele apresenta uma gama de documentos tão grande que possibilita diversas abordagens. Optei então por olhar a fonte como um todo, entendendo-a como Acervo. Para além disso, escolhi olhar em prioridade a este a Acervo em relação a outras fontes, o que fez com que as abordagens desenvolvidas nessa dissertação fossem orientadas pelo Acervo. Como exemplo, cito a escolha por detalhar as eleições de 1962 nos estados da Guanabara, Bahia e Pernambuco.

⁵ BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

O acesso ao acervo documental da CPI do Ipês e do Ibad, por sua vez, foi feito por intermédio do *site* da Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco⁶. São 4.697 páginas divididas em um adendo, oito anexos e dezesseis volumes. Em acréscimo, a CEMVDHC publicou um Caderno da Memória e Verdade⁷ sobre o tema – estudo importante para refletir como os membros da Comissão da Verdade interpretaram a documentação que analisaram. O projeto de abertura de Comissões Estaduais da Verdade foi um passo importante e tardio na execução da Justiça de Transição no Brasil⁸.

Além disso, ao disponibilizar documentos em acervos digitais por centros estaduais da Comissão da Verdade, permite com que pesquisadores acessem e investiguem as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e militar brasileiras (1964-1988). Nesta pesquisa, o recorte temporal se deu entre os anos de 1962 até 1964, com vistas a compreender a atuação do Ipês e do Ibad nas eleições por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito de 1963. Somado a isso, tem-se o acréscimo de estudos de outras/os autoras/os. Cumpre destacar sobre a fonte que ela é tratada como um acervo documental, ou seja, como um agrupamento de diferentes documentos que foram organizados seguindo uma ordem cronológica e processual, por se tratar de uma investigação. Isto se deu, pois, a CPI apresentou diversos documentos, atas de reuniões, depoimentos de políticos e membros dos institutos, cartas, recortes de jornais, recibos de rádios e empresas jornalísticas, dentre outros materiais. Estes documentos podem ser analisados de modo isolado por meio de metodologia específica, desde que haja a sua contextualização dentro da CPI, uma vez que todos os documentos que constam no acervo foram entregues de modo pensado e com alguma finalidade por parte de quem os entregou.

A análise do acervo documental da CPI do Ipês e do Ibad nesta dissertação se deu em conjunto da bibliografia escolhida sobre o tema, especialmente leituras que ajudaram a refletir sobre polarização política e ideológica no contexto do início da década de 1960⁹.

⁶ Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>>. Acesso em: 15 de nov, 2022.

⁷ COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. **IBAD**: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil. v. 5. Recife: Secretária da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016. 316p.

⁸ ARAÚJO. Alexandre Garcia. **Justiça de transição e a Comissão Nacional da Verdade do Brasil**: disputas de memória e políticas de conciliação. 2017. 121f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2017.

⁹ A partir de 1960 se fortalecia um novo bloco histórico chamado capital multinacional, o qual se associava ao bloco histórico já estabelecido e no poder, o populista. Desta forma, em 1960 estava ocorrendo uma crise orgânica do capitalismo brasileiro, em que havia destaque para o capital multinacional associado por meio de ações de consciência de classe entre o empresariado e a elite nacional; e de coação da classe

A partir destas leituras, foi possível cumprir o objetivo de compreender como os jornais *Última Hora* e o *A Noite* noticiaram as ações do Ipês e do Ibad, somadas às notícias que publicavam sobre a CPI em si. Com a finalidade de compreender a polarização política também na imprensa, visto que no acervo documental aqui em análise foram apresentados diversas reportagens de jornais. Para tratar sobre estes periódicos será feito um apanhado do papel histórico e político dos jornais escolhidos.

Para além disso, cumpria-se a finalidade de abordar as ações do Ipês e do Ibad nas eleições de 1962, principalmente em Pernambuco. A escolha por este estado se deu tanto pelo depoimento de Miguel Arraes – governador de Pernambuco eleito de 1962 – na CPI, como por uma escolha teórica em que se entende que a principal preocupação do Complexo Ipês/Ibad esteve no Nordeste.

Neste trabalho, a escolha por este tema do Complexo Ipês/Ibad se deu em razão da aproximação teórica desenvolvida graças a duas iniciações científicas (PIBIC) desenvolvidas durante a graduação de História na Universidade Estadual de. A primeira¹⁰, cumpriu o objetivo de fazer um levantamento bibliográfico sobre estudos que abordaram o Ipês, bem como perceber como os autores trataram sobre a participação do Ipês na construção do golpe civil-militar de 1964. O segundo projeto PIBIC¹¹ tratou sobre uma primeira leitura e catalogação dos temas presentes na CPI do Ipês e do Ibad de 1963. Estas pesquisas possibilitaram a aproximação teórica demonstrada nesta dissertação.

No tocante ao aspecto historiográfico, esta dissertação se localiza no grande campo da História Política e na linha de História do Tempo Presente. A História do Tempo Presente costuma se interessar por temas sensíveis, tendo esta pesquisa se concentrado no estudo acerca da construção do golpe civil-militar de 1964, mais especificamente sobre agentes políticos e empresariais neste contexto. Em relação ao tratamento específico do Acervo, é importante ressaltar que se trata de um documento próprio do Direito, processado dentro do Legislativo. Por isso, optou por dialogar com

trabalhadora, buscando conquistar a hegemonia do Estado. Porém, “as vias institucionais legais não bastaram para a conclusão de suas pretensões. A solução golpista os fez pôr em curso uma bem articulada rede de influências liderada pela parcela representante do capital internacionalista, baseado em divisas multinacionais e em operações de associação de capital”. (Ver em: GONÇALVEZ, Martina. S. **Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)**. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010, p. XX)

¹⁰ SANTOS, Luana Carolina. **Historiografia do golpe de 1964 a partir dos estudos sobre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS)**. Iniciação Científica (Pibic-CNPq). Universidade Estadual de Maringá. 2017. 49f.

¹¹ SANTOS, Luana Carolina. **Participação política dos Instituto Brasileiro de Ação Democrática e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais: CPI de 1963**. Iniciação Científica (Pibic-CNPq). Universidade Estadual de Maringá. 2019. 54f.

outros documentos jurídicos nacionais, como a Constituição de 1946, o Código Eleitoral de 1950 e leis e decretos que interferiram na CPI.

Com relação ao objetivo de se debruçar sobre o protagonismo da mídia escrita, cabe destacar que o uso de periódicos na historiografia nacional se deu por meio dos estudos sobre imprensa e história¹², os quais possibilitaram a discussão sobre a historicidade e a metodologia do uso de fontes jornalísticas. As leituras auxiliares escolhidas foram importantes para a construção desta dissertação, pois é de suma importância que os materiais jornalísticos sejam avaliados a partir da perspectiva de um estudo prévio sobre as características técnicas e históricas deste tipo de documentação.

Sobre a organização dos capítulos, esta dissertação se estruturou primeiramente tratando do contexto em que se deu a abertura da CPI do Ipês e do Ibad em 1963, a se iniciar pelo trato dos pressupostos históricos e jurídicos de Comissões Parlamentares no Brasil. Tal discussão é importante, pois se trata de um processo desenvolvido por políticos sem jurisdição de condenação. E com o objetivo de fazer apontamentos sobre irregularidades que caso comprovados, são encaminhados aos órgãos responsáveis. Por correr dentro do Congresso Nacional ou no Senado Federal, é uma fonte profícua para analisar os discursos e elementos ideológicos da parte dos políticos membros da CPI.

Na sequência foi feito um levantamento sobre os institutos com especificidade as ações desenvolvidas nas eleições de 1962. Esta abordagem se deu pensando primeiramente nos recortes tratados dentro da própria CPI e também a partir da literatura sobre o tema. Nesta seção se fez importante ressaltar o cenário polarizado e de acirramento em que se encontrava o país. Em 1962, políticos anticomunistas não mediram esforços em defender que o Brasil estava sofrendo ameaças comunistas e que a infestação vermelha seria freada apenas se políticos ligados ao livre capital, a Igreja Católica¹³ e à moral e bons costumes fossem eleitos.

Políticos ligados ao nacional desenvolvimentismo angariavam popularidade, tendo por meio de seus comícios conseguido cada vez mais votos. O resultado eleitoral demonstrou o acirramento entre esses dois grupos em números. Em relação aos

¹² DE LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas, 2a ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

¹³ LIMA, Thiago Machado. Anticomunismo católico e as eleições de 1962 na Bahia: os pleitos para governo do estado e a prefeitura de Salvador e Esplanada. In: **XXVII Simpósio Nacional de História** – ANPUH. Natal, 2013.

governadores, a diferença de votos foi na maior parte das vezes pequena, como apontado no decorrer da dissertação.

Após esse resgate contextual, foi possível refletir sobre o início da CPI do Ipês e do Ibad em si. Nesta seção ficou evidente que antes mesmo da Comissão iniciar seus trabalhos, ela já havia passado por empecilhos gerados pelas disputas de interesse que estavam ocorrendo no Congresso. A escolha dos membros para a CPI se dava por meio dos partidos, e os que foram primeiramente elencados desagradaram parte da mídia nacional que os consideravam apoiadores do Ipês e do Ibad, o que resultaria em uma investigação pouco imparcial.

Para além disso, ao longo do trabalho há o destaque para políticos como Eloy Dutra¹⁴, que antes mesmo da CPI já denunciava a interferência política do Ibad. Tal feito foi interessante para perceber como as ações destes institutos eram vistas na época, levando em conta sempre a intencionalidade dos autores dos discursos. Ainda no primeiro capítulo, foi também importante nomear os membros da CPI e contextualizá-los a partir de uma biografia sintetizada sobre eles. Com isso, ficou evidente que como eram políticos, estavam a disputar interesses dentro da Comissão. Por fim, foram destacados quais impactos esses membros sofreram com o golpe civil-militar de 1964 – provocação que se deu a fim de relacionar se aqueles políticos acusados de terem relação com o Complexo Ipês e Ibad de algum modo participaram da articulação golpista.

No segundo capítulo, as reflexões se deram por meio da análise das reportagens de jornais apresentados no Acervo documental da CPI do Ipês e do Ibad. A escolha por esse tipo documental ocorreu em razão de compreender como a imprensa retratava as investigações desenvolvidas na CPI. Da mesma forma, compreender como os jornais apareceram como pauta nas investigações, a exemplo do arrendamento do jornal *A Noite*. Foram abordadas notícias de jornais entregues à CPI que tinham a finalidade de ratificar as denúncias de que o Ibad havia atuado nas eleições de modo ilícito, em comparação àqueles que elucidavam que as campanhas financiadas pelo ibadianas foram legítimas.

Metodologicamente, a análise referente a esses periodicos se deu na escolha de jornais que mais apareceram na CPI, sendo eles: a *Última hora* e o *A Noite*. Para tanto, se fez necessário uma abordagem sintetizada da história desses periódicos pensando principalmente a quais interesses políticos eles estavam alinhados. Referente ao caso do jornal *A Noite*, para além do apresentado no acervo documental da CPI, foi feita uma

¹⁴ DUTRA, Eloy. **Ibad sigla da corrupção**. Editora Civilização Brasileira S. A.: Rio de Janeiro: 1963.

análise de duas reportagens do periódico para elucidar a mudança ideológica dentro dele durante o seu arrendamento ao Ibad.

Por fim, no terceiro capítulo foi feita uma abordagem dos depoimentos colhidos na CPI, sendo eles de membros do Ipês, do Ibad e da Adep, em acréscimo aos políticos convocados ou que se prontificaram a depor no caso. Estes depoimentos foram de suma importância para compreender como os membros dos institutos declararam suas atividades, como também, quais foram as bases das denúncias de políticos que se sentiram prejudicados pela ação do Complexo Ipês/Ibad nas eleições de 1962. Nos discursos destes indivíduos, por vezes, ficou evidente a visão que eles estavam partilhando sobre o contexto nacional, o que foi importante para compreender a polarização e o anticomunismo em suas falas. Por fim, foi analisado o parecer final apresentado por Pedro Aleixo e aceito pela CPI como conclusivo do caso.

O acervo documental da CPI do Ipês e do Ibad é um documento profícuo que tratou de diversos assuntos que geram inúmeras dúvidas e reflexões na leitura feita por historiadores. Este documento permite abordar sobre as atividades do Ibad e da Adep, principalmente na voz de seus próprios membros. Da mesma forma, possibilita perceber como os políticos que faziam parte da CPI percebiam esta interferência na política e a discutiam entre si.

O Acervo Documental da CPI é importante para compreender como um caso de corrupção foi investigado em 1963 – ano simbólico, pois foi o anterior ao golpe civil-militar de 1964. Porém, cumpre destacar que este “símbolo” empregado ao ano de 1963 como um momento “pré-golpe” é uma análise feita posteriormente, já que se sabe o dia que o golpe foi concretizado pelos militares. Mas, vale destacar a importância das eleições de 1962 e do ano de 1963 por entender que o golpe estava sendo articulado pelos grupos de elite nacional em conjunto com o capital internacional estadunidense.

Somado a isso, há o destaque para entendimento da importância de se investigar objetos históricos que tratam sobre corrupção. A História do Tempo Presente no Brasil demonstra a importância do debate sobre o tema. Capaz, inclusive, de fechar institutos da direita como Ibad o que ocorreu durante a CPI. Ou seja, entende-se a relevância de ações corruptas na cultura política nacional¹⁵, em acréscimo a fontes históricas que tratam sobre investigações dessas ações.

¹⁵ GONZÁLEZ, Júlio. **Cultura Política, capital social e percepções sobre corrupção**: uma investigação quantitativa em nível mundial. Revista Sociologia Política, v. 21, p. 51-69, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/index>. Acesso em: 28 mar. de 2022.

CAPÍTULO 1: O CONTEXTO DE FORMAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO IPÊS E DO IBAD

1.1 O CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL 1960-1964

Nesta seção será destacado de maneira breve o contexto político brasileiro entre os anos de 1960 e 1964. Este contexto será tratado em síntese a fim de introduzir o recorte temporal escolhido na presente dissertação.

Jânio Quadros, foi eleito presidente do Brasil em 1960 com 48% do eleitorado, contra 32% votos dados ao General Lott e 20% ao candidato Ademar de Barros. Durante seu governo, mudanças nas diretrizes econômicas foram desenvolvidas. A exemplo, a estrutura cambial brasileira. Em acréscimo, Quadros implementou mudanças na política externa brasileira, o que ganhou novos contornos naquele contexto visto que o mundo estava vivenciando a Guerra Fria.

Durante o mandato de Quadros, cumpre ressaltar que o empresariado teve grande peso nas decisões do executivo, sobretudo por meio das pressões conduzidas pelos anéis burocráticos em torno do capital multinacional e associado:

Essas pressões se deram não apenas por meio de críticas e pedidos formais ao governo, no sentido de se alterarem aspectos considerados maléficis dessa política pelas empresas, mas também por meio de ações que contribuíram para minar as tentativas do governo Quadros de impedir atitudes que pudessem comprometer a aplicação da política econômica, tais como estocagens de bens com fins especulativos e repasses integrais dos aumentos de custos para os preços dos bens¹⁶.

Dessa forma, por meio de organizações internas, os empresários se uniram com o objetivo de solidariedade de classe. Como exemplo, sublinha-se o Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) e a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

Em um primeiro momento, a aproximação com o Executivo era bem requisitada pela classe empresarial. Porém, um ponto crucial para este bloco de poder eram as relações exteriores do Brasil. Jânio tinha objetivos notadamente vinculados à abertura econômica nacional de tal modo que entendia a necessidade brasileira em se manter neutro na Guerra Fria. Nesse sentido, abria a possibilidade de negociações econômicas com todos os países, inclusive os de regime socialista.

¹⁶ LOUREIRO, Felipe Pereira. Relativizando o Leviatã: empresários e política econômica no governo Jânio Quadros. *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 40, pp. 561-585, 2010.

Jânio Quadros, porém, não cumpriu todo o seu mandato e renunciou quando seu vice João Goulart¹⁷ se encontrava na China, sendo recebido pelo próprio Mao Tsé-Tung, representante da República Popular Chinesa. A figura de João Goulart não era bem quista pelos grupos conservadores brasileiros, visto que era herdeiro do trabalhismo varguista, tendo sido, inclusive, Ministro do Trabalho durante o governo de Vargas (1951-1954). Após o suicídio de Vargas, sua carreira política continuou em diálogo aos movimentos sociais, principalmente com os sindicatos. Dessa forma, quando a informação sobre a renúncia de Quadros chegou aos ministérios militares, houve o consenso de que o cargo de presidente não poderia ser entregue a Goulart. Essa atitude foi sinalizada pelo deputado Ranieri Mazzilli – então presidente da Câmara dos Deputados – ao Congresso Nacional. No referido momento, agravava-se a crise política nacional¹⁸.

A base política articulada à Jango, liderada por Leonel Brizola, rapidamente se organizou em defesa da legalidade no processo de transição do cargo de presidente. Manifestações foram organizadas, principalmente no Rio Grande do Sul, nas quais militares participaram. As rádios foram um importante difusor destas manifestações, mas muitas delas foram invadidas e fechadas. Assim, surgiu a “Campanha pela Legalidade”¹⁹, a transmitir a defesa do processo democrático frente à tentativa golpista que estava sendo planejada pela cúpula militar e política conservadora no Congresso Nacional.

Enquanto isso, as Forças Armadas se reuniram com os políticos conservadores a fim de concretizarem um golpe e impedirem a posse de Goulart, mas não houve consenso com os partidos políticos no veto de Goulart para o cargo. Todavia, ficou acordado que o poder de Jango havia de ser limitado, o que foi feito por meio da transformação do regime presidencialista em parlamentarista.

Sobre este episódio, sintomas de uma democracia frágil estavam em evidência, tal qual o clima polarizado. A crise política escancarada nesse momento demonstrou que mesmo dentro de grupos de poder, como o dos militares, não havia homogeneidade absoluta. Enquanto os líderes dos ministérios representavam a linha dura das Forças

¹⁷ ABREU, L. A. **João Goulart**: uma biografia: reflexões sobre a obra de Jorge Ferreira. Revista de História, São Paulo, n. 166, pp. 323-330, 2012.

¹⁸ FERREIRA, Jorge Luiz. **João Goulart**: uma biografia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁹ A Campanha da Legalidade (1961) iniciou-se no Rio Grande do Sul entre políticos, a classe trabalhadora, sindical e de militares. Logo alcançou outros estados, como o Espírito Santo e todo o território nacional, graças à Rede de Legalidade. Este movimento liderado pelo político Leonel Brizola por meio das rádios e forças dos exércitos do Rio Grande do Sul, fizeram frente à pretensão de impedimento da posse de João Goulart. Ver em: KONRAD, Diego A.; LAMEIRA, Rafael. F Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Revista Anos 90** (Porto Alegre), v. 18, n. 33, pp. 67-98, 2011.

Armadas, outros militares de renome e importância política demonstravam sua contrariedade ao veto dos ministros e sinalizavam apoio à legalidade do processo democrático, como o marechal Henrique Lott. Enquanto havia políticos que se alinhavam na fileira de repúdio à entrega do poder do Executivo para Goulart, outros se empenhavam em defender a “Campanha da Legalidade”. Nas ruas do país, manifestações e greves estouravam.

O resultado da disputa em relação a posse de João Goulart foi resolvido pelos militares e o Congresso com a instauração do regime parlamentar no Brasil. Desta forma, João Goulart teve seus poderes cerceados até o plebiscito de 1963 que reinstaurou o regime presidencialista no país.

No dia 6 de janeiro de 1963, 11.531.030 eleitores foram votar no plebiscito que decidiu pela volta do presidencialismo. Com 76,98% dos votos, o presidencialismo voltava a vigorar no Brasil, contra 16,88% que aprovavam a continuação do regime parlamentar²⁰. O Ibad, por meio de sua revista *Ação Democrática*, procurou em um primeiro momento desestimular os brasileiros a irem votar no plebiscito, destacando que havia um grande desinteresse nacional na votação. Porém, o próprio Ipês percebeu que essa tese não se manteria, já que os comícios de políticos apoiadores de Goulart estavam a angariar cada vez mais defensores à volta do presidencialismo. Desta forma,

Em primeiro lugar, parece que, para o IPES, o posicionamento pelo NÃO no plebiscito não era de todo incoerente com o seu propósito estratégico de conquista do Estado. [...] A questão que se põe é que não havia uma oposição de princípios do IPES à volta do presidencialismo, mas certamente isso deveria ser feito evitando-se uma mobilização popular que resultasse num apoio ao governo de Goulart²¹.

No entanto, a vitória do plebiscito em números tão altos em acréscimo as manifestações favoráveis ao governo de Goulart causavam receios cada vez maiores nos grupos de direita, como o Complexo Ipês/Ibad.

Agora atuando em seus plenos poderes como presidente, Goulart teria de enfrentar os novos e antigos políticos do Congresso Nacional, assim como se articular aos

²⁰ BRASIL. Justiça Eleitoral. **Resultado geral do referendo de 1963**: Aprova ato adicional que institui o Parlamentarismo? Diário Oficial da União, Brasília, 1963. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referendo-de-1963/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referendo-de-1963/at_download/file. Acesso em: 28 ago. 2021.

²¹ MELO, Demian Bezerra. **O Plebiscito de 1963**: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta. 2009. 236f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Fluminense. Niterói, 2009.

movimentos sociais e à base dos partidos aliados a seu governo. Enquanto isso, jornais, documentários, rádios e programas de televisão disseminavam uma intensa campanha anti-Goulart. O Complexo Ipês/Ibad, por exemplo, não apenas criticava as reformas propostas do governo de Jango, como lançava planos de desenvolvimento nacional com interesse de classe próprios a partir de um discurso que estava a agir sob a égide dos interesses comuns de toda a população brasileira²².

O projeto político de João Goulart tinha como foco as Reformas de Base. Os objetivos principais deste projeto conferiam a diminuição da desigualdade social e desenvolvimento econômico nacional. O plano estava em construção por Jango antes mesmo dele ser incumbido do cargo de presidente.

É incorreto, portanto, como fazem alguns autores, classificar o programa reformista de Goulart como um improviso de alguém que havia ascendido ao governo sem nenhum projeto e que, numa tentativa de arregimentar apoio popular e se manter no poder, tirava da manga uma proposta de reformas “populistas”. Alguns, como o Marco Antonio Villa (2004), chegam a sugerir que Goulart sequer tinha de fato a intenção de implementar o programa reformista que defendia²³.

Goulart estava articulando, desde o governo de JK, em implementar as seguintes reformas: eleitoral, tributária, bancária, cambial, administrativa, universitária, urbana e agrária²⁴. Porém, era confrontado por setores da sociedade que consideravam absurdos os projetos defendidos pelo presidente. Os projetos de Jango, além de enfrentarem críticas dos grupos de elite e conservadores, enfrentavam entraves promovidos pelo parlamentarismo. O presidente não tinha plenos poderes e estava em forte embate com o Congresso Nacional. O povo desacreditava do modelo parlamentarista, visto que inviabilizava o voto popular, já que os ministros não eram votados por eles. A instabilidade e a crise nacional, por sua vez, reverberavam em outros espaços, como no meio militar e dentro dos movimentos sociais.

²² DREIFUSS, Op. Cit.

²³ SILVA, Aline. de V. João Goulart e as Reformas de Base. **Textos e Debates** (Boa Vista), n. 32, p. 6, 2019.

²⁴ A respeito da Reforma Agrária, cumpre destacar que até os dias atuais ainda não foi executada em sua plenitude no país. No governo de João Goulart, o debate era repudiado por grandes latifundiários. Estes eram contra quaisquer tentativas de alteração da realidade colonial agrária que se perpetuava no Brasil. Já o capital multinacional e associado possuía seu próprio programa de reforma, construído com base liberalista e de defesa do livre comércio.

Durante seu mandato no regime presidencialista, num primeiro momento, Jango foi considerado moderado por forças sociais e partidárias de esquerda. O seu governo foi marcado por uma contrariedade essencial: promover desenvolvimento na lógica de acúmulo de capital sem promover a desigualdade social. Nesse sentido, tinha de dialogar com os movimentos sociais e com a base do Partido Trabalhista Brasileiro²⁵, ao mesmo tempo que incomodava de modo abrangente setores anticomunistas. Alas mais radicais aliadas a Jango entendiam que ele estava fazendo pouco contra as tentativas de ataques à democracia por parte da elite²⁶, o que gerava atrito com o governo de Jango.

Por isso, cumpre ressaltar que Goulart não tinha um plano de revolucionar o país, tanto que em 1961, quando houve a tentativa dos militares em impedir sua posse, ele decidiu evitar o confronto. Em 1964, com o golpe militar, se absteve de disputar com o Exército temendo que uma guerra civil fosse instaurada no país. Apesar de não ter sido um revolucionário, os assuntos de prioridade do presidente em um contexto de forte polarização ideológica motivado pela Guerra Fria e pelo anticomunismo endógeno do país causavam efervescência. Essa conjuntura, somada a um descontentamento com a herança do trabalhismo representada por Jango – e com a intenção de interferir e reestruturar a máquina do Estado – fizeram com que Goulart fosse representado como o articulador de uma Revolução Comunista no país.

Ainda em 1963, os movimentos sociais intensificaram a pressão no Congresso Nacional para que as Reformas de Base fossem aprovadas. Enquanto isso, o governo perdia cada vez mais a sua base política no Congresso – o que não se refletia em seu apoio popular. Em pesquisas recentemente publicadas foi possível visualizar, inclusive, que Goulart possuía apoio suficiente para se reeleger nas eleições que ocorreriam em 1965²⁷. Em outubro de 1963, o clima de instabilidade política estava a borbulhar e Goulart tentou instaurar o Estado de Sítio, que foi recusado e mal-recebido por diversos setores da sociedade:

Direita e esquerda, por razões distintas, abriram cerrado fogo contra o governo. Se os liberais se assustavam com o fantasma de Vargas (imaginando um golpe semelhante ao de 1937), os setores de esquerda viam no estado de sítio uma tentativa clara de reprimir os movimentos populares (fechamento do CGT, das Ligas, da UNE, além da prisão de líderes políticos nacionalistas e populares)²⁸.

²⁵ BANDEIRA, Op. Cit.

²⁶ DELGADO, Op. Cit.

²⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, v. 20, 2014.

²⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, v. 24, pp. 13-28, 2004.

Em 1964, a polarização nas ruas mostrou-se ainda mais efervescente. O clima de golpe pairava por todo o cenário nacional. Eis que março foi o momento de clímax crucial para o que aconteceria em 1º de abril de 1964.

No dia 13 de março, por um lado, movimentos sociais, políticos aliados e o próprio João Goulart foram às ruas no grande evento chamado “Comício das Reformas”. A Campanha das Mulheres pela Democracia (Camde), grupo de mulheres da elite financiado pelo Complexo Ipês/Ibad, por outro lado, foi um dos grupos a organizar “Passeata da Família com Deus e Pela Liberdade”, no dia 19 de março. A situação de instabilidade democrática levou ao golpe. Na madrugada do dia 31 de março, militares tomaram o poder.

1.2 ARTICULAÇÃO DA DIREITA EMPRESARIAL BRASILEIRA: O COMPLEXO IPÊS/IBAD (1960-1964)

A empresa Incrementadora Promotion S.A. foi criada em 1951 por Ivan Hasslocher, Hélio Rezende e outros cinco sócios com o número de ações reduzidas²⁹. Funcionava como uma empresa de publicidade fantasma, já que não possuía registro na Associação Brasileira de Propaganda (ABP³⁰). Essa suposta agência de publicidade financiava programas em televisão e rádios para indivíduos ligados à Adep e ao Ibad. Mas, praticamente todos os depoentes da CPI declararam que essas organizações nada tinham em comum.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês³¹), segundo seu Estatuto, era uma organização civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e incentivador de atividades educacionais, sociais e culturais. Com o fim de “contribuir para o progresso econômico, o bem-estar social e o fortalecimento do regime democrático do Brasil³²”. O Instituto, com o auxílio de financiadores, desenvolvia cursos, palestras, livros e filmes para conforme seus objetivos estatutários discutirem livremente sobre o contexto

²⁹ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 11, 1963.

³⁰ OLIVEIRA, 2018, p. 68.

³¹ RAMIREZ, H. **Empresários e política no Brasil**: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), 1961-1971. *Diálogos*, v.13, n. 1, pp. 209-240, 2009.

³² CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, 1963, p. 176.

brasileiro, com o objetivo de procurar estratégias para promover o progresso nacional e o “aprimoramento da consciência cívica e democrática do povo³³”.

Em 1963, o presidente do Ipês, o empresário João Batista Leopoldo Figueiredo, forneceu seu depoimento à CPI. Dentre suas declarações sobre o cenário brasileiro, o empresário destacou que considerava o comunismo um risco iminente à democracia brasileira. Além disso, declarou que um dos objetivos principais presentes na criação do Ipês foi a intenção de unir os empresários em prol da defesa do livre mercado e na manutenção da propriedade privada. Para além disso, ressaltou que era firmemente contra a ideia de luta de classes defendida pelos “marxistas” e a favor dos empresários agirem socialmente promovendo a “harmonia de classes³⁴”. Estas declarações refletiam nas ações do Instituto.

O Ipês, então, foi criado em 1961 por Paulo Ayres Filho, Gilberto Huber Junior e um grupo de jovens empresários que se reuniram em São Paulo motivados pelo contexto conturbado de renúncia de Jânio Quadros e da posse de João Goulart³⁵ como presidente. Pretendendo-se apartidários, defensores da liberdade pessoal e do mercado, receberam incentivo financeiro do empresariado nacional e internacional, além do apoio da Igreja Católica e de setores da grande mídia. Com atividades diversas, produziram desde documentários que eram passados antes dos longas-metragens no cinema, até o financiamento de um dos principais grupos responsáveis pela articulação civil promotora do golpe de 1964, o “Campanha da Mulher” pela Democracia (Camde³⁶), um dos grupos organizadores da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

O Ipês possuía uma organização complexa constituída por grupos específicos de estudo, de levantamento de conjuntura, assessoria parlamentar, opinião pública, publicação e editorial, doutrina e de integração. Além disso, o Ipês junto ao Ibad compunha o “Complexo Ipês-Ibad”, ou seja, eram entidades diferentes ligadas ao capital multinacional associado, mas que agiam conjuntamente e funcionavam, desta forma, como o partido da burguesia brasileira.

Capaz, a partir de suas ações na imprensa, nos sindicatos, nos movimentos estudantis, nos grupos empresariais, nos centros militares, nas elites e nas classes médias de articular o golpe de 1964. Partindo desta leitura, o sucesso da ação golpista somente

³³ CPI do Ipês e do Ibad, 1963, vol. 2, p. 183.

³⁴ CPI do Ipês e do Ibad, 1963, vol. 2, p. 108.

³⁵ DREIFUSS, Op. Cit.

³⁶ ASSIS, Denise. **Propaganda e cinema: a serviço do golpe, 1962-1964**. Mauad Editora Ltda, 2001.

foi possível graças à mediação entre grupos de elite, empresários internacionais e miliares. Sobre o empresariado, foi necessário a construção de uma base social e cultural para uni-lo. Desta forma, a partir da articulação entre representantes do capital nacional e internacional, foi possível desarticular os movimentos trabalhistas e estudantis ligados ao nacional desenvolvimentismo e às Reformas de Base de Goulart³⁷.

O Ipês possuía uma ação mais intelectual e de certo modo encoberta, enquanto o Ibad agia com maior transparência social e política³⁸. O que fez com que ele fosse o grande foco da CPI do Ipês e do Ibad.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), segundo o depoimento de Ivan Hasslocher na CPI, foi criado em 1959, tanto por ele quanto por outros sócios, em razão de entenderem que o Brasil precisava de uma instituição defensora da democracia, que fizesse frente à ameaça do comunismo³⁹. Conforme a literatura sobre o tema, o Ibad foi organizado por empresários conservadores e moderados, auxiliados pelo Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) e pela Central Intelligence Agency (CIA). Porém, sobre a ligação com a CONCLAP, Hasslocher destacou em seu depoimento que não tinha quaisquer relações com esta entidade.

Em 1962, as ações políticas do Ibad passaram a ser feitas por meio de outra entidade: a Ação Democrática Popular (Adep). Esta tinha como objetivo atuar politicamente no Congresso auxiliando candidatos com poucos recursos próprios em suas campanhas eleitorais⁴⁰. Mas, segundo a literatura do tema, ela foi uma organização nacional dividida em comissões estaduais, em que procuravam políticos que defendessem os princípios do Ibad, sem distinções partidárias. Ou seja, candidatos que levantassem a bandeira anticomunista e fossem contrários ao governo Goulart.

Prova disso pode ser observada na fala de um dos ex-coordenadores da Adep em Minas Gerais, na qual declarou que o deputado Adauto Lúcio Cardoso (UDN) não foi aprovado pelo colegiado nacional por ter se demonstrado favorável à posse de João Goulart⁴¹. Por outro lado, o que aparecia nos depoimentos fornecidos na CPI era de que aqueles que eram auxiliados pela Adep com materiais de campanha não teriam de estabelecer nenhum compromisso, a não ser o de “defenderem a democracia⁴²”.

³⁷ NAPOLITANO, Marco. **1964**: história do regime militar. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2014

³⁸ DREIFUSS, Op. Cit.

³⁹ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 10, 1963, p. 275.

⁴⁰ Depoimento de Peter Muranyi, em CPI do Ipês e do Ibad, vol. 13, 1963, p. 95.

⁴¹ DUTRA, Eloy. **IBAD**: Sigla da corrupção. Editora Civilização Brasileira S. A.: Rio de Janeiro: 1963.

⁴² CPI do Ipês e do Ibad, vol. 13, 1963, p. 56.

A CPI recebeu um contrato entregue por Eloy Dutra em que estabelecia que os políticos apoiados pela Adep se comprometiam a seguir os princípios do Ibad⁴³ (Anexo 2). Mais especificamente, este documento encontra-se no volume 8 e traz em seu texto: “comprometo-me, se eleito a Câmara Federal seguir os assuntos ideológicos a orientação da Ação Democrática Parlamentar”, assinada por Peixoto de Oliveira em Recife. Não é possível comprovar se todos aqueles que foram apoiados, de fato assinaram documentações deste tipo, porque um dos dirigentes da Adep, Arthur Oscar Junqueira, incinerou toda a documentação. A justificativa para esta ação dada pelo executor foi que caso esses documentos caíssem em mãos erradas, poderiam “servir até para chantagem”, por isso queimou os documentos a fim de preservar os nomes que ali constavam.

A empresa Promotion, o Ipês, o Ibad e a Adep tinham suas histórias de criação específicos mas tinham em comum: seus membros e objetivos. A Incrementadora Promotion funcionava como um guarda-chuva para as entidades de direitas como o Complexo Ipês/Ibad e seus correlacionados, como a Adep. A articulação conjunta e interdependente destes institutos foi pauta de investigação na CPI do Ipês e do Ibad. No acervo documental aqui analisado, os membros do Ipês se dissociaram completamente do Ibad. A relação entre estas duas entidades foi, porém, pouco aprofundada pelos membros da CPI, já que, o Ipês era o instituto estratégico do Complexo. E agia de modo encoberto com a ajuda de muitos políticos e intelectuais. Desta forma, se fosse descoberto suas ações anticomunistas, como depois o foi com a documentação do Instituto entregue por seu diretor João José Batista Tubinho⁴⁴.

Quanto ao Ibad e Adep a associação entre essas duas frentes foi mais difícil visto que os diretores convocados a CPI do Ipês e do Ibad eram os mesmos, cito Ivan Hasslocher e Frutuoso Osório Filho. Porém, todos os depoentes endossaram a mesma máxima: cada organização era independente uma da outra. No que tange a questões financeiras não tinham quaisquer vínculos e nem agiam conjuntamente. Apesar de terem os mesmos objetivos anticomunistas.

Desta forma, saber a história e a atuação da Adep se mostrou uma atividade árdua tanto para a CPI como para as/os historiadoras/es, já que grande parte dos documentos foram perdidos. Porém, é sabido que ela era dirigida por Ivan Hasslocher, já que era ele quem conseguia os investidores. Em sua criação, já possuía 110 empresários com

⁴³ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 12, 1963, p. 17.

⁴⁴ Analisado por René Dreifuss (1981).

probabilidade de custearem 1 bilhão de cruzeiros de seus investimentos⁴⁵. No entanto, Hasslocher não concedeu o nome de nenhum desses apoiadores, declarando que tinha o compromisso moral de proteger estes políticos e empresários.

Recusando-se veementemente a responder a todas as perguntas deferidas a ele, Hasslocher só conseguiu escolher quais questionamentos iria responder, pois não aceitou depor como testemunha e sim como indiciado, o que lhe permitia não falar de assuntos sigilosos. Entretanto, a base jurídica da época prescrevia que nenhuma testemunha, organização – como bancos – ou qualquer fonte de informação poderia deixar de declarar tudo que soubesse sobre assuntos de importância nacional. Sobre estas questões dúbias muito se discutiu entre os membros da CPI, mas ficou evidente para o relator Pedro Aleixo, em seu parecer de conclusão, que as testemunhas e bancos dificultaram o recolhimento de informações, faltando por vezes com a verdade.

1.3 ELEIÇÕES DE 1962: POLARIZAÇÃO POLÍTICA E ANTICOMUNISMO

As eleições gerais de 1962 ocorreram em 22 estados brasileiros, e foram as últimas antes do golpe civil-militar de 1964. Nesta dissertação, o foco será dado para aqueles candidatos a governador e a deputado federal. A eleição será aqui abordada conforme literatura historiográfica em diálogo ao Acervo Documental da CPI do Ipês e do Ibad. Nesta seção especificamente abordaremos o devido processo eleitoral como contexto que possibilitou a CPI (1960-1964). Por fim, o início da Comissão e como ela se deu.

Naquele contexto apresentado de forte polarização política, as eleições de 1962 configuraram um acontecimento profícuo para o estudo sobre a história do Brasil recente. Porém, poucos trabalhos acadêmicos investigaram a fundo este processo eleitoral. Neste capítulo, o cenário eleitoral em três estados, Pernambuco, Bahia e Guanabara será abordado. Escolha que se deu em razão do acesso à produção acadêmica sobre eles, bem como à presença mais marcante dos representantes políticos desses estados na CPI do Ipês e do Ibad.

Primeiramente, cumpre destacar como funcionava o código eleitoral que baseou as eleições de 1962. Em 22 de agosto de 1962, foi promulgada a Lei nº 4.115 pelo Presidente João Goulart, a instituir as regras eleitorais para as próximas eleições gerais brasileiras, que aconteceriam no próximo dia 7 de outubro. Este regimento estabelecia

⁴⁵ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 11, 1963, p. 9.

que o processo eleitoral acontecesse em 22 estados brasileiros, com o objetivo de eleger deputados estaduais e federais, prefeitos, senadores e governadores de estado.

As campanhas partidárias eram alicerçadas no Código Eleitoral de 1950, o qual proibia os partidos de:

[...] receber direta ou indiretamente, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro de procedência estrangeira [...] sociedades de economia mista ou concessionárias de serviço público [e] auxílios ou contribuições cuja origem não seja mencionada⁴⁶.

O referido Código Eleitoral previa que não poderiam ser eleitores os analfabetos, os estrangeiros sem domínio da língua nacional e aqueles que estivessem privados dos direitos políticos e militares. Todos os eleitores tinham de se alistar, com exceção dos inválidos, maiores de 70 anos, brasileiros que estavam fora do país e mulheres que não trabalhavam.

O processo de alistamento eleitoral previa que o cidadão assinasse a próprio punho no órgão responsável de seu distrito o seu nome, idade, estado civil, profissão, naturalidade e endereço. Apresentando também documentos como Certidão de Nascimento ou de batismo, Carteira de Identidade e correlatos. Após o processo de inscrição, era entregue ao eleitor o seu respectivo título. Caso homens e mulheres maiores de 18 anos não se alistassem ou não justificassem o voto, teriam de pagar uma multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 1.000 cruzeiros.

A organização e supervisão das eleições eram feitas pelo Tribunal Superior Eleitoral e por Tribunais Regionais Eleitorais. O primeiro poderia “processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos cometidos pelos seus próprios juízes e pelos juízes dos tribunais regionais⁴⁷”. Enquanto o segundo deveria fiscalizar o processo eleitoral em seus respectivos distritos, zelando pelo encaminhar justo e pelo não descumprimento do Código Eleitoral. Aos eleitores era assegurado o voto secreto e prescrito que preenchesse a cédula isolado⁴⁸. A apuração dos votos, por sua vez, era feita por juntas eleitorais e tribunais regionais, com a participação de dois ou três fiscais escolhidos por cada partido⁴⁹.

⁴⁶ BRASIL. **Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950**. Institui o Código Eleitoral de 1950. Presidência da República. Rio de Janeiro, 1950.

⁴⁷ BRASIL. Código Eleitoral de 1950. Artigo 12, p. 3, 1950.

⁴⁸ BRASIL, Código Eleitoral de 1950. Artigo 54, p. 12. 1950

⁴⁹ Ibid., Artigo 91, p. 21. 1950

No processo eleitoral realizado no dia 7 de outubro de 1962, os eleitores pela primeira vez votaram por meio de uma cédula padrão (Anexo 3). Até então, as cédulas eram disponibilizadas pelos partidos, que muitas vezes as entregavam preenchidas. Neste ano de 1962, 14.747.221 brasileiros foram escolher seus representantes, o que representava na época um quarto da população. Os números de votantes por estado foram os seguintes, conforme exposto na tabela 1 abaixo⁵⁰:

⁵⁰ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais.** Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1967. Vol. 7. Departamento de Imprensa Nacional, 1973.

Tabela 1- Número de votantes por estado/eleitorado em 1962

Estados	População	Eleitorado	Votantes
Acre	171.000	19.544 (11,43%)	14.835 (75,91%)
Alagoas	1.307.000	192.223 (14,71)	145.103 (75,49%)
Amazonas	768.000	421.531 (17,88)	275.717 (65,41%)
Bahia	6.234.000	1.206.453 (19,35)	886.163 (83,46%)
Ceará	3.472.000	863.282 (24,58)	634.942 (74,41%)
Espírito Santo	1.263.000	307.009 (24,31)	248.586 (80,97%)
Goiás	2.140.000	510.135 (23,84)	343.710 (67,38%)
Guanabara	3.517.000	1.198.588 (34,08)	1.022.217 (85,29%)
Maranhã	2.718.000	497.436 (18,30)	319.559 (64,24%)
Mato Grosso	1.013.000	263.002 (25,96)	189.509 (72,06)
Minas Gerais	10.697.000	2.565.505 (23,98)	2.067.555 (80,59%)
Pará	1.647.000	421.531 (25,59)	275.717 (65,41%)
Paraíba	2.080.000	405.407 (19,49)	309.702 (76,39%)
Paraná	4.905.000	1.100.637 (22,44)	814.842 (74,03%)
Pernambuco	4.292.000	851.398 (19,83)	607.695 (71, 38%)
Piauí	1.306.000	315.158 (24,13)	230.264 (61,64%)
Rio de Janeiro	3.667.000	1.115.176 (30,41)	903.857 (81,05%)
Rio Grande do Norte	1.195.000	322.107 (26,95)	250.283 (67,66%)
Rio Grande do Sul	5.731.000	1.561.162 (27,24)	1.353.697 (86,71%)
Santa Catarina	2.282.000	638. 527 (27,98)	555.304 (86,97%)
São Paulo	13.868.000	3.822.235 (27,56)	3.303.350 (86,43%)
Sergipe	784.000	192.503 (24,55)	141.899 (73,71%)
Território do Amapá	77.000	13.666 (13,66%)	10.751 (78,67%)
Território do Rio Branco	32.000	6.087 (19,02%)	4.656 (76,49%)
Território de Rondônia	80.000	12.759 (15,95%)	9.462 (74,16%)

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais. Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963, v. 7. **Biblioteca Digital da Câmara**. Brasília: 1973.

A tabela foi montada a fim de demonstrar quantos habitantes existiam por estado no ano de 1962, para que assim fosse evidenciado quantos cidadãos estavam elegíveis a votar em comparação ao número de votantes.

Em análise feita sob estas porcentagens, ficou evidente que em todos os estados o número de elegíveis a eleitores era pequeno, não passando de 34% no caso da até então

capital do país, Guanabara. Uma das razões para este dado se relaciona à limitação constitucional daqueles que podiam votar, no caso, principalmente os analfabetos não terem direito ao voto. Esse grupo representava em 1960 aproximadamente 15.964.852 de brasileiros⁵¹, causando impacto no número de eleitores e no deslocamento muitas vezes impossível de ser feito até o cadastro desses eleitores. No caso da região Norte, o número de eleitores em comparação à população é ainda mais discrepante, chegando a apenas 11,43% no Acre.

Os estados com maior número de votantes foram Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, com mais de 86% de eleitores. Em contrapartida, Piauí, Maranhão e Amazonas foram os Estados com menor número, em média 64% e 65% de eleitores. Em comparação aos dados das eleições de 1958, tem-se os seguintes números:

Tabela 2- Número de votantes por estado/eleitorado em 1958

Estados	População	Eleitorado	Votantes
Amazonas	601.915.000	88.712 (14,73%)	78.565 (88,56%)
Pará	1.317.758	271.374 (20,59%)	232.506 (85,67%)
Maranhão	1.937.622	278.094 (14,35%)	223.955 (80,53%)
Piauí	1.277.443	232.368 (18,19%)	211.348 (90,54%)
Ceará	3.313.927	656.716 (19,81%)	196.011 (86,65%)
Rio Grande do Norte	1.168.361	229.523 (19,64%)	196.011 (85,39%)
Paraíba	1.993.375	291.120 (14,60%)	262.228 (90,07%)
Pernambuco	4.106.717	614.537 (14,96%)	549.670 (89,44%)
Alagoas	1.223.992	134.959 (11,02%)	124.609 (92,33%)
Sergipe	741.378	145.303 (19,59%)	123.737 (85,15%)
Bahia	5.736.158	920.249 (16,04%)	826.087 (89,76%)
Espírito Santo	964.346	233.053 (24,16%)	221.045 (94,76%)
Rio de Janeiro	2.742.223	790.762 (28,83%)	729.781 (92,28%)
São Paulo	11.115.377	2.855.751 (25,69%)	2.702.012 (94,61%)
Paraná	3.313.947	684.881 (20,66%)	625.854 (91,38%)
Santa Catarina	1.961.162	524.109 (26,72%)	494.052 (94,26%)
Rio Grande do Sul	5.007.544	1.274.344 (25,44%)	1.214.094 (95,27%)
Minas Gerais	8.641.654	2.036.003 (23,56%)	1.888.027 (92,73%)
Goiás	1.662.254	326.976 (19,67%)	291.409 (89,12%)

⁵¹ SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. O analfabetismo no Brasil sob enfoque demográfico. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 169-186, julho de 1999.

Mato Grosso	622.089	177.004 (28,45%)	153.851 (86,91%)
Distrito Federal	3.030.619	977.839 (32,26%)	927.582 (94,86%)
Território do Acre	154.265	14.941 (9,68%)	13.619 (91,15%)
Território do Amapá	58.769	7.718 (13,13%)	6.869 (88,99%)
Território do Rio	25.106	5.998 (20,89%)	5.627 (93,81%)
Branco			
Território de Rondônia	57.908	8.126 (14,03%)	7.395 (91%)

Fonte: **BRASIL**. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: 6º volume: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores. Referendum 6.1.63. [S.l.]: Departamento de Imprensa Nacional, 1964. v. 6.

Em comparação a 1958 e 1962, percebe-se que o segundo apresentou um aumento no número de brasileiros que se inscreveram como eleitores. Porém, houve uma diminuição no número de votantes em relação àqueles hábeis ao voto. Cumpre destacar que um dos objetivos do Ibad, principalmente no Nordeste, era ser responsável pela locomoção de cidadãos do interior até centrais de votação. Além disso, o instituto era responsável por fraudes eleitores, quando de maneira ilegítima ensinavam apenas a assinatura aos eleitores para burlar a proibição de votos de analfabetos. Em troca, obviamente, deveriam votar em políticos que defendessem os princípios ibadianos⁵².

A fim de esmiuçar algumas disputas eleitorais, agora o tratamento será dado à política eleitoral em Pernambuco, Bahia e Guanabara. Estes três estados foram escolhidos devido sua visibilidade na CPI do Ipês e do Ibad. Além disso, se tratando das eleições de 1962, os trabalhos acadêmicos apresentam mais detalhes sobre estes estados, justamente em razão da relevância dos candidatos a governador destes estados. Desta forma, a próxima seção tratará do contexto polarizado destes estados, bem como da biografia dos candidatos. E, por fim, sobre a interferência do Complexo Ipês-Ibad nas eleições destes três estados.

1.3.1 Eleições de 1962: Pernambuco

Em Pernambuco, no início da década de 1960 havia o protagonismo político por usineiros, grandes proprietários de terras e oligarcas regionais, seguindo uma longa

⁵² DREIFUSS, Op. Cit.

tradição do estado. A partir de 1950, as Ligas Camponesas⁵³ foram adicionadas ao contexto político do estado. As Ligas eram agrupamentos que reuniam trabalhadores e trabalhadoras da terra que lutavam por questões de sobrevivência nos grandes engenhos nordestinos. Em 1960, com a liderança de Francisco Julião, deputado do Partido Comunista Brasileira, este movimento se politizou e se expandiu para outras regiões.

No tocante aos partidos políticos, os processos eleitorais anteriores a 1962 para governador de Pernambuco se deram por meio da disputa bipartidária. Portanto, as alianças entre políticos diversos e, por vezes, com discursos conflitantes foram marcas do histórico partidário deste estado. Por exemplo, em 1954 criou-se a Frente do Recife, formada pelo Partido Comunista Brasileiro, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Trabalhista Brasileiro. Em tese, essa união se alicerçava principalmente na defesa nacionalista.

Em 1958, porém, a Frente do Recife se uniu à União Democrática Nacional – partido nacionalmente conservador – no que chamaram de Oposições Unidas. Esta aliança lançou a candidatura de Cid Sampaio, usineiro e oligarca importante do Estado, e a vice candidatura de Pelópidas Siqueira. Por fim, em 1962, a UDN se tornou dissidente e abandonou a Frente, que se expandiu e com a indicação de Miguel Arraes, conseguiu apoio de empresários, como o caso de José Ermírio de Moraes – figura importante para a economia do estado – além de diversos oligarcas e proprietários de terra da região.

A Frente do Recife indicou, em 1962, o nome de Miguel Arraes para concorrer ao cargo de governador do Estado. Arraes nasceu em 1916, em Araripe município do Ceará, filho de José Almino de Alencar e Silva e Maria Benigna Arraes de Alencar, família de comerciantes agricultores. Entrou para a política em 1950, quando foi eleito deputado estadual de Pernambuco. Em 1960 se candidatou ao cargo de prefeito de Pernambuco, com o apoio da Frente de Pernambuco. Em sua atuação como prefeito ganhou popularidade por suas ações de desenvolvimento público alinhado ao nacional desenvolvimentismo.

Sua atuação como prefeito tornou Arraes popular no estado, principalmente por sua figura política angariar o apoio de diferentes grupos sociais, como parte da oligarquia do estado e setores de esquerda:

⁵³ MONTENEGRO, Antonio Torres. As ligas camponesas e os conflitos no campo. **SAECULUM – Revista de História** (João Pessoa), n. 18, pp. 11-31, 2008.

A ampla base político-social inscrita nas chamadas Frente do Recife e Frente Popular, responsável por suas maiores vitórias para prefeito e para governador por três vezes ajudará a polarizar ainda mais os embates entre os grupos e as classes sociais no estado. A novidade é que depois de sua experiência administrativa de base popular e progressista a frente da prefeitura do Recife, seu nome ficará, de algum modo, mais associado e estigmatizado pelos setores conservadores e retrógrados como um esquerdista ou mesmo comunista. Tal estigma ficará mais explícito durante as disputas eleitorais para o governo do estado em 1962, quando parte da imprensa hegemônica local em conluio com segmentos religiosos, sobretudo, autoridades clericais da igreja católica desenvolveram forte campanha contra o perigo vermelho simbolizado na figura deste ator político⁵⁴.

Miguel Arraes, portanto, quando visto pelos acordos e concessões deferidas em suas alianças para o governo do Estado e conforme sua trajetória política como prefeito de Recife não se mostrava um revolucionário. Inclusive, demonstrava que nem o pretendia ser. Seu discurso expressava compromisso com o povo, com o nacional-desenvolvimentismo e com acordos diversos que tinham como fim ações de desenvolvimento para o Estado. Porém, no contexto em que se encontrava, Arraes era visto como uma liderança comunista, alinhado ao governo federal e às Ligas Camponesas.

Para o grande capital estadunidense e nacional, a vitória de Arraes seria um impedimento do confronto às Reformas de Base, assim como um obstáculo ao projeto modernizador idealizado para o Nordeste, sobretudo no tocante à Reforma Agrária em intensa disputa entre as Ligas Camponesas e os grandes proprietários de terra. Por isso, havia um interesse tão grande da parte do Complexo Ipês/Ibad em fortalecer financeiramente a campanha em Pernambuco e não permitir a vitória de Arraes, o que não foi possível, já que o político ganhou com 47,98% dos votos.

O maior adversário de Arraes nas eleições para governador de Pernambuco foi João Cleofas. Nascido em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, filho de Augusto Teixeira de Oliveira e de Maria Florentina de Lemos Oliveira, família proprietária de pequena usina de açúcar, Cleofas iniciou sua carreira política em 1926, quando ingressou na Assembleia Estadual. Foi neste momento que institucionalizou a profissão de engenheiro no estado de Pernambuco. Foi candidato em 1950 ao governo do estado de Pernambuco pela legenda da UDN, porém foi derrotado por Agamenon Magalhães (PSD).

⁵⁴ ADILSON, José. Pernambuco à esquerda? A força política das famílias Arraes-Campos na esfera estadual. **Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses**, v. 5, n. 2, 2019.

Em 1962, se candidatou novamente para o cargo, mas dessa vez pela legenda do Partido Republicano (PR). Foi apoiado por Cid Sampaio naquele momento dissidente da Frente de Recife e das Oposições Unidas de Pernambuco. Perdeu mais uma vez a eleição com uma diferença de apenas 13.353 votos em relação a Arraes. Durante o governo militar, se manteve em cargos públicos na Câmara até 1967, e depois no Senado (1967-1969). Todavia, após meados de 1970, deixou a política a fim de se dedicar a questões agrárias. Morreu em 17 de setembro de 1987⁵⁵.

Para infringir uma estratégia mais direcionada ao povo, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática desenvolveu um importante papel. A partir de suas secretarias de assistência à saúde e alimentação, os ibadianos ofereciam remédios e consultas à população local, que se encontrava desprovida de acessos a estes meios. Em adicional, disseminavam propagandas contrárias à Arraes.

Jornais, televisões, rádios e palanques foram de muito uso para ambos os candidatos aqui em destaque. As propagandas políticas não se restringiam à promoção individual de cada partidário, mas, em suma, na descredibilização do outro. A Igreja Católica, por exemplo, por meio de seus jornais paroquiais disseminava a figura de Arraes como um adversário dos princípios católicos. A grande mídia, por sua vez, em aliança com Cleofas promovia acusações de que Arraes estava sendo subsidiado por países estrangeiros e socialistas, como Cuba.

Após sua vitória em 1962, Arraes teve sua carreira política interrompida em 1964 com o golpe civil-militar. O político foi preso e deposto em 1º de abril de 1964 e enviado para Fernando de Noronha, tendo sido solto apenas em 21 de abril de 1965 com o agravante de ter de responder por diversos inquéritos. Desta forma, se exilou na Argélia em 25 de maio de 1965, onde permaneceu por 14 anos. De volta ao Brasil, foi eleito deputado federal de Pernambuco em 1982, na legenda do Partido do Movimento Democrático do Brasil (MDBP). Em 1990, se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e em 1992 foi eleito por essa legenda, pela terceira vez, governador de Pernambuco. Por fim, em 2003, foi eleito deputado federal de Pernambuco onde permaneceu até sua morte, em 2005⁵⁶.

⁵⁵ CPDOC. João Cleofas de Oliveira. Tipo: Biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-cleofas-de-oliveira>. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

⁵⁶ CPDOC. Miguel Arraes. Tipo: biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-arrais-de-alencar>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

1.3.2 Eleições de 1962: Guanabara

Guanabara foi outro importante estado no jogo político nacional, sobretudo na disputa eleitoral para governador que se deu entre lideranças conhecidas no país, Leonel Brizola (PTB) e Carlos Lacerda (UDN). O primeiro ingressou na política em 1945, no Partido Trabalhista Brasileiro. Em 1958, foi eleito governador do Rio Grande do Sul e líder da Campanha da Legalidade em 1961, com a finalidade de evitar o impedimento que estavam a instaurar na posse de João Goulart.

Carlos Lacerda, por sua vez, ganhou espaço na política a partir de sua carreira como jornalista. Historicamente foi uma figura dúbia e controversa, visto que já durante sua vida mudou de discursos diversas vezes. Foi eleito vereador em 1947 e em 1960 como governador do estado da Guanabara. Nas eleições de governador da Guanabara, Carlos Lacerda pensava em disputar o cargo à presidência em 1965. Por isso, “partiu para uma manobra política de diálogo, contrariando sua postura de pouca afeição a negociações⁵⁷”

A eloquência de ambos precedia a disputa, a reverberar pelos jornais da época,

Brizola afirmou que ‘o Governo da Guanabara é que prega a subversão, apoiado pelos grupos econômicos, que tentam despojar do povo os poderes legítimos’¹⁰⁰. A menção aos “grupos econômicos”, feita por Brizola, era uma clara alusão ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organização criada em 1959, acusada de ser financiada por empresários nacionais e internacionais e de patrocinar, em 1962, a campanha eleitoral de vários candidatos que se opunham ao governo Goulart e defendiam a implantação no país de uma política econômica sem restrições ao capital estrangeiro. A atuação do IBAD fundamentava-se numa intensa propaganda anticomunista, divulgada a partir de programas de rádio e televisão e de espaços de publicidade alugados em jornais⁵⁸”

Após o embate duro e polarizado nos jornais e comícios da Guanabara, Brizola foi eleito como o deputado federal mais votado do país, com recorde histórico de votos: 269.384 votos. Em segundo lugar, com 123.384 votos, foi eleito o deputado Amaral Neto (UDN). O deputado Eloy Dutra, crucial no debate sobre a CPI do Ipês e do Ibad, foi eleito

⁵⁷ RIGHI, Graziane Ortiz. O início da trajetória política de Leonel Brizola no Rio de Janeiro: a campanha eleitoral para deputado federal na Guanabara (1962). *Ars Historica*, n. 10, pp. 79-99, 2015.

⁵⁸ VERSIANI, Maria Helena. **Padrões e práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970**. 2007. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007, p. 75.

em sexto lugar pelo PTB, com 30.614 votos. Adauto Cardoso (UDN), um dos futuros membros da CPI do Ipês e do Ibad, foi eleito em oitavo lugar, com 18.625 votos. E por último, em vigésimo primeiro lugar, Benedicto Cerqueira (PTB) se elegeu com 3.527. Ele também foi um dos representantes do partido na Comissão Parlamentar de Inquérito aqui em questão.

1.3.3 Eleições de 1962: Bahia

A respeito das eleições na Bahia, os grupos anticomunistas atuaram principalmente por meio de organizações da Igreja Católica. A eleição para governador do estado foi disputada por Antônio Lomanto Junior (UDN-PTB-PL-PRT-PR-PRP), Francisco Valdir Pires de Souza (PSD-PDC-PTN-PSB) e Aristóteles Góis. Para além das disputas políticas em caráter nacional que rondavam o apoio ou oposição ao governo de Jango, havia na Bahia uma especificidade:

[...] o contraste com a disputa nacional, visto que a UDN, principal força opositora de Goulart na esfera federal, terá o apoio do presidente na disputa para governador do Estado e, junto com ele, o PTB baiano, num leque de forças conservadoras. Forças essas que enfrentavam um arco de alianças em volta de um PSD local, que diferentemente das posturas de centro adotava nacionalmente, no Estado representava linhas políticas progressistas mais próximas do reformismo do próprio Goulart, apesar de não ter o seu apoio na disputa local⁵⁹.

É proposto que muito estava em disputa em 1962, e os grupos de direita assim sabiam. Tanto que não pouparam esforços e dinheiro para construir uma grande rede de apoio para aqueles dispostos a enfrentar aquilo que consideravam uma ameaça comunista: Goulart e seus aliados. Grupos organizados, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais tornaram-se ainda mais estruturados a partir de 1960. Isso, pois, intensificou um contexto de crise orgânica⁶⁰ que seria um momento histórico de crise política e econômica, bem como de acirramento da disputa pelo Estado por um novo bloco de poder. No caso do Brasil, foi o momento de

⁵⁹ ARAÚJO, Op. Cit., p. 26.

⁶⁰ GONÇALVES, Martina Spohr. **Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)**. 2010. 225f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. 2010.

disputa entre o antigo bloco de poder populista e o novo bloco de poder, o multinacional e associado, em que se encontrava os Institutos identificados a priori⁶¹.

Participavam da articulação anticomunista e anti-Goulart conjuntamente com o Ipês e o Ibad as organizações religiosas. A Igreja Católica disseminou em encontros e materiais religiosos diversas propagandas eleitorais em 1962. O anticomunismo católico nacional tinha como base, de modo geral, a encíclica *Mater et Magistra* assinada pelo Papa João XXIII em 1961. Este documento ressaltava que:

Entre comunismo e cristianismo, o pontífice declara novamente que a oposição é radical, e acrescenta não se pode admitir de maneira alguma que os católicos adiram ao socialismo moderado: quer porque ele foi construído sobre uma concepção da vida fechada no temporal, com o bem-estar como objetivo supremo da sociedade; quer porque fomenta uma organização social da vida comum tendo a produção como fim único, não sem grave prejuízo da liberdade humana; quer ainda porque lhe falta todo o princípio de verdadeira autoridade social⁶².

Diversas organizações de autoridades católicas e de fiéis, portanto, se aglutinaram em organizações suprapartidárias com o fim supostamente de defender um conceito único e conservador de família, os princípios da livre iniciativa privada e o anticomunismo⁶³.

Era muito caro ao Complexo Ipês/Ibad a articulação com a Igreja Católica, já que era a doutrina responsável por grande parte dos religiosos brasileiros. A Igreja seria o canal de disseminação de como políticas que consideravam comunistas estavam corrompendo a família e os bons costumes. No processo eleitoral, portanto, diversos estados tiveram como protagonista a Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF). Desta forma, concordando com a literatura, foi “durante a trajetória do anticomunismo brasileiro, nunca houve uma mobilização eleitoral tão grande quanto em 1962⁶⁴” em relação à Igreja.

Sobre a rede de financiamentos desenvolvida para os candidatos políticos, cumpre destacar o papel da Ação Democrática Popular. A ADEP foi o principal organismo de articulação e coalizão entre os parlamentares representantes do Ibad no Congresso

⁶¹ DREIFUSS, Op. Cit.

⁶² MATER ET MAGISTRA. **Carta Encíclica**. João XXIII. Vaticano: 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/johnxxiii/pt/encyclicals/documents/hf_jxxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 1 set. 2021.

⁶³ ARAÚJO, Célio Roberto de. **O voto, o terço e as armas**: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964. 2008. 123f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2008.

⁶⁴ MOTTA, Rodrigo. Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

Nacional. Segundo o depoimento de Hécio França para a CPI, “[...] A Adep via-se transformada, como outros órgãos, num satélite do Ibad⁶⁵”.

Esse organismo foi criado em 1961 por João Mendes (UDN - BA), com o objetivo primeiro de enfrentar a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Durante as eleições de 1962, recrutava políticos que fossem coerentes com os princípios anticomunistas. A Ação Democrática Parlamentar também foi utilizada pelo Ibad, tanto que a CPI do Ipês e do Ibad, em 1963, recebeu por parte de Miguel Arraes um termo de compromisso de responsabilidade da Adep. Esse compromisso, assinado pelo político Oswaldo Peixoto de Oliveira, atestava que se eleito, cumpriria com os princípios ideológicos da Adep.

1.4 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

As Comissões Parlamentares de Inquérito foram regimentadas primeiramente no Brasil, a partir da Constituição de 1934, no art. 36. Neste, constava a possibilidade de a Câmara dos Deputados criar uma CPI para investigar um “fato determinado”, conceito de múltiplos significados na Teoria do Direito. Com relação à CPI, esta é entendida como

O núcleo de verificação conceitual do requisito fato determinado exigência constitucional para a instalação de comissões parlamentares de inquérito, desdobra-se em dois sentidos: (i) a demanda de que o fato, em si, seja determinado e (ii) a demanda de sua demonstração. Isto porque de nada adianta o fato, propriamente dito, ser determinado, mas não restar demonstrado como tal na peça do requerimento. Cada um dos sentidos volta-se a tutelar bens constitucionais diversos. O primeiro garante eficácia e objetividade de investigação e o segundo garante controlabilidade⁶⁶.

Explicitada essa premissa crucial para a abertura de CPI, este processo deixou de ser regimentado na Constituição de 1937. E só voltou a aparecer apenas na Carta de 1946.

A primeira grande CPI que estampou jornais de sua época dizia respeito ao caso do jornal *Última Hora*. Foi instalada em junho de 1953, e seu objetivo era investigar sobre as origens financeiras do grupo Wainer, responsável por financiar na época a Companhia Paulista Editora e de Jornais S.A, a Editora Érica, o Rádio Clube e o próprio jornal *Última*

⁶⁵ CPI do Ipês e do Ibad, 1963, p. 259.

⁶⁶ SCHIER, Paulo Ricardo. **Comissões Parlamentares de Inquérito e o conceito de fato determinado**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

*Hora*⁶⁷. As denúncias focavam principalmente na figura de Samuel Wainer, que era muito próximo de Getúlio Vargas, presidente eleito democraticamente na época. Um dos grandes fomentadores desta CPI foi Carlos Lacerda, que por meio de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, questionava inclusive se Wainer seria brasileiro. Porém, Wainer discursou que ele mesmo teria pedido a Vargas para que a CPI fosse aberta, com a finalidade de que assim pudesse comprovar sua licitude.

A CPI do *Última Hora* teve cinco meses de duração e conseguiu demonstrar relações entre órgãos estatais e a imprensa, não apenas no que tangia ao jornal investigado, mas também a respeito de outros periódicos, como o *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda. Nesta CPI, em paridade à investigação que se deu ao Ipês e ao Ibad, os membros usaram de seus discursos como ferramentas de oposição ao governo de Vargas. Denunciavam que o presidente agia de modo corrupto, já que por relações pessoais e políticas favorecia um jornal. A partir desta CPI que tratou sobre periódicos e suas relações públicas com o governo, é possível também perceber o quanto uma Comissão pode ser usada para debates sobre corrupção⁶⁸.

A Constituição de 1946 tratou mais detalhadamente do processo de Comissões Parlamentares de Inquérito, ressaltando em seu artigo 40 sobre a proporcionalidade de partidos políticos na constituição de uma CPI. Para além disso, foi a partir desta Constituição que o Senado Federal ficou elegível para criar Comissões, conforme requeresse um terço da Casa⁶⁹. Para basear o processo, o Regimento Interno do Senado estabelecia as regras da CPI. Em 1952, com a Lei n. 1579/1952, surgiu a legislação que foi considerada “primeira da história jurídica federal brasileira a disciplinar as comissões parlamentares de inquérito”⁷⁰. Este documento estabelecia que os membros da Comissão poderiam investigar com autonomia, tomar depoimentos conforme legislação penal, bem como requerer documentos.

Entre 1946 e 1964 – recorte temporal em que vigorou o processo democrático nacional – muitas CPIs foram abertas e funcionaram simultaneamente. Embora

⁶⁷ CPDOC. **CPI da Última Hora**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/CPIUltimaHora>. Acesso em: 01 mar. 2022.

⁶⁸ MENDONÇA, Marina Gusmão de. Imprensa e política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da Última Hora. **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 31, 2008.

⁶⁹ BRASIL. **Constituição de 1946**. Capítulo II – Do poder legislativo, Artigo 53. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 10 jan. de 2022.

⁷⁰ OLIVEIRA, Erival da Silva. **Comissão parlamentar de inquérito**. São Paulo: Ícone, 1999, p. 30.

atualmente podem se desenvolver no Senado apenas cinco comissões simultâneas, naquele momento não havia restrições, por isso, o número de CPIs chegava a 10. Entretanto, havia pouco controle do governo federal da atividade partidária, o que levou muitos desses processos a serem arbitrários e não finalizados⁷¹.

Com o golpe civil militar de 1964, a Constituição foi rasgada e sob um regime ditatorial a Câmara dos Deputados e o Senado foram dissolvidos. Desta forma, mesmo o Art. 39 da Constituição Autoritária de 1967 determinando que os deputados e senadores criassem Comissões de Inquérito, estes políticos não estavam em plenos exercícios democráticos para assim o fazer.

Em 1988, após a abertura democrática com a nova Constituição conhecida como “Cidadão”, novamente foi viabilizado o desenvolvimento de Comissões de Inquéritos. As CPI atuais, portanto, passaram a ser regimentadas por esta Carta, a qual estabelecia que os objetivos da investigação eram:

I–discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa; II–realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil; III–convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições; IV–receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas; V–solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão; VI–apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer⁷².

Ainda neste documento, no artigo 58, consta que a finalização da investigação é feita por meio de um parecer final, com aprovação da maioria dos membros da CPI. A segunda etapa é o envio do relatório final para a Mesa do Senado, o que possibilita que projetos de leis sejam criados. Ou então, enviar o parecer ao Ministério Público para que este possa encaminhar os delitos aos devidos órgãos de responsabilidade civil e criminal.

A partir deste texto constitucional, outro tipo de processo foi criado, as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMIs). Este processo, por sua vez, se deu de maneira conjunta entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal⁷³. “Entre 1989 e 2005,

⁷¹ TRAMARIM, Eduardo. Série sobre os 75 anos das CPIs – Bloco 2. In **Rádio Câmara**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/299469-serie-sobre-os-75-anos-das-cpis-bloco-2/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

⁷² BRASIL. **Constituição Federal**, 1988, p. 52.

⁷³ LIMA, E. MAGELE, L. A. O. C. Os poderes instrutórios e de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito. In **Publica Direito**. XXIII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (ONPEDI). 2014.

cinquenta e cinco CPMIs foram abertas⁷⁴, sendo algumas delas apenas criadas, e não de fatos desenvolvidas. Enquanto muitas não apresentaram relatórios finais em razão do processo ter sido arquivado. Desta forma, entre as “91 comissões de inquéritos criados no Senado (CPIs) e no Congresso Nacional (CPMIs), 54,9% são instaladas e apenas 38,5% apresentam relatório final⁷⁵”.

No que tange, portanto, ao período posterior ao ano de 1988, cumpre destacar uma CPI que muito chamou a atenção e interferiu na política nacional: a CPI do Esquema Paulo César Farias, que ocorreu durante o governo de Fernando Collor em 1992⁷⁶. O processo foi aberto a partir de denúncias de que o presidente estava participando de um grande esquema de corrupção. Ratificadas em uma entrevista do irmão de Collor, Pedro Collor, a *Revista Veja*. O processo da CPI se deu a partir 4 de junho e foi finalizado dia 27 de agosto. Em seu relatório final, a comissão concluiu que

[...] respeitadas as limitações inerentes à natureza deste relatório, a verdade mais elementar é que não se pode ocultar à Nação que, no curso dos trabalhos, ficou evidente que o Sr. Presidente da República, de forma permanente e ao longo de mais de dois anos de mandato, recebeu vantagens econômicas indevidas⁷⁷ [...]

Em outubro passou a tramitar no Senado o pedido de impeachment ao governo de Collor, porém, antes de que seu julgamento fosse deferido, no dia 29 de dezembro o presidente enviou sua carta de renúncia.

Mais tarde, em 2021, uma Comissão Parlamentar de Inquérito ficou muito evidente nas mídias brasileiras, a “CPI da Pandemia”. Ela foi criada em 27 de abril de 2021 e finalizada em 5 de novembro do mesmo ano. O objetivo desta Comissão foi investigar “as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas [...]”. Os senadores ouviram diversos políticos e médicos. Dentre as figuras importantes que depuseram, consta o ex-Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que ressaltou a falta de organização do governo Federal no combate à pandemia.

⁷⁴ SOUZA, Alexandre Barreto de. **Comissões Parlamentares de Inquérito com instrumentos de accountability horizontal: análise do período 1989-2005.**

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ SANTI, Marcos Evandro Cardoso. **Comissões Parlamentares de Inquérito e democracia no Brasil do Tempo Presente (1958-2010).** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Brasília: 2012. 224.

⁷⁷ BRASIL. **Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**, p. 369. Brasília, 1992. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/88802>. Acesso em: 30 mar. 2022.

1.5 ABERTURA DA CPI DO IPÊS E DO IBAD: SEUS MEMBROS E CONFLITOS DE INTERESSE

Notícias sobre investimentos abundantes do Ibad em campanhas políticas reverberaram nas mídias da época, e incomodou adversários políticos, principalmente Eloy Dutra do PTB. Sua desconfiança para com a origem dos fundos de investimentos desempenhado pelo Ibad foi de tal forma que durante o processo eleitoral requeria aos deputados que abrissem uma investigação para investigarem a atividade política do Complexo Ipês/Ibad. Porém, uma Comissão Parlamentar de Inquérito apenas seria possível após as eleições com todos os políticos eleitos empossados. Dutra, então, denunciou o Ibad para o Conselho de Segurança Nacional⁷⁸.

As denúncias de investimento irregular por parte do Ibad e do Ipês não se restringia a Eloy Dutra, e após a posse dos políticos eleitos em 1963 começou a ser organizado no bojo do PTB a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investiga-los. Somava-se as denúncias jornais como *Última Hora*, que durante o pleito de 1962 publicou:

Ibad tenta destruir cartazes de Arraes: denúncia ao TER! ” O Ibad programou a danificação em massa de cartazes de Arraes e já iniciou a empreitada, através de uma “gang” de “playboys” e seus agentes alugados. [...] Em ofício dirigido ao Tribunal Regional Eleitoral, o engenheiro Edgar Amorim diretor da Divisão de Censura Estética denunciou que um jipe de cor cinza [...] pertencente a Nelson de Sá Barreto subiu na calçada do logradouro e, manobrando violentamente atingiu um painel de propaganda do sr. Miguel Arraes⁷⁹.

Políticos como Eloy Dutra e Miguel Arraes endossavam as denúncias e declaravam em discursos e na imprensa que estavam sendo prejudicados pelas ações ibadianas, assim como todo o país também estava em razão da interferência que este órgão estava causando no livre processo democrático nacional.

Foi em abril de 1963 que o deputado Paulo de Tarso viabilizou a instalação desta CPI, com a assinatura de 144 membros do Legislativo. A CPI teve a duração de oito meses, quando políticos como Rubens Paiva e Peracchi Barcellos se propuseram a ouvir depoimentos variados, como de Ivan Hasslocher – presidente do Ibad – e do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, para investigar as ações políticas dos Institutos. O acervo documental proveniente desta CPI conta com quase cinco mil páginas que apresentam

⁷⁸ DUTRA, Op. Cit.

⁷⁹ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 8, 1963, p. 112.

variados tipos de fontes, como reportagens de jornais, depoimentos, recibos, contratos, atas de reuniões entre os membros da CPI, os estatutos dos Institutos, cartas trocadas entre membros do Ibad e da Adep, relatórios bancários e o parecer de conclusão do processo.

O início da CPI em 1963 não foi simples, pelo contrário, já que a abertura da CPI sofreu atrasos e empecilhos.

Como bem observado por Eloy Dutra, antes mesmo de nascer, a CPI já era permeada por disputas políticas que impediram o bom funcionamento investigativo sobre o IBAD. O PTB e o PDC rapidamente indicaram representantes para a mesa, enquanto a UDN e o PSD retardaram ao máximo suas escolhas. Desta forma, dificultariam o andamento do processo investigativo, fornecendo mais tempo para os envolvidos elaborarem suas estratégias de defesa, lícitas ou não. UDN e PSD só indicaram seus representantes, por pressão de parte da mídia que denunciou a demora na implantação da CPI pelos jornais⁸⁰.

No acervo documental da CPI foi apresentado, inclusive, reportagens de jornais que noticiaram a respeito da dificuldade da implementação da Comissão, os quais serão posteriormente tratados no próximo capítulo.

No dia 30 de maio de 1963, dia da primeira reunião entre os membros da CPI, o relator Laerte Vieira ressaltou que pouco havia para ser encaminhado, visto que não havia informações suficientes no relatório de abertura apresentado por Paulo de Tarso. Ficou estabelecido, portanto, que no dia 7 de junho Tarso iria depor a fim de explicitar sobre as evidências e suspeitas que o levaram a pedir a abertura do referente processo.

Tratando-se de um núcleo de investigação formado por políticos inseridos em um cenário de disputa de interesses, é crucial investigar quais eram os membros da Comissão em questão. Para o levantamento biográfico destes participantes, a bibliografia escolhida foi o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*⁸¹, em razão de sua credibilidade intelectual dada ao material. Aqui serão traçados qual partido e estado estes deputados representavam, suas participações na CPI e suas relações com o golpe civil-militar de 1964.

Peracchi Barcellos (1907-1986) era deputado federal do Rio Grande do Sul e representante do Partido Socialdemocrata. Nesse estado, fazia parte da Frente Democrática, grupo de articulação política que tinha como base o anticomunismo. Em

⁸⁰ OLIVEIRA, Op. Cit., p. 73.

⁸¹ POPPINO, Rollie E. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**, 1930-1983. Forense Universitária, 1987.

sua candidatura de 1958, seu discurso “apela a ideias ligadas à moral, aos princípios cristãos e à família, além da credibilidade que o posto militar lhe oferecia⁸²”.

A escolha de Barcellos para o cargo de presidente da Comissão foi criticada por jornais de tendência nacional-desenvolvimentista da época, em razão de ter sido acusado de possuir vínculos com os Institutos investigados. Em discurso à CPI, respondendo aos boatos que o cercavam, assumiu que havia recebido apoio da Ação Democrática Popular (ADP) durante sua campanha eleitoral, mas que isso não afetava sua autoridade como presidente daquela Comissão⁸³. Em relação ao golpe civil-militar, participou da ação golpista e foi saudado pelos militares.

O vice-presidente da CPI também era um político muito popular à época, muito presente nos estudos historiográficos e nas memórias sobre a ditadura militar brasileira. O escolhido para esse cargo foi Rubens Paiva, deputado federal de São Paulo situado na área mais radical do PTB⁸⁴. Durante esta CPI, foi colocado como parte do grupo que investigava criticamente a atuação do Ibad, pois não possuía vínculos com a organização⁸⁵.

Durante a CPI, em 8 de agosto de 1963, Rubens Paiva autorizou um ofício para que investigassem seus bens e os de sua esposa, a fim de comprovar a licitude de seus gastos em campanha. Para além disso, entrou em atrito com o relator Vieira, quando este segundo destacou que a Adep nada tinha a ver com o Ibad, por isso, nos depoimentos não deveriam ser perguntados sobre as atividades de ambos os órgãos. O que discordou Paiva, que compreendia que haviam evidências de atividades conjuntas entre Ipês, Ibad e Adep, e por essa razão tinham de ser questionadas conjuntamente aos depoentes⁸⁶. Por fim, conforme questionava os membros do Ibad e da Adep, ressaltou a falta de memória e o descompromisso em falarem a verdade sobre tudo aquilo que perguntavam a eles. Após o fim da CPI e com o golpe em 1964, teve sua candidatura cassada e em 1971 foi sequestrado, preso e dado como desaparecido pelos militares. Durante muitos anos, sua família lutou para que sua morte fosse declarada, porém, a certidão de óbito foi entregue apenas em 1996⁸⁷.

⁸² GOMES, Carla Renata A. de S. et al. “Mar de Lama”: O anticomunismo como oposição ao Trabalhismo nas eleições de 1958 no Rio Grande do Sul. **História Unicap**, v. 3. N. 6, jul./dez. 2016.

⁸³ “[...] podem falar do Ibad, podem falar do Ipês, podem perguntar sobre a ADP, sobre a Adep. Perguntem sobre o que quiserem, porque nada disto me afetará” (CPI do Ipês e do Ibad, vol. 10, p. 34).

⁸⁴ CPDOC, 2001, p. 4236-37.

⁸⁵ OLIVEIRA, Op. Cit.

⁸⁶ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 10, 1963, p. 33.

⁸⁷ BRASIL. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília: Secretária Especial dos Direitos Humanos, 2007. 499p.

O relator da CPI foi Laerte Vieira (UDN), deputado federal de Santa Catarina que apresentava um discurso contrário às reformas de base propostas por João Goulart. Tal como o presidente da CPI, foi acusado possuir ligações com o Ibad segundo a reportagem do *Correio da Manhã*. Seu companheiro de CPI, João Dória, também declarou em reunião da comissão que o relator estava envolvido pela Adep. Em contrapartida, o presidente declarou que caso a denúncia fosse efetiva, teria de ser feita em termos e não de modo apenas discursivo⁸⁸.

Em resposta, no dia 15 de junho o relator fez um discurso emocionado expressando seu descontentamento com as acusações feitas sobre ele. Neste discurso, desafiou aqueles que o acusavam de comprovarem suas ilicitudes para que assim ele pudesse renunciar a seu mandato. Em sua fala, é possível perceber seu entendimento de que ele era vítima da crise de moral e caráter pela qual passava o Brasil naquele momento, mas declarou que integrava sim a ADP, frente que considerava integra.

Além desses cargos, a CPI era formada por mais oito membros indicados por seus respectivos partidos. Eram eles, Régis Pacheco (Partido Social Democrático – PSD), deputado federal da Bahia e integrante da ADP. Ele foi substituído em 28 de agosto por Burlamaqui de Miranda, deputado do Pará. Outro membro era o deputado de Goiás, Anísio Rocha (PSD), que em conjunto com o Deputado Fidélis Amaral Netto (União Democrática Nacional-GB), se envolveu em uma briga com agressões físicas contra João Dória (Partido Democrático Cristão)⁸⁹. Cumpre destacar que Rocha teve uma participação ativa no processo, requerendo inclusive que Jânio Quadros e João Goulart depusessem, o que não foi concretizado.

Anísio Rocha foi também acusado de ter recebido financiamento do Ibad, e considerou importante entregar uma declaração em resposta à Comissão. O documento entregue em 29 de agosto declarava que o Brasil estava em um contexto “anárquico sustentado pelo Presidente e seus ministros⁹⁰”, o que possibilitava que notícias falsas sobre ele e seus companheiros fossem divulgadas. Para além disso, era de opinião que todos aqueles financiados pelo Ibad deveriam se sentir honrados, visto que os empresários ligados a este órgão estavam preocupados com as ameaças à democracia que estava a sofrer o país.

⁸⁸ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 3, 1963, p. 5.

⁸⁹ OLIVEIRA, Op. Cit., p. 78.

⁹⁰ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 10, 1963, p. 21.

Em acréscimo, considerou a CPI uma ferramenta de terror aos políticos, usada para causar agitação e taxações equivocadas de corrupção. Por fim, o documento retrata o descontentamento do deputado para com o governo federal e a atuação de movimentos sociais, assim como se coloca como partida da articulação anticomunista com base nas diretrizes cristãs⁹¹.

A CPI possuía membros articulados à frente nacional-desenvolvimentista, como Eloy Dutra (PTB), o político que mais demonstrou um posicionamento contrário à atuação ibadiana. Dutra elegeu-se deputado federal em 1958 com o maior número de votos do PTB no Distrito Federal. Era defensor da contenção das remessas de lucros, da reforma agrária corporativista e do aumento da estatização nas áreas de energia e transporte. Na renúncia de Jânio, posicionou-se a favor da posse de Goulart como presidente, dizendo que renunciaria caso isso não acontecesse. Suas denúncias à atuação do Ibad não foram demonstradas apenas dentro da CPI, mas também em publicações no jornal *Última Hora* e em seu livro *IBAD sigla da corrupção*, lançado em 1963.

Como membro da CPI, entregou diversos documentos, como o contrato de arrendamento do jornal *A Noite*. Para além disso, internamente se desentendeu com o presidente Bacellos durante o depoimento de Francisco Lampreia em 3 de julho, pois considerou equivocada a maneira com a qual o presidente se sentiu pessoalmente atingido pelas denúncias à Adep, já que se o financiamento do órgão aos políticos fosse algo investigado em específico, o próprio Peracchio não seria presidente daquela CPI, como era.

João Dória (PDC-BA) foi um membro da CPI substituto de Armando Rollemberg (PDC-SE). Declarou à Comissão diversas vezes que o Ibad havia agido corruptamente no pleito de 1962, tanto que requereu que as contas bancárias da S.A. Incrementadora Promotion, do Ibad, da Adep e correlatos fossem bloqueadas devido às suspeitas de praticarem crimes de corrupção⁹². Ouvindo os depoimentos dos membros do Complexo Ipês/Ibad, destacou “tenho observado que todos os depoentes do Ibad, da ADP e do Ipês afirmam uma tônica comum: não sabem, não se lembram, ignoram, isso não faz parte de suas atribuições⁹³”.

⁹¹ “Espero que Deus me dê, como até agora, a energia necessária para enfrentar com firmeza e serenidade, aqueles que, por suas convicções marxistas querem destruir o Brasil cristão, que nasceu sob a sombra da Cruz na heroica terra da Bahia hospitaleira” (CPI do Ipês e do Ibad, vol. 10, 1963, p. 24).

⁹² CPI do Ipês e do Ibad, vol. 3, 1963, p. 27.

⁹³ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 8, 1963, p. 190.

Também membro da CPI, Benedito Cerqueira foi eleito em 1962 pelo PTB, situado na área mais radical do partido e tendo recebido apoio inclusive de comunistas. Apoiou as reformas de base propostas por João Goulart, mas era crítico ao afastamento do governo da base trabalhista. Durante a CPI, estava na ala dos denunciadores do Ibad, questionando por diversas vezes a veracidade dos depoimentos prestados à Comissão, e ressaltando a ligação entre o Ibad e a Adep.

Por fim, o deputado federal José Aparecido (UDN-MG) foi outro dos membros da CPI. Durante ela, Aparecido teve suas atitudes avaliadas como dúbias, pois apesar de ter apresentado um posicionamento contrário às atividades do Ibad, dizendo que as considerava corruptas, foi acusado por Athos Vieira Andrade no jornal *Tribuna da Imprensa*, de ter sido financiado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática⁹⁴.

O encaminhar do processo mudou em 31 de agosto de 1963, quando os membros da CPI foram alterados. Visto que, nesse dia o presidente João Goulart assinou o decreto de nº 52.425/63, pelo qual ordenou o fechamento dos escritórios do Ibad e da Adep:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-lei nº 9.085, de 25 de março de 1946,
 CONSIDERANDO que é vedado o funcionamento de associações cuja ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do Homem;
 CONSIDERANDO que o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e da Ação Democrática Popular (ADEP) são associações civis que notoriamente exerceram e vêm exercendo atividade política-eleitoral, intervindo no processo de escolha dos representantes políticos do povo brasileiro e pretendendo a tomada do poder através da corrupção eleitoral;
 CONSIDERANDO que a atividade político-eleitoral é função privativa e específica dos partidos políticos, - pessoas jurídicas de direito público interno, - sujeitas a prévio registro na Justiça Eleitoral;
 CONSIDERANDO que o IBAD e a ADEP utilizaram incalculável soma de recursos financeiros, cuja origem ainda desconhecida atenta contra a segurança das instituições e pode; inclusive a atentar contra a própria soberania nacional;
 CONSIDERANDO que a corrupção eleitoral e a distorção da opinião da opinião pública através de ampla rede publicitária, utilizada pelo IBAD e pela ADEP, sob o falso pretexto de defesa da ordem democrática, na verdade subvertem os princípios normativos das instituições livres do país;
 CONSIDERANDO que, mesmo aos partidos políticos nacionais não é permitida a utilização de recursos financeiros cuja origem não esteja identificada (art. 145, do Código Eleitoral);

⁹⁴ OLIVEIRA, 2016.

CONSIDERANDO que Governo Federal, interpretando a vontade do povo brasileiro, determinou, pela mesma forma ora adotada, em outras oportunidades, a suspensão das atividades de associações cuja atuação descaracterizava a pureza do regime democrático, decreta:
 Art. 1º Ficam suspensas, pelo prazo de três meses, as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e da Ação Democrática Popular (ADEP) em todo o território nacional.
 Art. 2º O Ministério Público Federal, nos termos do parágrafo único, art. 6º, do Decreto-lei nº 9.085, de 25 de março de 1946, promoverá a dissolução judicial das sociedades referidas no artigo anterior, dentro no prazo ali estabelecido.
 Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
 Brasília, 31 de agosto de 1963; 142º a Independência e 75º da República⁹⁵.

Sua decisão foi baseada, segundo o próprio decreto, com base no Decreto-Lei n. 9.085, de 25 de março de 1946, que tratava sobre o registro civil de pessoas jurídicas. O artigo elencado por Goulart foi o 6º, o qual permitia ao presidente suspender a atividade de organizações que infringissem o artigo 2 do documento, ou que declarasse de maneira falaciosa seus fins no prazo de seis meses. O artigo 2, por sua vez, declarava que não poderiam ser registradas organizações que aplicassem atividades ilícitas ou contrárias ao seu objeto, nem aquelas ações nocivas ao bem público e ao Estado⁹⁶.

A interferência do presidente na CPI e sua decisão implicam que o mesmo tinha conhecimento das ações do Ibad e as considerava infratoras da lei do Estado. Declarava que o instituto havia sim agido de modo corrupto nas eleições de 1962. Porém, se tratando da literatura sobre as relações entre Goulart e o Complexo Ipês/Ibad, há pouco ou nada sobre, o que pode gerar a sensação de que o presidente desconhecia o que faziam os institutos, como também permite interpretar até qual ponto estava ciente, por exemplo, se tratando da articulação do golpe que o derrubou. Essas incógnitas instigam para que novas fontes sejam apuradas para preenchimento desta lacuna.

No que concerne ao Acervo da CPI, apenas as reações de seus membros para com o decreto foram relatadas. Para membros como João Dória (PDC), a decisão do Executivo não feria as atividades do Legislativo, pois já era comprovado que o Ibad havia agido corruptamente, mas eram diversas as lacunas acerca da origem dos fundos de investimento dos Institutos. Por isso, era favorável à continuidade da Comissão

⁹⁵ BRASIL. Diário Oficial da União. Seção 1 – 2/09/1963, página 7611 (publicação original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52425-31-agosto-1963-392576-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

⁹⁶ BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.085**, de 25 de março de 1946. Rio de Janeiro, 25 de março de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19085.htm. Acesso em: 8 set. 2020.

Parlamentar de Inquérito, que inclusive não deveria ter esperado a ação do Executivo, já que ela mesma deveria ter publicado a decisão de finalizar as atividades ibadianas como resolução parcial do processo – atividade legal juridicamente.

Não obstante, a votação para a continuação ou não da CPI acabou se transformado em um espetáculo de ofensa ao governo de João Goulart, como bem demonstrou a declaração de voto de Anísio Rocha (PSD-GO). Nesta, destacou que o decreto do governo passava por cima das decisões da CPI. Segundo ele, a CPI ainda não havia sido finalizada. Ou seja, não seria legítimo estabelecer o Ibad como culpado e nem o penalizar por crimes não comprovados. Além disso, Rocha declarou que a decisão de Goulart comprovava que o “subversivo era na verdade o presidente que financiava organizações como a UNE e o Partido Comunista, assim como dizia que Leonel Brizola que estigmatizava o Congresso e Darcy Ribeiro que “bolchevizava” a Universidade de Brasília”.

No dia 2 de setembro de 1963, a partir da iniciativa de Laerte Vieira (UDN), a CPI foi suspensa. As investigações sobre o Ipês e o Ibad não haviam chegado de fato ao fim, e no dia 9 de setembro de 1963, os novos membros da CPI foram apresentados. Os escolhidos para comporem a CPI receberam menos críticas que a primeira formação, tendo sido reconhecidos como “sabidamente descomprometidos, homens do maior gabarito moral”, conforme afirmou o deputado Eloy Dutra.

A nova Comissão foi presidida pelo deputado federal de São Paulo, Ulysses Guimarães (PSD). Importante para a história política brasileira, tinha experiências com CPIs, presidindo a do Ipês e do Ibad de maneira coerente e permitindo a atuação livre do relator. O vice-presidente da CPI do Ipês e do Ibad elencado foi Bocayuva Cunha, deputado eleito com o maior número de votos pelo PTB-RJ, consolidando-se como o líder do partido na Câmara. Defendia o desenvolvimento nacionalista ligado às reformas de base de Jango. Apoiava principalmente uma reforma agrária radical, a nacionalização dos lucros bancários e o controle do petróleo pelo Estado.

Com o golpe de 1964, seu mandato foi cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos, o que fez com que ele se afastasse da política. Outro membro que teve seus direitos políticos suspensos e seu mandato cassado foi o deputado federal Armando Temperani Pereira do PTB-RS. Temperani Ferreira foi membro da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), grupo que atuava no Congresso a fim de implementar uma plataforma nacionalista. Em acréscimo, seu histórico político foi marcado por seu apoio

à Revolução Cubana⁹⁷ e à volta das relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética. Durante a CPI, uma de suas atividades mais marcantes foi o seu voto negativo ao parecer de conclusão apresentado por Aleixo⁹⁸.

O novo relator escolhido foi Pedro Aleixo (UDN-MG), responsável pelo documento de conclusão da CPI. Ele era também líder do seu partido e foi acusado de ter recebido financiamentos do Ibad, já que seu relatório final se mostrou fraco e sem medidas ativas contra o Ibad⁹⁹. Além disso, Aleixo foi posteriormente um dos articuladores do golpe civil-militar de 1964. Ele entregou, junto do deputado Bilac Pinto, o texto do Ato Institucional nº 1, redigido por Carlos Medeiros e Francisco Campos para o governo militar. A respeito da CPI do Ipês e do Ibad, “produziu um relatório final fraco e que gerou suspeitas sobre sua capacidade de atuação contra o IBAD-IPES¹⁰⁰”.

Adaucto Cardoso, eleito deputado federal pela UDN do Distrito Federal em 1962, foi também escolhido para ser membro da CPI. Cardoso participou ativamente das movimentações golpistas de 1964, inclusive dos últimos preparativos para a implementação da ação que instituiu a ditadura militar. Além disso, foi membro do Bloco Parlamentar Revolucionário, organização suprapartidária de políticos que apoiavam o regime ditatorial. Em 1965, foi indicado ao cargo de ministro do Superior Tribunal Federal, mas, conforme a repressão política se fortalecia no governo militar, teve seus poderes políticos reduzidos.

Bento Gonçalves (PSP-MG), membro da CPI do Ipês e do Ibad, fez também parte da Frente Parlamentar Nacionalista, mas não exerceu muito protagonismo durante a Comissão. Durante a Ditadura Militar, aliou-se à Arena – Aliança Renovadora Nacional – que o elegeu em 1966 e 1970. Geremias Fontes (PDC), por sua vez, elegeu-se deputado federal do Rio de Janeiro em 1962, mas abandonou a carreira política durante a ditadura militar. Como membro da CPI do Ipês e do Ibad, declarou que era óbvio que havia relação entre o Ibad, Adep e a Promotion.

Em acréscimo, considerava que as testemunhas que se negavam a falar os fundos dos institutos, bem como quais políticos haviam investidos deveriam ser indiciados – a exemplo dos bancos que se relacionavam com o caixa desses órgãos – para que assim tivessem material para averiguar qual a origem financeira dos institutos.

⁹⁷ CHOMSKY, Aviva. **História da revolução cubana**. São Paulo: Veneta, 2021.

⁹⁸ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 15, 1963.

⁹⁹ OLIVEIRA, Op. Cit., p. 78.

¹⁰⁰ Ibid., p. 86.

Outro membro da CPI que após o golpe civil-militar de 1964 demonstrou uma posição mais discreta foi José Maria Alkmin (PSD-MG), que durante o governo de JK foi Ministro da Fazenda do Brasil. Possuía um discurso contrário ao governo de João Goulart, em especial às Reformas de Base. Getúlio Moura (UDN), por outro lado, teve seu mandato cassado com o golpe civil-militar. Durante a CPI não protagonizou grandes discussões.

Em resumo, a primeira leva de membros da Comissão causou maior tumulto na imprensa denunciadora das ações do Ibad, pois elencaram um maior número de políticos associados a estes órgãos. Por outro lado, a segunda parte da CPI teve como objetivo maior rever os depoimentos já coletados em acréscimo aos novos, para construírem um parecer final fidedigno. Isso, conforme a imprensa da época e as futuras análises historiográficas, não se cumpriu, mas fica nítido no Acervo Documental que durante as reuniões entre os membros da CPI ou durante os depoimentos havia um forte clima de polaridade e enfrentamento entre eles. Os interesses políticos ali presentes iam além do afronte ao Complexo Ipês/Ibad e se confirmavam principalmente na visão de Brasil daquele momento. Por um lado, aqueles que apoiavam o governo de Goulart e o considerava legítimo e melhor para o povo. Enquanto outros consideravam que o Brasil estava vivendo a emergência do comunismo e precisava se proteger.

A partir deste levantamento sobre a organização da direita brasileira no início da década de 1960 e as eleições de 1962, foi possível pontuar que o Brasil entre 1961 e 1964 estava deveras polarizado. Tal polarização, na maior parte das vezes, dizia respeito ao embate entre aqueles que apoiavam o presidente João Goulart e os que o consideravam como uma ameaça comunista ao país. Foi a partir da análise contextual do Brasil que se tornou possível adentrar os motivos de abertura da CPI do Ipês e do Ibad, visto que seu objeto de investigação era a atuação do Complexo Ipês/Ibad nas eleições de 1962.

Destrinchar quais foram os membros da CPI é crucial para o entendimento sobre quais alinhamentos ideológicos esses políticos nutriam a partir de sua jornada eleitoral. Uma vez que sua participação na CPI e em todo o exercício de suas ações pública não eram neutras, é importante saber quais alinhamentos estes deputados firmaram. Em acréscimo, nesta seção foi possível analisar estudos a posteriori sobre a relação destes políticos com o Complexo Ipês/Ibad, o que influenciou também no encaminhamento do processo, até chegar a sua finalização.

A partir do detalhamento sobre o que era uma CPI em 1963 se fez possível a análise sobre a CPI do Ipês e do Ibad em específico. Se tratando principalmente dos tipos

documentais: jornais e depoimentos. Foram escolhidas essas duas frentes documentais para serem abordadas nesta dissertação, a partir do entendimento de que elas compõem a principal base de defesa e denúncia ao Complexo Ipês e Ibad. Também por serem dois tipos de documentos que apresentaram discursos sobre as eleições de 1962. Bem como, o que pensavam sobre a realidade brasileira naquele momento. Por isso, o próximo capítulo tratará sobre as reportagens de jornais apresentados na CPI, enquanto o terceiro tratará sobre os depoimentos. Desta forma será possível concluir o trabalho e refletir sobre a CPI do Ipês e do Ibad como um todo.

CAPÍTULO 2- A CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963) E A SUA RELAÇÃO COM A IMPRENSA

2.1 CPI DO IPÊS E DO IBAD: IMPRENSA

Nos autos do processo da CPI do Ipês e do Ibad foram reunidos diversos reportagens de jornais que trataram sobre os institutos em investigação, assim como sobre notícias da CPI em si. A partir disso e levando em consideração a relação entre imprensa e política, esta seção trará essas reportagens. Soma-se a isso a biografia dos jornais que a veicularam e como estes documentos foram tratados por meio da CPI, já que todos os documentos entregues pelos depoentes ou solicitados pelos membros da CPI tinham intenções específicas. Para além disso, também serão evidenciadas algumas reportagens da revista subsidiada pelo Ibad, chamada *Ação Democrática*, que permite perceber que tipo de informação esse instituto transmitia para seus associados.

A História Política do Brasil é recorrentemente tratada a partir da análise de periódicos em geral, uma vez que

[...] a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional¹⁰¹.

Desta forma, apreender sobre o passado e presente brasileiro a partir jornais, revistas, rádios e todos os tipos de mídias é uma escolha muito furtuita para os historiadores.

A escolha de tratar nesta pesquisa especificamente as reportagens de jornais que constam nos autos da CPI do Ipês e do Ibad deu-se por compreender a imprensa como um dos principais elementos do processo. Foi ela a responsável por divulgar as denúncias contra o Complexo Ipês/Ibad. Bem como, em outros momentos de defender o Ibad divulgando suas ações comunitárias.

¹⁰¹ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

A partir da escolha do historiador em utilizar periódicos como objeto de pesquisa, algumas questões metodológicas precisam ser evidenciadas. Sendo elas¹⁰², a importância em investigar a história do jornal que se deseja investigar. É de suma importância compreender quem foi o dono – ou donos – e os financiadores dos periódicos, assim como procurar saber a qual grupo político ou ideologia o jornal estava alinhado. Essas questões financeiras e políticas guiam a produção interna do jornal em suas reportagens, por exemplo. Para além disso, é importante saber qual o público alvo do jornal e suas características técnicas, como ou se faziam parte das grandes produções jornalísticas ou se reservam em suas páginas espaços para propagandas.

Estas questões levam ao entendimento de que a imprensa produz um discurso, que não é natural e nem neutro. Possui interesse político, econômico e de classe. Ou seja,

As empresas jornalísticas devem ser vistas como partidos de determinados grupos políticos e econômicos, em consonância com seus programas, ou seja, suas interpretações da realidade, acabam interferindo no conhecimento que se tem sobre a realidade e na tomada de posições sobre elas. A sua narrativa nunca é neutra e gera interpretações sobre os diversos aspectos da vida humana: seja o macroeconômico, seja o micro comportamental. Através delas as pessoas tomam posição e circunscrevem suas visões de mundo. Acaba sendo uma forma de manutenção da hegemonia vigente.

Desta forma, conclui-se que a análise da imprensa permite perceber quais discursos estavam em disputa em certo período histórico.

Se tratando de 1962 e 1963 no Brasil, a mídia também estava envolta na polarização política que se encontrava o país. E por meio de suas folhas de jornais e redes de rádios buscavam ratificar o bloco ideológico que se assimilavam, auxiliando assim na luta por hegemonia dos grupos históricos.

A escolha em tratar as reportagens de jornais apresentados se deu também para analisar como a imprensa escolhida se portava no contexto de polarização política do início da década de 1960 no Brasil. Visto que os jornais foram um espaço de denúncia das ações corruptas do Ibad. Mas, por outro lado, alguns periódicos foram também defensores e transmissores das ações sociais e de discurso legitimador do Complexo Ipês/Ibad. Desta forma, ficou perceptível que a polarização ideológica se dava de tal forma que os periódicos – aqui em análise – ressaltavam em suas reportagens conceitos

¹⁰² DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**, 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

como “ataque e perigo à democracia”, comparação de grupos políticos brasileiros a grupos fascistas, corrupção e ataque comunista no Brasil iminente.

Não sendo a imprensa neutra, os recortes de jornais que aqui são analisados representaram questões políticas alinhadas à trajetória dos periódicos. Nesse sentido, antes de ser apresentada a análise das reportagens, será traçada uma biografia dos jornais, com destaque para seus alinhamentos políticos e ideológicos. Em um segundo momento será abordado as reportagens de jornais que fizeram parte da CPI do Ipês e do Ibad. Por fim, será analisado o caso do jornal *A Noite*, investigado na CPI do Ipês e do Ibad.

As reportagens de jornais apresentados no Acervo chamaram a atenção porque além do volume, traziam em seus textos informações importantes para a compreensão da atuação do Complexo Ipês/Ibad naquele contexto. A partir do que demonstrava o periódico *Última Hora*, por exemplo, ficou visível o grande esquema criado pelos institutos no financiamento de campanhas eleitorais. Para além disso, foi uma CPI que reverberou por diversos periódicos, demonstrando como os membros da comissão eram vistos por esses meios de comunicação na época. Ou seja, a escolha por estudar os documentos jornalísticos apresentados na CPI cumpre o objetivo de perceber como a opinião pública compreendia aquele processo e o transmitia para seus leitores. Assim como, é possível notar, por meio do histórico político destes jornais, quais relações estabeleciam com o Complexo Ipês/Ibad.

As reportagens de jornais da revista *Ação Democrática*, produzida pelo Ibad, foram escolhidos por demonstrarem como os institutos reproduziam seus discursos sobre a realidade brasileira naquele contexto. Sendo possível perceber características anticomunista e a quem eles atacavam no cenário político nacional. Também são utilizados para perceber as ações dos institutos na região do Nordeste, visto que os recortes a serem apresentados tratavam de um projeto ibadiano chamado Serviço de Organização de Comunidades (SOCO), de suma importância para analisar como foram demonstradas as ações de assistências características dos institutos.

A mídia foi então escolhida para análise mais detalhada nesta dissertação pois foram usadas [as matérias] no processo como documentos importantes para a investigação. As reportagens de jornais foram entregues por testemunhas para ratificarem seus discursos, principalmente por aqueles que denunciavam as ações do Complexo Ipês/Ibad. Por exemplo, o deputado Eloy Dutra entregou em média 200 documentos, a maior parte deles era composta por recortes do periódico *Última Hora*. E o governador de Pernambuco à época, Miguel Arraes, entregou 500 documentos, também em maior

parte reportagens da mídia, para demonstrar a ofensiva sofrida por João Cleofas na campanha eleitoral de 1962. Por outro lado, os periódicos foram escolhidos, pois, no caso do *A Noite*, foi pauta de investigação já que teria sido arrendado pelo Ibad nas eleições de 1962. Por isso, nesta dissertação foi dado um destaque maior para estes dois periódicos.

O deputado Paulo de Tarso, quando foi depor para a CPI e explicitar sua denúncia que possibilitou a abertura da presente Comissão, entregou diversos documentos. Dentre eles, um grande volume de recortes de jornais sobre a interferência do Ibad e da Adep nas eleições de 1962. A notícia do jornal *Diário de Notícias* apresentado sem sua data de publicação, intitulava-se “A ‘caixinha em pé de guerra’ e tinha como autoria Joel Silveira¹⁰³. O texto trazia uma denúncia a Ademar Barros, de que ele estava desenvolvendo financiamentos para sua campanha, além de capital para desencadear no governo de São Paulo uma “revolução anticomunista e antirreformistas”. O texto fez críticas ferrenhas ao político que estaria se utilizando do “dinheiro do povo” para desenvolver suas “alucinações¹⁰⁴”.

Outros jornais nomearam políticos que estavam sendo financiados pelo Ibad e Adep. Como o recorte do jornal *Correio da Manhã*, intitulado “Lista de 111 deputados auxiliados pelo Ibad”, do dia 19 de julho de 1963 (anexo 4). Diversos partidos aparecem como favorecidos, sendo eles: UDN, PSD, PSP, PDC, PTN, PRP, MTR, PR e apenas um do PTB. O que demonstrava que o interesse ibadiano extrapolava os vínculos partidários, priorizando financiar políticos que se alinhassem a seus princípios ideológicos e cumprissem primeiramente os interesses do Complexo Ipês/Ibad frente a agenda partidária¹⁰⁵. Por outro lado, o número bem maior de candidatos da UDN e do PSD em relação aos candidatos de outros partidos também foi um demonstrativo de que haviam alinhamentos ideológicos entre esses dois grupos políticos e os institutos.

Há outra reportagem de jornal que foi apresentado sem a explicitação de qual seria o periódico, também entregue por Paulo de Tarso, e que denunciava o Ibad. O título era “A bancada da ADP tem 17 mineiros” e “O dinheiro do anticomunismo”. Os nomes apresentados foram:

¹⁰³ Jornalista importante na história da imprensa nacional, produziu diversas reportagens de cunho político e social. Em seu jeito próprio de escrever buscava retratar a história de anônimos e tratar sobre políticas para o povo. Ver mais em: FERRARI, Danilo Wenseslau. **A atuação de Joel Silveira na Imprensa Carioca (1937-1944)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

¹⁰⁴ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1, 1963, p. 73.

¹⁰⁵ DREIFUSS, Op. Cit.

Abel Rafael (UDN), Bias Fortes (PSD), Carlos Murilo (PSD), Celso Murta (PSD), Guilherme Machado (UDN), Gustavo Capanema (PSD), José Maria de Alkmim (PSD), Nogueira de Resende (PR), Oscar Correia (UDN), Ovidio de Abreu (PSD), Padre Nobre (PTB), Padre Miguel (PSD), Pedro Aleixo (UDN), Rondon Pacheco (UDN), Último de Carvalho (PSD) e Antônio Luciano (PSD). [...] Apesar de todo o mistério que cerca as atividades do IBAD em Minas e em todo o Brasil, calcula-se que mais de duzentas pessoas foram financiadas ou receberam ajuda financeira do Ibad nas últimas eleições. Ao todo, foram entregues aos candidatos mineiros 200.000 faixas, 2000000 de envelopes e 200 milhões de cédulas ou boletins. O financiamento em dinheiro chegou a 2 bilhões de cruzeiros. Com isto, o IBAD elegeu, para a Câmara Federal 17 deputados e outros 30 para a Assembleia Legislativa¹⁰⁶.

O nome que precisa ser ressaltado aqui em relação à Comissão de Inquérito dos apresentados foi o de Pedro Aleixo. Pois ele foi o relator final da CPI, mas esteve durante todo o processo envolvido em polêmicas junto ao Ibad.

A notícia da *Revista PN* do dia 29 de abril, “O IBAD terá CPI¹⁰⁷” também destacou as denúncias frente ao projeto do Ipês e do Ibad. Primeiro a reportagem exaltou a abertura da CPI para investigar os suspeitos Ipês e Ibad, já que eles eram grupos de pressões formados por grandes empresários nacionais e internacionais. Destacou que os institutos apenas lutavam contra o comunismo, pretexto que difundiam pelos mais diferentes meios de comunicação por meio de suborno. A atuação dos mesmos foi intensificada nas eleições de 1962, nas quais utilizaram meios financeiros não esclarecidos.

As reportagens de jornais presentes na CPI também demonstraram as dificuldades enfrentadas em sua abertura. O jornal *O Globo* declarava “Disputa de cargos Leva a Adiar a Instalação da CPI Sobre Ibad e Ipês”. Destacando as divergências na disputa para os cargos de presidente, vice-presidente e relator. O adiamento do início da CPI também foi evidenciado no jornal *Correio da manhã*, *Diário Carioca* e *Diário de Notícias*. O que demonstra que os acontecimentos no Congresso Nacional eram notificados por diferentes meios. Esta constatação é importante para saber sobre a relação entre imprensa e a Comissão.

Ainda sobre as polêmicas de abertura da CPI, houve a disseminação de informações a respeito da falta da presença de alguns membros da CPI ligados ao PTB quando Laerte Vieira foi nomeado Relator da comissão. A reportagem do jornal *O globo*

¹⁰⁶ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1, 1963, p. 75.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 67.

declarava que a divergência entre os membros poderia fazer com que a investigação acabasse. Já jornais como *O Correio da Manhã* e o *Última Hora* apoiaram os deputados petebistas criticando a nomeação de Barcellos e Vieira, já que estavam a denunciar estes políticos como financiados pelo Ibad.

No dia 05 de junho o jornal também publicou uma reportagem que endossava um suposto acordo entre os membros, elegendo Rollemberg como redator. Porém, a decisão não foi acatada pelo presidente e redator da CPI. No dia 7 de julho, o jornal *Folha de São Paulo* foi apresentado por constar uma matéria em que trazia o apaziguamento entre os membros da Comissão. Para isso, noticiou sobre a escolha de José Aparecido um relator suplente para revisar o trabalho de Laerte Vieira.

O *Jornal do comércio*, no dia 28 de junho de 1963 publicou uma reportagem com o título “Diretor do Ibad disse que vai a Brasília para acabar com a farsa”. A reportagem retratava a declaração de Frutuoso Osório Filho, que havia se prontificado a ir para Brasília, por vontade própria e com grande volume documental, a fim segundo a notícia, de comprovar a inocência do Instituto. Seria então possível provar que o Ibad não agia de maneira político-partidária e apenas promovia assistências e orientações ao povo dos princípios da democracia cristã. Lutava, assim, contra as infiltrações do Partido Comunista, que agia grosseiramente para si e difamando o Instituto. Enquanto Herculano Carneiro ressaltou que Hasslocher estava em viagem planejada, mas regressaria antecipadamente se assim requeresse a comissão. Também afirmou que mantinha em sigilo o nome dos membros e contribuintes, pois, caso contrário, seriam perseguidos pelos comunistas.

Todos as reportagens de jornais foram apresentadas por depoentes, em maior volume por Eloy Dutra, Paulo de Tarso e Miguel Arraes. Ou seja, foram enviados à Comissão com a intenção, principalmente, de reforçarem suas denúncias. Para além disso, durante a investigação, jornais foram requeridos para explicitarem os fundamentos das denúncias que estavam sendo publicadas no transcorrer da Comissão. Por fim, as reportagens de jornais apresentados permitem comprovar que havia a disseminação de notícias sobre a CPI e sobre as atividades do Ipês e Ibad. À sua maneira, e com seus interesses próprios, os periódicos faziam chegar até seu público o que estava ocorrendo na CPI, ressaltando principalmente os jogos políticos ali enfrentados.

2.2 REVISTA AÇÃO DEMOCRÁTICA

O primeiro texto de jornal que aparece na CPI do Ipês e do Ibad é da *Revista Ação Democrática IV*, nº 45, publicada no Rio de Janeiro no mês de fevereiro de 1963. O título apresenta na capa “O IBAD no Nordeste faz ação democrática¹⁰⁸”, acompanhado de imagens de veículos do Ibad e de suas secretarias. A capa apresenta riqueza de imagens, o que denotava investimentos capitais.

Os títulos apresentados nessa edição contavam com críticas ao comunismo, ressaltando ser esse um regime político totalitário, como demonstrado no título “Nazismo e Comunismo¹⁰⁹”; além do alarde do risco de o Brasil ser um cenário revolucionário apoiado por capital internacional comunista, como no título “Documentos provam: armas e dinheiro de Fidel Castro para a Revolução Comunista no Brasil”. Por fim, trata também sobre a responsabilidade do empresário em uma sociedade que tem o comunismo como problema de todos: “As classes produtoras diante do comunismo¹¹⁰”.

A revista *Ação Democrática* era uma publicação mensal com “[...] circulação de 250.000 exemplares que eram distribuídos gratuitamente, portanto não possuía anúncios¹¹¹”. A publicação mensal tinha como objetivo demonstrar as políticas de reformas propostas pelo complexo do Ipês/Ibad, assim como demonstrar os perigos do comunismo e seus avanços no Brasil e no mundo. Em acréscimo, apresentava as ações assistencialistas propostas pelo Ibad.

Para além disso, a revista tratava da apreciação de acontecimentos do Congresso Nacional Brasileiro, como por exemplo a contrariedade a indicação do presidente João Goulart de Santiago Dantas ao cargo de ministro. Esta decisão foi considerada na revista como demagoga e representativa da amizade do Brasil com países comunistas – como Cuba e URSS¹¹².

O segundo a notícia da *Revista Ação Democrática* foi apresentado por Paulo de Tarso, datado de “abril de 1963” e de título “Classes produtoras alimentam imprensa comunista”. O texto elenca 44 empresas que financiaram o jornal *Última Hora*, considerado “comunista”. O a notícia retrata a importância de os empresários deixarem de apoiar mecanismos de esquerda no Brasil – assim considerados por estarem alinhados ao “nacionalismo” – entidades estudantis como a “Organização Nacional dos Estudantes (UNE) – e ao governo federal, considerado “pró-Cuba”.

¹⁰⁸ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1, 1963, p. 40.

¹⁰⁹ Id.

¹¹⁰ Id.

¹¹¹ DREIFUSS, Op. Cit., p. 234.

¹¹² Ibid., p. 353.

Também no texto são encontrados os resultados de uma pesquisa feita pelo Ibad intitulada “As classes produtoras diante do Comunismo”. Sem detalhes, a pesquisa apenas apresenta que os empresários brasileiros estavam divididos em “1% comunista, 10% de inocentes-úteis, 3% de criminosos, 12% de reacionários e 70% de inconscientes e 4% de conscientes¹¹³”. O que demonstra que o Instituto defendia não haver consciência de classe entre a elite, impossibilitando uma ação conjunta da mesma contra a sua própria destruição, que seria a “escravidão” do comunismo. Sendo ações que promovessem união entre esses donos de empresas alvo das atividades do Complexo Ipês-Ibad que se construía como partido da burguesia.

Na notícia em voga, também foram apresentados 44 nomes de empresas investidoras publicitárias no jornal *Última Hora* no mês de fevereiro de 1963. Algumas dessas empresas foram “Ponto Frio, Eron Indústria e Comércio de Tecidos, Magazine Riveira, Dorex, Wyllys Overland do Brasil S.A, Companhia Cervejaria Brahma, Banco Nacional de Minas Gerais S.A, Banco Comercial de Minas Gerais S.A e Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A¹¹⁴”. O documento não contou detalhou sobre como foram obtidos os dados apresentados, apenas exalta em suas páginas a importância dos empresários se atentarem para a linha política defendida pelo jornal *Última Hora*.

O texto da *Revista Ação Democrática* demonstrou a preocupação dos grupos empresariais e intelectuais defensores das “democracias ocidentais e instituições livres” para com os grupos de “extrema-esquerda” disseminados no Brasil. É recorrente no texto a associação entre o governo federal e os governos comunistas da União Soviética e de Cuba. Desta forma, fica evidente que o documento busca enfatizar ao seu leitor o compromisso político de obrigação de sua classe em não propagar e não se manter inerte frente as tantas ameaças midiáticas da esquerda.

Essa tentativa de construir uma consciência de classe fez parte do movimento de hegemonia necessário para a conquista de poder por um bloco histórico. Esse trabalho de convencimento e união intra-classe era muito difundido pelo Ipês. Com isso, há o destaque para:

O IPES desenvolveu, a partir da consciência da necessidade de ação e da união de grupos em torno de um mesmo projeto hegemônico de sociedade, uma ação política ideológica refinada em busca do convencimento que buscava o fechamento de uma classe. O Instituto recebia contribuição periódica de seus membros. Dentre eles estavam

¹¹³ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1, 1963, p. 60.

¹¹⁴ Id.

empresas de diferentes setores, desde bancos e empresas do setor financeiro, passando por companhias de seguros, indústrias petroquímicas, farmacêuticas e de minérios, de alimentos, agrícola e comércio, engenharia, construção, consultoria, serviços de utilidade geral e pública, publicidade, imprensa, gráficas, jornais, fundações e editoras até pessoas físicas representantes ou não de tais empresas, cujas contribuições se davam também de maneira separada¹¹⁵.

Tal exercício de hegemonia é muito visível nos materiais difundidos pelo Ibad, por isso que a *Revista Ação Democrática* era distribuída gratuitamente. O material era digno de destaque, com imagens, estatísticas e difusão dos projetos políticos do Ipês/Ibad. Cumpre destacar, porém, o fato de não existirem análises historiográficas que analisam especificamente a *Revista Ação Democrática*. Esta análise permite, por exemplo, refletir sobre os discursos anticomunista e de engajamento voltado à classe empresarial nacional.

A terceira reportagem da *Revista Ação Democrática*, por sua vez, foi intitulada “O Ibad no Nordeste”, também de abril de 1963. O texto é apresentado em duas páginas com oito imagens impressas. Nele encontra-se reproduzida a reportagem publicada pelo *Diário de Pernambuco*. No canto superior da página, em destaque, o Ibad ressaltou a importância de construir projetos de assistência na região nordestina: “onde reina a miséria em seus mais diferentes aspectos e que por isso, mais do que qualquer outra, oferece um ambiente propício à pregação soviética”. O projeto de desenvolvimento de regiões com maiores índices de desigualdade social e pobreza estava alinhado a ações estadunidenses no Brasil, como a “Aliança para o Progresso”.

O “Acordo do Nordeste” foi uma política assinada pelo United States Agency for International Development (USAID), em conjunto com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Ambas compreendiam que a região do Nordeste não havia chegado à modernidade, por isso carecia de políticas de desenvolvimento. Estas ações desenvolvimentistas eram vistas de modo contraditório por parte da organização brasileira e estadunidense. Desta forma, os estadunidenses financiavam grupos da sociedade civil como o apoio ao Ibad e ao Ipês, que de maneira direta e indireta cumpriam seu plano desenvolvimentista¹¹⁶.

¹¹⁵ GOLÇALVES, Op. Cit.

¹¹⁶ BARBOSA, Igor Andrade Vidal. **A governamentalidade e o desenvolvimento internacional: um estudo de caso do acordo com o Nordeste de 1962**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

Na historiografia há de ser observado estudos recentes que analisam a intervenção estadunidense no Nordeste. Este trabalho dialoga com autores como José Victor Lara¹¹⁷, que por meio de documentação diplomática analisa o que os profissionais estadunidenses enviados ao Nordeste repassavam para o governo dos EUA, destacando divergências de ideias e a diferença do projeto em si para o Nordeste e sua execução. A partir do estudo de Hugo Gonçalves Barbalho¹¹⁸, também é percebido o destaque que o Nordeste tinha no plano estadunidense de frear o avanço a suposta comunismo no Brasil, já que era esse o território da América Latina mais próximo daquele observado na Cuba revolucionária de 1963. Por fim, com o estudo de Pedro Oliveira¹¹⁹ é possível compreender a “Aliança para o Progresso” em seus detalhes e como ela foi construída e executada. Aliado a isso, o estudo também propõe a análise da relação entre governantes brasileiros dos estados do Nordeste e as políticas de financiamento estadunidense. Desta forma, a autoria desta dissertação se baseou na defesa de que o Nordeste era a região de maior atenção para órgãos anticomunista e financiados pelos EUA, como o Ipês e o Ibad.

As imagens presentes na reportagem “o Ibad no Nordeste” corroborara para a atenção na intervenção no Nordeste; sendo elas, vacinação de aves, propagação de horticultura em pequenos terrenos, construção de fossas sanitárias, aulas de formação de grupos sociais e economia domésticas. Foram apresentadas quatro imagens apenas com mulheres no que aparentam ser os cursos, além do envio de médicos para instruírem as “mães” sobre alimentação de recém-nascidos” e o trato higiênico. Por fim, foi apresentada uma imagem com oito homens usando roupa social, sob o título “300.00 nordestinos assinam protesto contra a cubanização do Brasil¹²⁰”.

A reportagem originalmente publicada no *Diário de Pernambuco* retrata o projeto do Ibad em conjunto do Governo do Estado do Alagoas, chamado Serviço de Organização de Comunidades (SOCO). O objetivo seria mapear as comunidades que viviam no interior de Alagoas e construir um plano de Governo para intervir nas necessidades básicas que identificassem. A equipe do Ibad contava com médicos, agrônomos, auxiliar social,

¹¹⁷ Lara, José Victor de. **Revolução às margens do capitalismo: a aliança para o progresso no nordeste do Brasil, 1961-1964**. 2019. 205f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2019.

¹¹⁸ BARBALHO, Hugo Gonçalves. **A área mais perigosa do hemisfério ocidental: O Nordeste do Brasil como problema política dos EUA (1961-1963)**. 2020. 131f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2020.

¹¹⁹ OLIVEIRA, Op. Cit.

¹²⁰ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1, 1963, p. 61.

escriturário e profissionais sanitaristas. Outro objetivo do projeto era o de difundir consciência para a população, a fim de melhor aproveitarem dos recursos de suas regiões.

O projeto SOCO foi criado pelo governador de Alagoas em 4 de novembro de 1961, e foi subsidiado pelo Ibad, o que a D. Lygia Barbosa – Diretora do Departamento de Assistência Social do Governo de Alagoas – ressaltou “imprescindível” para a concretização do mesmo, já que o Estado não possuía os recursos de execução. Segundo análise dos dados do IBGE da época, o grupo responsável pelo SOCO decidiu por iniciar suas atividades na região norte de Alagoas, em cidades como Camaragibe. A reunião com a prefeitura de Camaragibe teve sucesso e o SOCO deu início na cidade.

A primeira parte do projeto estava dividida em sete etapas, iniciando pelo mapeamento dos municípios que seriam atendidos e dos problemas daquelas regiões. Além disso, promoveria reuniões com líderes locais a fim de difundirem o SOCO, em adicionais aos cursos e encontros públicos com o público geral. Desta forma, seria possível criar agremiações para que a própria comunidade gerisse seus programas. A experiência teria que durar 10 meses para que uma nova equipe de profissionais fosse criada, analisasse os resultados alcançados e novas estratégias fossem criadas para avançar o projeto.

A reportagem contou com a entrevista da D. Lygia Barbosa, que demonstrou que os recursos já haviam sido apresentados pelo Ibad, junto da disponibilização de 61 profissionais. Além disso, como a difusão do SOCO e das suas políticas de assistência era crucial para o projeto o Ibad, também subsidiava matérias audiovisuais de impressões, toca-discos, filmes e máquina fotográfica.

A reportagem foi finalizada com um agradecimento do Dr. Marcelo Carvalho, que ressaltou a “grande obra” que o Ibad estava fazendo na região do Nordeste, principalmente na pessoa de Frutuoso Osório Filho, responsável pela região nordestina. Em sua fala, destacou a responsabilidade que a comunidade tinha em concretizar os planos do governo do Estado que, junto ao Ibad, mereciam gratidão e seu agradecimento.

Após a reportagem foi apresentada uma página da *Revista Ação Democrática*, na qual trazia a assinatura de um abaixo-assinado para o governo federal contra a “cubanização do Brasil”. Nos detalhes, foi apresentado que o memorial assinado por 300.000 nordestinos condenava a realização do “Congresso Pró-Fidel Castro¹²¹”. E

¹²¹ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1, p. 62, 1963.

ressaltavam, novamente, a preocupação com o Nordeste – região que em razão de suas condições, eram terreno fértil para governos comunistas.

Para além dos das reportagens apresentados da *Revista Ação Democrática*, esse objeto foi pauta em depoimentos e discussões dos membros da CPI. O deputado Paulo de Tarso, por exemplo, responsável pela abertura da Comissão, destacou em seu depoimento o material da *Revista Ação Democrática*, que apresentava diversos recursos que exigiam capital financeiro, tal como pode ser percebido nas imagens dos documentos disponibilizados no Acervo Documental da CPI. O questionamento de Tarso se dá principalmente na necessidade de se investigar como o Ibad financiou tantos políticos nas eleições de 1963. Da mesma forma, como mantinham a *Revista Ação Democrática* sem cobrar assinatura, mesmo entregando um material notável.

2.3 O JORNAL “A ÚLTIMA HORA”

O jornal *A Última Hora* surgiu no Estado da Guanabara, por autoria de Samuel Wainer e influência de Getúlio Vargas, em 1949. A primeira reportagem do periódico foi então uma entrevista com Vargas, em que o mesmo declarava sua intenção de voltar a ser presidente do Brasil. Wainer foi estreitando sua relação com Vargas, e tinha detalhes de sua campanha e vida. A partir disso, passou a ser procurado por outros políticos e pelo público que aguardavam detalhes sobre a volta de Getúlio. Ao mesmo tempo, setores da imprensa o repudiavam por apoiar o político que havia executado tão forte e recente censura à mídia no Estado Novo (1937-1945)¹²². Além de questões propriamente políticas, o jornal fazia reportagens “teatrais” sobre assassinatos em sua coluna “Na ronda das ruas”, tanto que criaram um novo modo de escrever sobre notícias, como se o jornalista estivesse em lócus¹²³.

O jornal chamou a atenção a partir de 1951 por apresentar diferentes colunas assinadas por uma equipe talentosa de jornalistas, pois Wainer pagava a eles acima da média de mercado. Além disso, havia no jornal uma sessão de reivindicações populares. O material tratava de assuntos variados e por essa razão tinha leitores diversos. O

¹²² CASTRO, Thais Carvas Farias de. **Última Hora**: um jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo populista. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

¹²³ GODOY, Alexandre Pianelli. Ver para crer: na última hora. **Histórica**: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 31, 2008. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia02/texto02.pdf>. Acesso em 12 jan. 2022.

periódico também apresentava inovações técnicas e gráficas em suas páginas, como o uso de cores e a entrega rápida de seus exemplares por carros do próprio jornal¹²⁴. A linguagem apresentada era próxima ao povo, e o jornal era vendido a preços menores do que os jornais de elite da época¹²⁵.

Durante o governo de João Goulart, iniciado em 1961 após a renúncia de Jânio Quadros, o periódico se manteve alinhado ao presidente e ao trabalhismo. Outro fator político importante envolvendo Samuel Wainer era sua oposição declarada a Carlos Lacerda, e o embate com o jornal *Tribuna da Imprensa*:

A presença de João Goulart na presidência representava para Samuel Wainer sua volta ao centro do poder, privilégio que ele gozou no decorrer do segundo governo Vargas e na gestão de Juscelino Kubistchek e que foi perdido com a ascensão de Jânio Quadros [...]. Seu acesso a Goulart, portanto, era pleno, facilitando a sua atuação como conselheiro do presidente. [...] Wainer e seu jornal atuavam na troca de favores com o governo e, não raro, [...] servia de intermediário entre presidente e os grandes empreiteiros. Jango na presidência significava, ainda, a garantia de uma posição mais tranquila a Wainer e a seu jornal em relação ao governador da Guanabara¹²⁶.

Esta primeira abordagem sobre a história e o papel político do periódico se faz importante para que na apresentação dos documentos a seguir seja levado em conta quais eram os interesses dos jornais. Sendo possível questionar por que eles foram apresentados na CPI.

A primeira reportagem de jornal apresentado pelo deputado Paulo de Tarso, responsável pela abertura da CPI, intitula-se “Investigue-se o Ibad”, de autoria de Adálgisa Nery em sua coluna Retrato sem Retoque¹²⁷ – sem datação. A reportagem se mostrava pouco esperançosa na investigação da CPI do Ipês e do Ibad, pois, primeiro que as Comissões Parlamentares eram formadas por membros políticos geralmente vinculados às partes em investigação. E, segundo, como bem colocou a autora, que o proceder do processo se via dificultado pelos projetos que estavam sendo construídos no Brasil, alinhados aos Estados Unidos e em prol de um discurso contra Cuba. Por fim, ressaltou a necessidade de explicações à família Hasslocher para que fossem detalhados

¹²⁴ CAMPOS, Fátima Cristina Gonçalves. **Visões e Vozes:** o governo nas páginas da Tribuna da Imprensa e Última Hora (1961-1964). 1996. 192f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. 192 p.

¹²⁵ CASTRO, Op. Cit., p. 27.

¹²⁶ CAMPOS, Op. Cit., p. 111.

¹²⁷ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1. 1963, p. 53.

seus investimentos em grupos políticos e sindicais. A jornalista nomeou os partidos UDN e PSD como responsáveis por bloquear o pleno progresso da vigente Comissão Parlamentar de Inquérito.

A reportagem de jornal seguinte, do jornal *Última Hora*, intitulado “Capital estrangeiro e grandes grupos ditam a linha do IPES”, foi assinado por Caldeira Brant e na CPI foi apresentado sem a sua data de publicação. A reportagem aponta que o Ipês tinha ligações com a “Aliança para o Progresso”, o que fazia com que o Instituto estivesse apoiando as políticas de Kennedy em contraposição às medidas apresentadas pelo presidente brasileiro. Para ratificar tal denúncia, o texto apresentava uma entrevista com o deputado federal Leonel Brizola, que afirmou que grupos como o Ipês apenas defendiam a perpetuação da exploração nacional por parte de países estrangeiros.

Com a finalidade de demonstrar as ligações nacionais e internacionais do Ipês, o texto destacou nomes de diversas empresas que o financiavam, no que seria uma fachada apartidária que escondia a defesa do domínio do capital internacional no Brasil. As empresas e pessoas destacadas foram: Oliveira Franco – naquele momento deputado do Paraná”; Antônio Gallioti – Diretor presidente da Light; Glycon de Paiva – representante da Hrfocarbon Research Co.; Jorge Bhering de Mattos – presidente do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP); Rui Gomes de Almeida – Presidente da Associação Comercial do Estado da Guanabara; e Zulfo de Freitas Mallman – Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara e “inimigo declarado da Petrobrás¹²⁸”.

As reportagens seguintes do jornal *Última Hora* destacavam o início da CPI do Ipês e do Ibad na Câmara. Os títulos eram “Comissão apura origem da verba secreta para a fraude política” e “Começa hoje na Câmara devassa da Máquina de Suborno do Ibad”. No texto datado de 28 de maio, foi demonstrado que os deputados atenderam a pedidos da opinião pública, e que iriam investigar as “centenas de milhões de cruzeiros” que os Institutos investiram no último pleito eleitoral, assim como a apresentação dos membros da CPI. Essa chamada direcionava para outro texto na página quatro, assinado por Flávio Tavares, que em suma destacou a continuação das atividades do Complexo Ipês/Ibad durante a abertura e processo da CPI, e que estes estavam organizando subornos para com os membros da Comissão que os investigavam. Nesta reportagem também foi

¹²⁸ CPI do Ipês e do Ibad, vol.1, 1963, p. 56.

questionado pelo jornalista a demora na escolha do presidente da CPI, que respondeu sobre a falta de consenso entre os seus membros.

Também foi apresentada uma outra reportagem de Flávio Tavares para o jornal *Última Hora*, no dia 29 de maio – dia seguinte da reportagem anteriormente apresentada – e intitulada “IBAD: “Inquérito vai apurar quem financia a corrupção. A coluna “Brasília Informa” destacou nesta chamada frases de Laerte Vieira, Rubens Paiva e Arnaldo Nogueira, em que declaravam a importância da CPI se munir de provas, documentos e estratégias para cumprir a investigação, já que haviam políticos dentro da Câmara ligados ao Ibad e se fazia necessário descobrirem a origem mais profícua das verbas dos institutos.

No dia 31 de maio de 1963, a chamada do jornal *Última Hora* destacava a “violação e sabotagem na CPI”, e no dia 05 de junho, “Inquérito do Ibad em crise: Peracchi recusa conciliação”. Estas reportagens trataram do fato de Peracchio Barcellos ter indicado Laerte Vieira como relator – deputado esse que havia sido eleito em aliança com o PSD. Essa atitude, identificada como manobra pelo jornal, foi também evidenciada pelo comportamento relatado dos deputados Rubem Paiva, José Aparecido e Armando Rolemberg, que se retiraram da Comissão.

No texto completo sobre o fato em questão, o jornal declarou sobre Laerte Vieira “notório beneficiador dos milhões eleitorais desse órgão de pressão econômica”. Também publicou a declaração de José Aparecido frente ao que chamou de farsa na Comissão, “o que se pretende nesta CPI é esconder à opinião pública aquilo que ela quer saber, e por isso, através de seus representantes, instaurou a comissão. Não coonestarei com essa farsa¹²⁹”. Ainda no dia 31 de maio de 1963, outra reportagem foi publicada no jornal *Última Hora*: “PSD e PSP elegem agentes do Ibad para comandar inquérito”, demonstrando a contrariedade do jornal com os primeiros encaminhamentos da CPI.

No dia 10 de junho, Flávio Tavares declarou: “Paulo de Tarso Denúncia: Chefe do Ibad fugiu para o Exterior”. No texto, o autor chega a pontuar que o Ibad era “irmão gêmeo do MAC¹³⁰”. O Objetivo da coluna de Tavares no referido dia era o de destacar a origem e as relações com o capital estrangeiro no Ibad. Para isso, destacou partes do depoimento de Paulo de Tarso, em que o mesmo aferiu que Ivan Hasslocher não era brasileiro. Por último, ainda fazia uma denúncia contra o diretor do Ibad, pois ele havia viajado ao exterior durante a CPI.

¹²⁹ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1, 1963, p. 96.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 108.

Ao final da apresentação das reportagens do jornal *Última Hora* apresentada pelo deputado Paulo de Tarso, são destacados a seguir os textos apresentados por Eloy Dutra referentes ao mesmo periódico. O primeiro intitulou-se: “UDN cedeu sala e telefone ao Ibad¹³¹”, datado de 24 de julho de 1963 e assinado por José de Mauro. O primeiro documento não foi possível analisar pois estava ilegível no Acervo Documental consultado. No volume 7, em que a pauta foram os demonstrativos de rádios e outros recursos usufruídos pelo Ibad, outra reportagem do *Última Hora* foi apresentada. Em seu título já consta a denúncia “IBAD: Carros de luxo e até avião na ofensiva da corrupção em Pernambuco¹³²” em 10 de setembro.

Esta reportagem em sua legenda já demonstrava que o avião que havia sido comprado por em média 16 milhões de cruzeiros, somava-se a 24 outros automóveis no nome de Frutuoso Osório Filho, diretor do Ibad no Nordeste. A posse e uso destes meios de transportes para a campanha de João Cleofas também foram enfatizados no depoimento de Miguel Arraes. Frutuoso, quando questionado em seu depoimento sobre a posse do avião apenas, comentou que detinha desse meio, mas que ele foi rapidamente devolvido a um destino ignorado.

Outro depoente que entregou como documento caro a CPI diversos reportagens do jornal *Última Hora* – em exatidão, 22 arquivos – foi o eleito governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Ele apresentou o periódico como veiculador das denúncias contra o Ibad e suas ações corruptivas nas eleições de 1962. A primeira reportagem era intitulada “Adahil denuncia terror econômico no Ceará: Ibad já gastou CR\$ 100 milhões¹³³”, datada de 1 de setembro de 1962. Na época, Adail Barreto Cavalcanti era candidato ao governo de Ceará e tinha como principal concorrente ao cargo Virgílio Távora, representante de grupos de direita no estado.

Segundo esta reportagem do periódico que conta com a entrevista de Barbosa, Távora estava recebendo apoio financeiro do Ibad em propagandas da televisão, em rádios e nos jornais cearenses. Além do material de campanha na imprensa, Távora ainda tinha à sua disposição – e sob financeiro do Ibad – carros para fazer sua campanha. Este cenário foi destacado na reportagem como um verdadeiro “terror econômico” com o fim de promover a chapa PSD-UDN em todo o estado.

¹³¹ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, 1963, p. 112.

¹³² CPI do Ipês e do Ibad, vol. 7, 1963, p. 67.

¹³³ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 8, 1963, p. 101.

Outro candidato chamado pelo jornal para dar entrevista e denunciar as atividades do Ibad foi Leonel Brizola, em reportagem datada do dia 4 de setembro de 1962. Intitulado “Sensacional denúncia de Brizola contra ‘gang’ do Ibad: Terrorismo econômico para fraudar eleições”, Brizola trouxe um documento oficial, demonstrativo do arrendamento do jornal *A Noite* – caso a ser tratado detalhadamente na próxima seção deste trabalho Além disso, há uma coluna chamada “Acontecimentos de última hora”, em que se destacou a articulação entre Frutuoso Osório Filho e a candidatura de João Cleofas, conforme o mesmo havia anunciado em seu programa de rádio. Em acréscimo, Osório também rebateu críticos ao Ibad, e declarou que os que faziam esse embate eram todos comunistas e precisavam, por isso, ser combatidos.

A reportagem do dia 5 de setembro de 1962, apresentada por Arraes, destacou os discursos de Carlos Duarte (PSD), Mendes de Barros (PSD), Sérgio Godoy (UDN), Abtônio Baltar (PSB), Moacir Lacrede (PSP) e Epaminondas de Oliveira (PST). Pois, segundo Arraes, denunciavam a pressão econômica que se desenvolvia entre o Ibad e seus correligionários, bem como as ações corruptas desse instituto que estavam construindo uma opinião pública contrária ao processo democrático. A reportagem leva o título “Vereadores tomam posição – povo repele ofensiva da corrupção”.

Ainda no jornal do dia 5 de setembro, foi apresentada a reportagem “Rechaçado requerimento do Ibad contra Brizola”. O referido texto trouxe a discussão na Câmara sobre a urgência ou não da averiguação das acusações disseminadas naquele momento por Brizola. Segundo o jornal, Wandenkolk Wanderley solicitou a urgência da investigação e foi combatido por Miguel Batista, que destacou que deveria ser investigado as adulterações do documento por parte da imprensa, e as falácias apresentadas por Brizola. Em votação, a urgência do caso foi negada. Nesse momento, o periódico afirma ter quase existido uma briga corpo a corpo entre os políticos, após Wanderley ter rasgado o requerimento e ter chamado seus companheiros de casa de “degenerados”, “desmoralizados” e “covardes¹³⁴”.

O jornal *Última Hora* demonstrou também nas reportagens do dia 5 de setembro um protesto realizado por universitários, executado pelo Diretório Central dos Estudantes de Ciências Econômicas da Universidade de Recife. O protesto teve como pauta a crítica às atividades ibadianas, consideradas por eles como um projeto terrorista econômico.

¹³⁴ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 8, 1963, p. 104.

Ainda na edição do Nordeste datada do dia 5 de setembro, foi apresentada outra reportagem “Ibad sufoca imprensa para liquidar democracia no país”, em que continha uma imagem de Frutuoso Osório Filho com a legenda “Frutuoso (o Cínico): “Não sei de nada”, ao lado de outra imagem de um homem desconhecido com a legenda “Ibad faz faroeste no Recife”. Em todas as reportagens o periódico busca ratificar uma situação caótica e intensa nas eleições no Nordeste, se munindo de documentações oficiais do Ibad ou da Promotion S.A. Incrementadora, a fim de possibilitar ao leitor um material imagético e denúncias acaloradas.

Frutuoso Osório Filho era um personagem conhecido do periódico *Última Noite* e apareceu em mais de uma reportagem presente no Acervo documental da CPI. Outro título que apresentou atividades do “chefe” do Ibad no Nordeste foi “Chefão local do Ibad desloca-se para a Guanabara e faz apelo desesperado: – mais dinheiro a Pernambuco”. Segundo esse texto, Osório havia viajado à Guanabara e requerido um orçamento maior para o financiamento da campanha de Arraes, com o objetivo de fazer contrapartida a alta popularidade que vinha conquistando Arraes.

A próxima reportagem do periódico apresentada foi datada no dia 6 de setembro, também da edição do Nordeste, intitulado “Provas estarrecedoras estão com o ministro da justiça – Governo vai agir: terror econômico é escândalo nacional¹³⁵”. O texto avaliava o comunicado do ministro Cândido de Oliveira Neto na TV Rio do dia 5 de setembro que já estava sob o jugo da justiça a abertura de investigação a respeito das pressões econômicas nas eleições de 1962. O que o jornal tenta demonstrar é que suas denúncias de terror econômico praticado pelo Ibad circulavam por todo o Brasil, incentivando que a investigação fosse oficializada.

A reportagem intitulada “Falhou a ‘Guerra Santa’: reviravolta Ibad-Cleoplhistas” pareceu ter sido publicada no mesmo dia 6 de setembro, na mesma edição do Nordeste. Visto que, no Acervo Documental estão sobrepostas uma após a outra, sem uma nova data apresentada. Na reportagem, João Cleofas havia tido que mudar sua estratégia na campanha eleitoral, e destacou:

[...] é terminantemente proibido falar sobre reformas de base, remessa de lucros, reforma agrária, e outras reivindicações populares nos comícios do sr. Cleofas. Essas teses ferem os “princípios” do Ibad e não podem ser pronunciadas nem demagogicamente¹³⁶.

¹³⁵ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 8, 1963, p. 107.

¹³⁶ Id.

Já que seu adversário Arraes estava alcançando forte popularidade nos grupos populares e médios do estado, Cleofas ressaltava em seus comícios sua crítica à posse de Goulart e à campanha da Legalidade. O que era visto por seus aliados como uma estratégia problemática, pois entrava em embate com a defesa da posse de João Goulart em 1961 por Cid Sampaio.

A reportagem “Ibad continua provocação” publicado na coluna “na hora H¹³⁷”, no dia 7 de setembro de 1962, denunciava que o Ibad estava fazendo pedidos de impugnação de campanhas eleitorais daqueles que não se filiavam ao instituto. A justificativa sempre se baseava no discurso anticomunista, então a acusação sempre era feita por meio de associações entre o político em questão e suas ações relacionadas a Cuba ou a organizações nacionais comunistas.

Os rumores de agitação política provocadas pelo Ibad são denunciados também na reportagem do dia 14 de setembro: “Ibad tenta destruir cartazes de Arraes: denúncia ao TRE!¹³⁸”. Tratou da denúncia aferida por Edgar Amorim ao Tribunal Regional Eleitoral. Segundo ele, algumas pessoas dirigindo em alta velocidade haviam derrubado de modo proposital placas de propaganda política de Miguel Arraes. O texto que tratava dessa denúncia buscou demonstrar que essas práticas irregulares e violentas faziam parte do projeto do Ibad, já que o Instituto tinha à sua disposição grupos organizados – “gangues” – para deturpar a imagem de Miguel Arraes.

As denúncias referentes à campanha de Cleofas continuaram e se acirraram no jornal *Última Hora*. No dia 21 de setembro declararam “Ibad em Pânico: novos milhões contra Arraes”, destacando que o financiamento do Ibad à campanha de Cleofas estava possibilitando a compra de todos os horários de campanhas em rádios e televisão da região. De tal modo, também subordinava lideranças no interior para que além de apoiarem o candidato da UDN, difamassem a figura de Arraes.

A polarização entre Miguel Arraes e Cleofas também foi enfatizada na reportagem “Arraes presta contas ao povo na fala de TV – venceremos contra os milhões da corrupção”. No texto datado do dia 21 de setembro, foi destacado o discurso de Arraes rebatendo os nomes que delegavam a ele: comunista e milionário. Nesse comício, o até então candidato a governador de Pernambuco ainda se comprometeu a ganhar e governar

¹³⁷ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 8, 1963, p. 108.

¹³⁸ Ibid., p. 112.

pelo povo contra os “senhores feudais do Estado”, garantindo, que caso vencesse as eleições, estaria vencendo a atividade corrupta de grandes grupos organizados.

No dia 26 de setembro de 1962, o texto “Ibad gasta 50 milhões só para ‘ajudar’ aos seus – UH-N revela nome financiados pelo órgão da corrupção” apresentou uma lista com nomes de políticos financiados pelo Ibad e o valor que receberam (Tabela 3).

Tabela 3- Nomes e valores de financiamento abordados pelo jornal “Última Hora”.

Político	Valor fornecido
Orlando Parahym	1.600.000,00 + materiais variados de campanha
Coronel Costa Cavalcanti	1.600.000,00 + materiais variados de campanha
Augusto Novais	800.000,00 + material de campanha
Adherval Torres	800.000,00 + empregou diversos de seus funcionários no Ibad
Antônio Correia	400.000,00 já recebidos e receberá mais 400.000,00 + materiais de campanha
Felipe Coelho	400.000,00 já recebidos e receberá mais 400.000,00 + materiais de campanha
Olímpio Ferraz	400.000,00 já recebidos e receberá mais 400.000,00 + materiais de campanha
Rivaldo Allain	400.000,00 já recebidos e receberá mais 400.000,00 + materiais de campanha
Suetone Alencar	400.000,00 já recebidos e receberá mais 400.000,00 + materiais de campanha
Francisco Sampaio Filho	400.000,00 já recebidos e receberá mais 400.000,00 + materiais de campanha
Antônio Luís Filho	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Agripino de Almeida	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Joé Mixto	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Luís Oliveira	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Álvaro Costa Lima	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Fernando Sampaio	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Clodomir Moreira	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Arnaldo Oliveira	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Elias Libânio,	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Adauto José de Melo	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Sargento Pinto Ramalho	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral

Francisco Assis Barros	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Jurandir Barros	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Dídimo Guerra	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Audomar Ferraz	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
C. Maranhão	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral
Francisco Falcão	400.000,00 + metade do valor de todo o seu material eleitoral

Fonte: CPI do Ipês e do Ibad, vol. 8, 1963, p. 118.

Os dados demonstram que foram gastos 50 milhões de cruzeiros só na campanha de João Cleofas para governador do Estado. Na reportagem não é esclarecido como o periódico teve acesso a esses valores e aos nomes, apenas é demonstrada a denúncia de modo comprovado. Na investigação da CPI do Ipês e do Ibad foram levados em conta estes dados, e requeridas informações aos responsáveis.

Com a CPI já instalada, os documentos apresentados por Miguel Arraes datavam do dia 27 de julho de 1963, “Muitos convocados para depor em Brasília. Inquérito sobre o Ibad”. Nas notícias sobre a Comissão, o periódico destacou que 14 oficiais e 3 civis foram requisitados para depor. Enquanto José Aparecido declarou a necessidade de investigarem os veículos e o avião direcionados ao Ibad e usados nas campanhas eleitoras pelo Instituto.

Por fim, destacou a desconfiança de Eloy Dutra e José Aparecido durante a leitura da carta de Ivan Hasslocher por parte de Peracchio Bacellos. Já que a data da carta em que se disponibilizava a tratar de todos os documentos e facilitar o encaminhar da CPI da melhor forma possível. Porém, a data da carta anunciado que inclusive, havia viajado com sua família para a Europa é data de 1 de maio, enquanto a CPI foi aberta no dia 30 de maio de 1963 oficialmente. Assim, a conclusão a que chega este trabalho é a de que tal constatação demonstrava que Hasslocher recebia informações de dentro do Congresso por políticos, inclusive aqueles vinculados à CPI.

Outra reportagem sobre os desdobramentos da CPI que também permite perceber como a investigação estava sendo percebida pelos membros do Ibad, data de 28 de junho de 1963: “Diretor do Ibad disse que vai a Brasília para acabar com a farsa”. A notícia destacava a declaração de Frutuoso Osório Filho, que havia se comprometido a ir de livre vontade à Comissão. Algo que faria acompanhado de grande documentação

comprobatória de que as atividades do Ibad eram de cunho cívico e educacional, e seus princípios apenas visavam enfrentar a ameaça comunista que assolava o Brasil. Ademais, o diretor da região do Nordeste foi questionado sobre Hasslocher estar fora do Brasil no momento do início da CPI. A resposta de Osório foi que o empresário estava com a viagem agendada anteriormente há muito tempo, mas que ao retornar não se inibiria em se apresentar à Comissão.

Outra participação do jornal na CPI se deu no dia 23 de julho de 1963, da parte de Anísio Rocha, que encaminhou um requerimento para o diretor Samuel Wainer depor na Comissão. O motivo principal seria tratar de esclarecimentos referentes à demissão do jornalista Irapuan, pois o jornal havia denunciado que o jornalista tinha sido despedido por pressões do Ibad, mas tal depoimento não se deu na CPI.

Para além disso, o jornal *Última Hora* foi acusado por João Cleofas de ter sido o canal de transmissão de volumoso número de propagandas a favor de Miguel Arraes. Os textos e denúncias desse periódico foram importantes para a CPI que fazia parte do novo roteiro de trabalho para a segunda parte da CPI. Na reunião de 19 de setembro de 1963, ficou requerido a Eloy Dutra que entregasse todos os artigos publicados no periódico *Última Hora*.

Como demonstrado nesta seção, o periódico foi de suma importância para denunciar o esquema criado e desenvolvido pelo Ibad, e executado durante as eleições de 1962. Por isso, tantos recortes foram entregues por depoentes que se viam atacados de alguma forma pelo Ibad. Por outro lado, o periódico também era considerado aspirante a revolução comunista no Brasil, além de falacioso e corrupto, visto que criticava alguns políticos – como Cleofas – e exaltava outros – como Miguel Arraes.

2.4 O CASO DO JORNAL *A NOITE*

A CPI do Ipês e do Ibad¹³⁹ trouxe à tona o caso do jornal *A Noite*. A CPI investigou um documento de arrendamento por parte do Ibad em relação ao jornal *A Noite*. Nesta seção será demonstrado o documento de arrendamento, e como ele foi tratado dentro da CPI e aliado aos depoimentos referentes a este caso. Em diálogo com a bibliografia auxiliar sobre o tema.

O jornal *A Noite* foi criado em 1911 por Irineu Marinho, e circulou até meados de 1964. Inicialmente o jornal adotou uma postura crítica frente aos governos federais, mas,

¹³⁹ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1, 1963.

sob a direção de Geraldo Rocha, operou uma intensa campanha a favor da candidatura de Júlio Prestes. A posição política do jornal divergia conforme a orientação de seus diretores que ora estavam mais alinhados com o governo, ora menos. Por exemplo, sob a administração do Coronel Luís Carlos Costa Neto durante o governo de Getúlio Vargas na década de 1940, o jornal se transformou em uma espécie de diário oficial do governo.

No governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950), porém, o jornal sofreu uma intensa queda financeira, que levou a uma intervenção do Executivo, com o decreto-lei 9.610/1946, responsável por liberar ao Ministério da Fazenda o arrendamento do jornal a uma sociedade anônima que passaria a dirigi-lo. Durante a primeira metade da década de 1960, o periódico continuou a sofrer dificuldades financeiras e pressões políticas por parte do governo de Carlos Lacerda, com exceção do período eleitoral de 1962, contexto que localizamos a presente problemática do “caso do jornal *A Noite*” – pauta da CPI do Ipês e do Ibad.

O caso do jornal *A Noite* na CPI de 1963 foi iniciado quando o deputado Eloy Dutra entregou um contrato de arrendamento do jornal para com a empresa S.A. Incrementadora Promotion, datado de 2 de agosto de 1962¹⁴⁰. O documento estabelecia que a Promotion pagaria dois milhões de cruzeiros mensais ao *A Noite* entre 2 agosto e 15 de outubro de 1962. O pagamento se daria desde que o periódico seguisse a “linha política acertada” com a empresa e publicasse propagandas da “Ação Democrática Popular e da Ação Democrática Parlamentar, de sua linha política e de seus candidatos de apoio”, principalmente nas vésperas das eleições. Também deveria reservar o direito de participação na diagramação à Promotion, e manter as tiragens do periódico em 30 mil diariamente – o que demonstra que o arrendamento à empresa Promotion interferiria não apenas nos aspectos ideológicos das reportagens do jornal, mas também nas questões técnicas.

Com o objetivo de investigar sobre esse arrendamento, Frederico Cavalcante de Melo foi convocado a depor na CPI em 17 de julho de 1963. Frederico Melo era comerciante, tinha 54 anos e era acionista do jornal *A Noite* no momento do arrendamento. Ele atestou a veracidade do contrato de arrendamento, declarando que o jornal, durante o período eleitoral, promoveu propagandas políticas de acordo com os princípios ideológicos acordados com a Promotion. Segundo Melo, a empresa fiscalizava a produção do jornal de tal forma que a coluna do deputado José Talarico foi proibida,

¹⁴⁰ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1, 1963, p. 117.

pois tal político estava em desacordo com o caráter ideológico estabelecido no contrato de arrendamento.

Frederico de Melo também explicitou que a linha política e ideológica encaminhada pelo Ibad ao jornal era sumariamente o anticomunismo escancarado, já que viam o comunismo no Brasil como uma “desgraça tão grande que justificava o fato de haver arrendado o seu jornal à Promotion”. O depoente ressaltou que antes do arrendamento, o jornal apoiava abertamente o deputado Eloy Dutra (PTB), mas durante a vigência do contrato com a Promotion, foi proibido de realizar esse apoio. Em acréscimo, o depoente relatou que durante o arrendamento o periódico esteve sobre fiscalização da Promotion¹⁴¹.

Quando questionado se conhecia a Ação Democrática Popular ou o Ação Democrática Parlamentar, Frederico de Melo relatou que desconhecia suas finalidades, e ainda “se soubesse talvez não arrendasse o jornal; que durante o arrendamento raramente comparecia ao jornal do qual não é mais acionista”. Afirmou desconhecer a interferência do Ibad no arrendamento do jornal e sua relação com a empresa Promotion. Durante seu depoimento, a posição assumida por Melo foi a de que o arrendamento teria sido a atitude possível ao periódico, que carecia de investimentos financeiros por déficits que vinha enfrentando.

Ainda no dia 17 de julho foi colhido o depoimento de José Talarico, jornalista e colunista no jornal *A Noite*. Talarico destacou que não concordava com a nota de justificativa que lhe entregaram referente ao seu afastamento. Segundo ele, a justificativa foi de que o deputado possuía vínculos comunistas, o que o mesmo nunca praticou. Da sua parte, entendia que seu desligamento do periódico havia se dado devido ao arrendamento à Promotion. Durante o período de vigência do arrendamento, a direção do jornal era contrária a todos aqueles que adotassem uma opinião política divergente da empresa – ou seja, contrária a Carlos Lacerda – ou que tratassem de pautas como questão sindical ou do funcionalismo, pautas antes defendidas pelo jornal.

Talarico, no dia de seu depoimento, entregou a reportagem do jornal *A Noite* com a nota de sua saída do jornal. Intitulada “licencia-se da redação de ‘A Noite’”, datada do dia 4 de agosto de 1962¹⁴², o texto tratou do afastamento do jornalista que estava responsável pela coluna “Trabalho – Previdência – Funcionalismo – Sindicalismo”. O motivo seria a entrada de José Talarico na disputa eleitoral de 1962. No texto, a decisão

¹⁴¹ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, 1963, p. 17.

¹⁴² CPI do Ipês e do Ibad. Vol. 2, 1963, p. 24.

havia sido tomada pelo próprio Talarico, em razão de desempenhar sua atividade política com liberdade. O teor do comunicado é de apreço pelo jornalista que tinha uma longa história no periódico.

Em seu depoimento, José Talarico expressou que a Promotion controlava as publicações, a circulação do jornal e a vida profissional de seus funcionários. Desta forma, todos os jornalistas que contrariavam os princípios ideológicos anticomunistas da empresa eram denunciados como comunistas e demitidos. Para finalizar o seu depoimento, Talarico ainda fez uma denúncia na qual destacou que “teve conhecimento que diversas organizações internacionais, especialmente no meio sindical envia[vam] recursos para sustentar a campanha anticomunista no Brasil¹⁴³”.

A dificuldade financeira do jornal e a intenção de ser arrendado pela Promotion, era de conhecimento de políticos, como o próprio José Talarico. Ele, em parceria com Santos Vahlis e alinhados aos princípios trabalhistas e apoiadores do governo de João Goulart, buscaram acordos para subsidiar o jornal. Requisitaram cobrir a proposta da empresa Promotion, inclusive, para “evitar que o jornal caísse nas mãos da reação”, e propuseram o pagamento de 4 milhões de cruzeiros pelo arrendamento do periódico até o fim do ano de 1962¹⁴⁴. Porém, Frederico Melo recusou o acordo, justificando em seu depoimento que já havia fechado o contrato com a Promotion.

A recusa da proposta de arrendamento por parte de Melo também se justificava por sua discordância com a linha política de Vahlis. Talarico, por sua vez, destacou que foi notificado por Melo a fim de encontrarem uma decisão de auxílio ao jornal para não “entrega-lo para o outro lado, que no pensamento do depoente se tratava de seus adversários políticos”. Tal fato demonstra que além do cenário de crise financeira do periódico, ele se encontrava em disputa política, já que possuía uma trajetória histórica de expressão de opinião e participação no caminho político do país. Disputa esta que entre agosto e outubro de 1962, foi vencida pela empresa Promotion, representante do Ibad/Adep/ADP.

A historiadora Verônica Dalcanal investigou a fundo o caso do jornal *A noite*. Em sua dissertação, demonstrou a análise da reportagem do *Última Hora* intitulada “Sensacional denúncia de Brizola comprova suborno”, do dia 3 de setembro de 1962, em que a denúncia do arrendamento do *A Noite* estava correndo anteriormente à CPI do Ipês e do Ibad. A resposta do jornal se deu no mesmo dia e foi chamada de “A Noite responde

¹⁴³ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, 1963, p. 22.

¹⁴⁴ Ibid., p. 17.

a Brizola”, acusando o político de estar “fingindo escândalo”. Durante as eleições, ambos os jornais participaram de enfrentamentos, por isso a autora destacou que:

As manchetes e as matérias dos jornais “Última Hora” e “A Noite” mostram como a imprensa participou ativamente do debate eleitoral da época, e como colocou-se abertamente de um dos lados da disputa. As duas publicações apresentam os pontos centrais da argumentação do que pode ser percebido, em linhas gerais, como dois grupos: o dos políticos com ligações com o governo federal e o dos relacionados às forças políticas conservadoras. Do lado dos que defendiam Jango, a estratégia era a denúncia da interferência do Ibad; do outro, as acusações de favorecimento e de uso de recursos públicos¹⁴⁵.

A fim de demonstrar como a linha política do jornal se transformou durante o seu arrendamento à Promotion, são apresentadas duas reportagens do mesmo. A primeira, de 10 de janeiro de 1962, com título principal: “Estudantes acusaram Lacerda e polícia se comportou bem” e subtítulo: “Estudantes acusam governo de fascista e entreguista¹⁴⁶” (anexo 5). Esta retratou a manifestação a favor da União Nacional dos Estudantes, frente aos ataques que haviam sofrido em sua sede naquele dia. O ato de protesto ocorreu nas escadarias da antiga Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e contou com a participação de lideranças estudantis e políticas, como Bento Gonçalves, Francisco Julião e José Gomes Talarico.

Os estudantes, nesta ocasião, lançaram um manifesto contra o governador do estado, Carlos Lacerda, declarando que “o Governo Estadual, [era] fascista e abertamente entreguista, provocador, e tenta[va] intimidar o povo com processos fascistas¹⁴⁷”. Segundo esta reportagem, o jornal *A Noite* havia sido aplaudido e seus exemplares apresentados pelos manifestantes como legitimadores da luta estudantil, trabalhista e camponesa contra as violências desempenhadas pelo governo estadual ligado a forças reacionárias.

Importante destacar que o jornal *A Noite* e Carlos Lacerda possuíam uma relação conflituosa¹⁴⁸, agravada quando o periódico foi censurado pelo governador em agosto de 1961, voltando a circular apenas em setembro do mesmo ano. A edição censurada dizia respeito ao posicionamento crítico do jornal aos esforços de impedir a posse de João

¹⁴⁵ DALCANAL, Verônica da Costa. **O jornal a noite e as eleições de 1962**. 2013. 119f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013, p. 84.

¹⁴⁶ BRASIL. **A Noite (RJ)** – 1911 a 1919. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/noite/348970>. Acesso em 10 fev. 2021.

¹⁴⁷ **A Noite**. Rio de Janeiro, quarta feira, 10 de janeiro de 1962, n. 15929, p. 9.

¹⁴⁸ DALCANAL, 2013.

Goulart e de defenderem a Campanha pela Legalidade. Eram recorrentes no jornal reportagens críticas ao governo de Lacerda, como a perseguição desse político ao periódico.

No dia 05 de outubro de 1962, Aliomar Baleeiro assinou no jornal o texto “Forças Democráticas vencerão na GB”, no qual destacou que a “administração [de] Carlos Lacerda, abriu um capítulo novo de probidade e realizações materiais na Guanabara, antes vítima da corrupção e nepotismo¹⁴⁹”. A previsão para as eleições, segundo Baleeiro (UDN), era de que o Brasil corria o risco de ter uma ditadura implementada por João Goulart. Além disso, destacou que o país estava indisciplinado militarmente e o estado da Guanabara se encontrava em cerco econômico devido ao governo federal. O deputado ainda ressaltou a importância da revisão da economia internacional de modo a priorizar os Estados Unidos e países ocidentais e não a Rússia.

Estas duas reportagens acessadas por meio do Acervo Digital disponibilizado pela Biblioteca Nacional foram escolhidas intencionalmente para os propósitos deste trabalho, e isso por demonstrarem discursos diametralmente opostos politicamente. Porém, a fim de compreender melhor como as posições políticas e ideológicas do periódico *A Noite* se transformaram durante a campanha eleitoral de 1962, é de suma importância uma análise mais rigorosa voltada a um volume maior de suas edições, a possibilitar uma visão ainda mais ampla de quais candidatos e discursos foram propagados durante o referente período de arrendamento.

Por fim, as análises desses periódicos demonstraram a relevância destes materiais para a investigação da CPI, uma vez que foram esses os recortes a embasar as denúncias contra o Ibad e a ADP. Foi por meio deles que políticos como Eloy Dutra e Miguel Arraes demonstraram como a opinião pública, desde a época eleitoral, estava denunciando os investimentos irregulares em políticos anticomunistas. Os periódicos também foram usados pelos próprios membros dos institutos para demonstrarem que suas ações eram sociais, isso ocorria de tal modo que eram veiculadas como tal pelos jornais. Já sobre o que foi apresentado na *Revista Ação Democrática*, os ibadianos a utilizaram para demonstrar o que defendiam ideologicamente. Os jornais, também, não poderiam ser excluídos desta pesquisa, pois foi a partir deles (principalmente) que meios como o Complexo Ipês e Ibad divulgavam suas ações de classe, por meio de arrendamentos, como o fez com o jornal *A Noite*.

¹⁴⁹ BRASIL. *A Noite (RJ)* – 1911 a 1919. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1962_17044.pdf. Acesso em 7 mar. 2021.

A polarização política tratada no primeiro capítulo de modo contextual se mostrou também na análise destes periódicos. O que ratifica a ideia da exacerbada polarização ideológica que se encontrava o Brasil no início da década de 1960. O próximo capítulo também tratará de discursos conflitantes e em embate, entretanto, a partir dos depoimentos prestados à CPI. Na sequência, serão apresentados os depoimentos dos membros do Complexo Ipês/Ibad, assim como dos políticos que denunciaram estes institutos. Desta forma, os documentos entregues à Comissão em conjunto aos depoimentos prestados culminaram na construção do Parecer Final da CPI, a ser apresentado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3- CPI DO IPÊS E DO IBAD: DEPOIMENTOS E O PARECER FINAL

3.1 A ATUAÇÃO DO IPÊS/IBAD/ADEP NAS ELEIÇÕES DE 1962 A PARTIR DOS DEPOIMENTOS

Nesta seção são encontrados os depoimentos colhidos na CPI do Ipês e do Ibad. Estes depoimentos são importantes para entender como os envolvidos no caso trataram sobre a interferência do Ipês e do Ibad nas eleições de 1962. A Lei nº 1.579/1952 prescrevia que:

No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar as diligências que reportarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de repartições públicas e autárquicas informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença.

Para além disso, se tratando de um processo público, outros depoimentos podem ser colhidos a partir da vontade e escolha do depoente. Porém, todos aqueles que prestavam esclarecimentos à Comissão eram obrigados por lei a falar a verdade e não omitir fatos questionados, a não ser que se apresentassem como indiciados – situação jurídica que prescreve o direito ao silêncio.

Os depoimentos foram aqui escolhidos para serem analisados, pois foram essenciais para pontuar o que os funcionários e diretores do Complexo Ipês/Ibad tinham a dizer sobre a atuação dos institutos. Como também permitiram averiguar do que se tratavam as denúncias para com a presença do Ibad nas eleições de 1962. Além disso, foram escolhidos porque, por meio dos discursos apresentados, foi possível perceber a polarização ideológica que protagonizava naquele cenário nacional. Foi por meio dos diretores do Ibad, por exemplo, que ficou visível o discurso anticomunista, com ênfase em supostas ameaças de que o Brasil estava prestes a sofrer um golpe comunista. Enquanto, por outro lado, permitiu colher discursos de que o Complexo Ipês/Ibad estava planejando intervenções no Estado ilegítimas e em defesa de interesses do capital internacional.

Os depoentes podem ser divididos entre aqueles que denunciaram as ações do Ipês/Ibad e aqueles que faziam parte destas organizações. Quanto ao primeiro grupo, o principal objetivo era colher provas das denúncias que os políticos faziam. Já o segundo

grupo, a CPI buscou investigar como se dava a ação do Ipês e do Ibad, principalmente durante a eleição de 1962. E com maior foco, colher o que estes funcionários sabiam sobre os fundos financeiros do Ibad e da Adep, já que a maior parte dos depoentes fazia parte da direção dos institutos.

Os atritos e embates de discursos também foram percebidos entre os próprios membros da CPI. No Complexo Ipês/Ibad, por exemplo, haviam conflitos de interesses internos. Porém, o que mais chamou atenção em relação a esses depoimentos foi a falta de conhecimento declarada pelos membros ibadianos em relação ao financeiro do instituto. Tanto por aqueles que eram funcionários e reverberavam que apenas cuidavam de questões técnicas, quanto por parte da diretoria administrativa do Ibad, que declaravam não saber da origem do caixa do mesmo. A justificativa para tal falta de entendimento se justificava em uníssono: o único que cuidava destas questões era Ivan Hasslocher – diretor do Ibad e da Adep e sócio do Ipês. O alinhamento de todos os depoimentos em relatarem a mesma coisa e responsabilizarem apenas Hasslocher, claramente não foi aleatório e sim estratégico.

Logo nos primeiros volumes da CPI foram apresentados os primeiros depoimentos colhidos pela Comissão. Além de suas falas, na maior parte das vezes os depoentes entregavam documentos que embasavam seus discursos. Desta forma, o primeiro depoimento foi prestado pelo político que abriu a investigação, Paulo de Tarso e Eloy Dutra. O deputado federal do Rio de Janeiro elencou em sua fala uma grande quantidade de recortes de jornais e documentos colhidos por ele para demonstrar que o Ibad agiu de modo corruptivo em 1962.

Além de políticos, outras personalidades públicas foram convidadas a depor. Em seus discursos denunciaram o Ibad, como o caso do jornalista da *Revista Plano Nacional*, que no dia 18 de junho foi até a comissão, Genival Rabelo, e prestou depoimento. Quando questionado sobre suas relações com o Ibad, foi veemente em sua fala ao responder que nunca havia prestado serviço ao instituto, nem mesmo à Promotion, ADP ou Ipês. Segundo ele, havia um grande projeto entre governos e empresários estadunidenses que, percebendo que o Brasil era subdesenvolvido, entendiam que o investimento financeiro no país deveria ser feito diretamente para com os empresários nacionais, já que apenas eles saberiam onde e como investir. Sobre como o depoente conhecia as informações prestadas sobre o fundo do Ibad ser internacional e quais haviam sido os políticos auxiliados pelo instituto, declarou que o conhecimento se dava por meio de publicações da imprensa e de sua própria análise.

Os nomes evidenciados por Rabelo de políticos financiados pelo Ibad foram o de Amaral Neto e Carlos Lacerda. Além disso, ele fez uma denúncia: “afirma-se que o Ibad estaria salpicando de sangue a sua Ação; diz-se que o Senhor José Nogueira teria se suicidado¹⁵⁰” e “Ventura estaria ameaçado de morte se repetisse as mesmas informações que foram prestadas pelo senhor José Nogueira¹⁵¹”. Esse caso sobre Nogueira foi profundamente analisado por Raphael de Oliveira¹⁵². O autor destacou a trajetória política e jornalística de Nogueira, que havia sido responsável por denunciar as ações do Ipês e do Ibad, assim como outras organizações de direita da época. O curioso é que Nogueira era um “espião” já inserido em grupos anticomunistas, mas ajudou organizações de esquerda disponibilizando documentos que incriminavam grupos de direita.

O caso de José Nogueira teve início no dia 3 de março de 1963, quando caiu de seu apartamento. Após ser hospitalizado, no dia 13 de março não resistiu aos danos causados pela queda e complicações desenvolvidas no hospital. Segundo a pesquisa de Oliveira, o jornalista já estava sendo ameaçado, além de estar sendo perseguido por pessoas suspeitas. Porém, a polícia, durante a investigação das causas da queda de Nogueira, omitiu diversos procedimentos cruciais como perícia e outros exames. O resultado do inquérito foi então que José Nogueira havia se suicidado, fato “descartado por amigos e familiares¹⁵³”. De sua parte, o historiador Oliveira é categórico ao afirmar “automaticamente sugiro que a morte de Nogueira pode ter tido uma natureza política, tese que o autor desenvolve em sua pesquisa¹⁵⁴”.

Voltando ao depoimento de Rabelo, o jornalista também alertou a Comissão que a Promotion e seus grupos correlacionados tinham ligações com empresas internacionais e petrolíferas. O que fazia com que obtivesse grande capital para investir em publicidade e coagir periódicos que desempenhassem opiniões políticas contrários aos princípios destes institutos, categorizando-os como anti-estadunidenses e comunistas.

No mesmo dia, o senhor Cláudio Hasslocher, irmão de Ivan Hasslocher foi convidado a depor na CPI. Em sua fala, destacou que havia sido gerente na Promotion em São Paulo, onde agia com certa autonomia, e ressaltou ter entrado em atrito com seu irmão em razão do acordo feito com o Movimento Reformador Sindical. Tal acordo firmado por Cláudio Hasslocher com esse grupo se deu por meio de financiamentos em

¹⁵⁰ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, 1963, p. 30.

¹⁵¹ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, 1963, p. 30.

¹⁵² OLIVEIRA, Op. Cit.

¹⁵³ Ibid., p. 96.

¹⁵⁴ Ibid., p. 118.

rádios e jornalistas, como o caso de Geraldo Mayer. Questionado sobre a principal investigação da CPI – que seria a origem dos fundos da Promotion – declarou que não sabia “‘em’ exato” quais eram os fundos de investimentos do Ibad, mas pensava que era financiado por empresas nacionais. Desta forma, destacou que seu irmão saberia esclarecer melhor sobre. Sobre sua posição política, ressaltou ser um assíduo guerreiro contra os totalitarismos de direita e esquerda, que lutava principalmente contra o nazifascismo de tal modo que construía recorrentemente abrigos para israelitas e judeus refugiados¹⁵⁵.

No dia 24 de julho de 1963, o depoimento colhido foi o do General Victor Moreira Maia¹⁵⁶. O general declarou que seu vínculo com o Ibad era apenas de cunho ideológico, e que seus serviços prestados ao instituto eram feitos de modo não remunerado. Por isso, desconhecia a origem dos fundos ou quaisquer questões financeiras do instituto. Também declarou que já havia prestado auxílios ao Ipês, porque estavam lutando por uma mesma causa: a luta contra o totalitarismo de todos os tipos e a defesa da livre iniciativa privada. Mas, afirmou que nunca havia recebido nada por nenhuma ação que desempenhou para os institutos. Entregou à CPI documentos do Ipês e do Ibad que declaravam os princípios e objetivos das ações dos mesmos: educação e disseminação de atitudes democráticas para enfrentar o perigo iminente do comunismo.

Outro general que depôs para a CPI foi João Barbato, no dia 24 de julho de 1963. Barbato declarou com bastante clareza que fazia sim parte da Adep e que não se importava em se saber qual era a origem dos fundos da organização, pois só tinha uma única preocupação: defender a democracia no Brasil. O depoente declarou a existência de sistemas de sindicâncias dentro da Adep para fiscalizar possíveis irregularidades, bem como estatutos que prescreviam sobre financiamentos. Porém, não se lembrava de nada sobre, e informou que a Adep não tinha ligações com nenhum outro movimento ou grupo anticomunista, como o Ipês.

O Coronel Jurandyr Palma Cabral¹⁵⁷ deu um depoimento também no dia 24 de julho. Ele era chefe do Departamento administrativo da Adep na região Sul. Sua atividade na Adep consistia em tratar das despesas com materiais de propaganda, cofres, automóveis e funcionários nas campanhas eleitorais que a Adep estava financiando. Questionado sobre a origem do dinheiro recebido, garantiu que advinha de transações

¹⁵⁵ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, 1963, p. 49.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ Ibid., p. 171.

comerciais encabeçadas por Hasslocher, mas que não tinha documentos sobre os balanços de suas atividades. Ou seja, os três até aqui abordados não tinham quaisquer informações sobre a origem financeira do Ibad ou da Adep, nem mesmo documentos que demonstrassem quais eram as doações ou ligações comerciais com a Promotion.

No dia 25 de julho, João Batista Leopoldo Figueiredo¹⁵⁸, presidente do Ipês, prestou depoimento e declarou que agia conforme seu estatuto. Sobre a origem financeira do instituto disse que era proveniente de doações espontâneas. Foi questionado sobre documentação comprobatória destas doações e disse que não as entregou a CPI por “falta de tempo e legitimidade estatutária”. Demonstrou indignação frente às denúncias de ação conjunta com outros órgãos, como o Ipês. Figueiredo disse que o Ibad apenas tinha como objetivo defender a democracia em ameaça naquele momento por grupos comunistas. Para comprovar a ação cívica e educacional do Ipês, disse que o instituto não havia investido direta e nem indiretamente em nenhum político. Por fim, entregou à Comissão o Estatuto do Ipês, seguido de um texto intitulado “Reforma de base – posição do IPES”.

No mesmo dia, Hércio França, tesoureiro da Adep, depôs para a Comissão. Neste, foi demonstrado que ele, muitas vezes, ficava no cargo de secretário-geral da Adep como substituto de Arthur Junqueira. O que pressupunha que ele tinha acesso a informações sobre o financeiro do grupo de ação da Adep, bem como suas relações com o Ibad. Todavia, França iniciou seu depoimento relatando que havia saído da Adep após entrar em atrito com Ivan Hasslocher. Segundo ele, “a ADEP via-se transformada, como outros órgãos, num satélite do IBAD¹⁵⁹”. Por essa razão, segundo o depoente “sujeitos estranhos” estavam rondando sua casa, além de estar recebendo ligações com ameaças de morte.

Os documentos entregues por Hércio França trataram de levantamentos sobre rádios e manuscritos sobre os programas de televisão “Assim é democracia”, “Democracia em Marcha” e “Julgue você mesmo” – programas subsidiados pela Adep. Além disso, entregou uma carta entre o General Barbato e Ivan Hasslocher, em que o segundo dava poder a Barbato para fiscalizar como achasse prudente a Adep, com a finalidade de que nesse órgão exercesse seus objetivos, quais sejam, a intermediação entre eleitores e candidatos políticos, angariamento de políticos coniventes com a ideologia do

¹⁵⁸ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, 1963, p. 177.

¹⁵⁹ Ibid., p 259.

movimento e a “propaganda ideológica acerca do atual conflito entre democracia e comunismo no Brasil¹⁶⁰”.

O depoimento do General Francisco de Assis Almeida e Souza, em 31 de julho de 1963, demonstrou alguns detalhes sobre a organização da Adep nas eleições no Piauí. Esse estado, segundo ele, o colegiado da Adep era formado por 6 membros de “reconhecida fidelidade democrática¹⁶¹”. Sobre como eram escolhidos os políticos para serem financiados, declarou que a decisão era feita a partir do plano regional e deveria ser aprovada pelo Colegiado Nacional. O dinheiro recebido para a sua região de atuação contemplaria dois deputados federais e 12 deputados estaduais, os quais eram escolhidos conforme suas legendas próprias e não partidárias. Porém, quando questionado sobre as relações da Adep e do Ibad, relatou desconhecer tal pareamento entre os órgãos.

Com o fim de compreender melhor como funcionava o esquema da Promotion, um de seus funcionários, Mario Elena, foi convidado a depor na CPI e autuado em 8 de agosto. Era radialista nos estúdios da Promotion, mas foi categórico em afirmar que não havia tido nenhum contato com nenhum candidato político. Tal fato era curioso, visto que ele gravava *jingles* para políticos a mando da empresa Promotion. O depoente se mostrava descontente com a empresa, pois ao ser contratado, entendeu que receberia partes do lucro da Promotion. Algo que, até aquele momento, não havia ocorrido. O depoente foi então questionado sobre quais atividades teria de desempenhar para ganhar parte dos lucros do estúdio, e ele apenas desviou do assunto, dizendo que se tratava apenas de uma promessa distante.

Mario Elena, quando questionado sobre ligações entre Ibad e Promotion, declarou desconhecimento. Embora o programa “A semana em revista”, que era gravado em seu estúdio, dizia respeito à uma produção ibadiana, tal como constava no script, durante todo o depoimento Elena desconversa sobre o Ibad. Além de afirmar com veemência que apenas mediava a gravação do programa, portanto, não tinha controle algum do conteúdo ou intenção das gravações. Ele também declarou desconhecer quais eram outros clientes da Promotion, ou a quais políticos foram entregues os *jingles* que havia gravado.

No transcorrer do depoimento, os membros da CPI começaram a questionar Elena com algumas evidências, como por exemplo, se era de conhecimento do depoente que o endereço da Promotion e do Ibad era o mesmo. Mario Elena disse que desconhecia a informação e, caso fosse verdade, cada órgão ficava em um estúdio. Outro

¹⁶⁰ Ibid., p. 273.

¹⁶¹ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 3, 1963, p. 33.

questionamento se deu no intuito de esclarecimento sobre as atividades que desempenhava para a Promotion. Esse momento ele declarou que fazia sim algumas “atividades intermediárias”, mas se recusou a dar detalhes sobre e apenas disse ter atuado certa vez na “Rádio Jornal do Brasil” a mando da Promotion. Os membros da Comissão começaram a indagar que o depoente estava omitindo a verdade dos fatos e caso isso fosse comprovado, Elena poderia ser indiciado. Em resposta, ele reafirmava que em seu trabalho se atentava apenas às questões técnicas e não nos conteúdos veiculados¹⁶².

Outro depoimento importante a ser abordado sobre a Promotion e o Ibad foi o de Carlos Lavínio Reis, diretor-secretário do Ibad e também diretor comercial da Promotion. Ao contrário do que garantiam outras testemunhas, expôs que o Ibad era cliente da Promotion, mas nutriam apenas relações publicitárias. Quando questionado sobre sua função dentro do instituto, declarou que ela não era de cunho político. Segundo ele, sua ação era meramente publicitária e se via responsável apenas por mapear emissoras de rádio com maior custo-benefício a serem contratadas pelo Ibad. Foi apresentado para Reis um documento em que delegava ao Ibad a representatividade para assinar com emissoras em nome da Adep. O documento foi reconhecido, mas ele destacou que não foi ele quem assinou. Em acréscimo, ressaltou que os programas assinados após a aquele documento não eram apenas de teor político, mas propagandísticos de outras empresas.

Quando questionado sobre questões políticas, Carlos Reis declarava que não era sua área de atuação e quem melhor saberia responder sobre isso seria Ivan Hasslocher. Declarava ter conhecimento de que quem pagava os programas políticos era a própria Adep e não empresas. Mas, apesar de dizer que desconhecia quaisquer fins econômicos da Promotion, assinava os cheques da mesma. Em resposta a esta atitude confrontada com seu total desconhecimento sobre transações comerciais da empresa, apenas declarou que assinava o talão de cheque completo sem endereçá-los. Por isso, desconhecia para quais fins eles eram entregues¹⁶³.

Apesar de diretor-comercial da Promotion, declarou que não tinha atividades concretamente administrativas na empresa e por essa razão desconhecia sobre seus os fundos financeiros. Apesar disso, destacou que sabia que a natureza do capital da empresa era apenas nacional. Em relação à Adep e às rádios, ressaltou que “30% das emissoras contratadas recebiam valores irrisórios, outros 30% valores normais e outros 40%

¹⁶² CPI do Ipês e do Ibad, vol. 3, 1963, p. 94.

¹⁶³ Ibid., p. 103.

desempenhavam parceria gratuitamente¹⁶⁴”. O teor das matérias e programas que pagavam para estas rádios, segundo ele, não tratavam de momentos críticos do contexto nacional. Novamente, o que chama a atenção é o desconhecimento sobre as questões financeiras e o pouco detalhe na relação entre Promotion, Ibad e Adep. Já que, diferente dos outros depoentes, Reis demonstrava que havia sim algum tipo de relação entre eles, nem que fosse meramente comercial.

O próximo depoimento a ser tratado foi emblemático, pois se tratou de uma figura crucial para as ações do Ibad. O depoente foi Frutuoso Osório Filho, Diretor-geral do Ibad, sócio da Promotion e de acordo com ele mesmo, “extraoficialmente coordenador das atividades da Ação Democrática na Bahia, em Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará¹⁶⁵”. Frutuoso Osório era o grande responsável pelas atividades do Ibad e Adep no Nordeste¹⁶⁶. Entretanto, quando questionado sobre o Ibad financiar programas de rádio, disse que não havia dado nenhuma autorização para contratá-las. Diferente da Adep que por si só patrocinou programas e propagandas no Nordeste.

A respeito das questões financeiras do Ibad, destacou receber muitas doações em virtude da distribuição gratuita da *Revista Ação Democrática*. Também foi questionado sobre os gastos que desempenhavam os centros assistenciais promovidos pelo Ibad no Nordeste, ao que respondeu não ser obrigado a responder tal pergunta, pois teria de expor nomes de empresas que seriam perseguidas e pressionadas, algo que para ele era o objetivo daquela CPI. Os membros da comissão receberam essa resposta de Frutuoso de modo provocativo e interpelou um protesto nesta fala, fazendo com que o depoente fosse então advertido.

Sobre as questões políticas e financeiras do Ibad e da Promotion, foi categórico ao afirmar que nada sabia sobre a origem dos financiamentos. Mas, que eles seriam nacionais e principalmente anônimos. O Ibad, por sua vez, não havia investido nenhum dinheiro em questões políticas, já que não desempenhava ações políticas partidárias e sim ideológicas. Por isso, segundo ele, o Ibad não participou em nada da campanha eleitoral de 1962. Diferente da Promotion, que poderia – ele não afirma que sim e nem que não –

¹⁶⁴ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 5, 1963, p. 105.

¹⁶⁵ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 5, 1963, p. 112.

¹⁶⁶ DREIFUSS, Op. Cit.

ter doado materiais e não dinheiro. O deputado Eloy Dutra demonstrou irritação perante o discurso de Osório e disparou “não é dinheiro, compra-se de graça¹⁶⁷”.

O clima desse depoimento se mostrou muito tenso, pois a maior parte das perguntas interpeladas pelos membros da Comissão não eram respondidas ou tinham respostas dispersas. Desta forma, os deputados Dutra e Rollemberg destacaram que a CPI era uma investigação, e por isso todos os depoentes deveriam falar a verdade e não omitir fatos, e caso não cumprissem seriam enquadrados como infratores do Código Penal. Para controlar as discussões, o presidente da CPI declarou que seria feita uma reunião particular entre os membros a fim de que se decidisse sobre a denúncia à Osório por estar faltando com a verdade.

Confrontado, Osório disse que não podia elencar os nomes dos sócios do Ibad naquele momento, mas o faria com a volta de Hasslocher. Esta declaração possibilitou a pergunta de Max da Costa, sobre quem havia ficado no lugar do presidente da Promotion na ausência de Ivan Hasslocher. Osório respondeu que ele mesmo estava substituindo Hasslocher, mas que não cumpria funções ou ações financeiras – cargo esse que ficava vago na ausência do presidente. Até o fim do depoimento, se manteve firme em desvincular a ação Ibadiana de questões políticas. Para isso, começou a destacar programas sociais e cívicos desempenhados pelos ibadianos, mas foi interrompido pois a investigação tratava de interferências políticas do instituto. Tal afirmação foi respondida com o argumento de Osório de que o Ibad nada tinha a ver com questões políticas.

No dia 29 de agosto, a CPI do Ipês e do Ibad recebia o depoimento de Castilho Cabral, ele havia sido presidente do Movimento Popular Jânio Quadros – momento em que havia conhecido o Ibad por meio do convite de Ivan Hasslocher de firmarem parceria entre o Movimento Popular Jânio Quadros e a Ação Democrática Popular. O acordo não foi finalizado, principalmente por divergências entre o depoente e Hasslocher, demonstrado, por exemplo, na escrita de um manifesto por Cabral e recusado por Hasslocher por não deixar explícita a defesa do capital internacional. Perguntado se sabia sobre os fundos financeiros da Adep, disse desconhecer, mas achava suspeito, visto que advindo de fora do país ou internamente estava a influenciar a política nacional. Por fim, declarou não ter firmado o acordo com Hasslocher por não querer defender os mesmos princípios obrigados por tal, e que conhecia outros atritos dentro dos institutos que Hasslocher comandava, como entre o presidente do Ibad e Junqueira.

¹⁶⁷ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 5, 1963, p. 131.

Francisco Lampreia, que havia sido associado ao Ibad, também deu seu depoimento à CPI. O mesmo, no ato de seu depoimento estava desligado do Ibad, mas desempenhava funções na Promotion, mais precisamente no projeto “Congresso em Revista” –curiosamente financiado pelo Ibad. Lampreia foi também representante da Adep em Brasília durante o pleito de 1962, mas dizia desconhecer as ações políticas dos institutos e de seus fundos financeiros. Foi questionado sobre quais nomes estiveram ligados a Adep, mas afirmou que caso respondesse colocaria em uma situação de vulnerabilidade diversos indivíduos, alguns deles presentes inclusive naquela Comissão. O presidente da CPI acatou a impugnação da pergunta feita por José Aparecido, e foi confrontado pelo deputado que ressaltou que o objetivo da comissão era investigar como se organizavam e atuavam estes órgãos como Ibad e Adep e não condenar aqueles ligados a ela sem o devido processo investigativo.

Laerte Vieira concordou com Barcellos e exclamou que a Adep se tratava de uma organização da Casa – do Congresso – e por isso não estava sob suspeita. E se alguém achasse o contrário, deveria abrir outra CPI para investigá-la. Sua atitude demonstrou a intenção de desassemelhar o Ibad com a Adep mesmo frente a evidências de suas parcerias pelos próprios membros da CPI. Rubens Paiva discordou do relator e disse que as relações entre os órgãos tinham sim de ser investigadas e questionadas a todos aqueles que estivessem depondo para a Comissão. Em clima de discussão acalorada, o presidente pediu a retirada da impugnação da pergunta sobre a Adep para o relator e declarou “podem falar do Ibad, podem falar do Ipês, podem perguntar sobre a ADP, sobre a Adep. Perguntem sobre o que quiserem, porque nada disto me afetará¹⁶⁸”. Atitude que gerou maior alvoroço entre os membros, pois declaravam que em nenhum momento haviam colocado Barcellos como suspeito.

Voltando às declarações de Francisco Lampreia, ele esclareceu que a ADP havia sido criada por ele, Ivan Hasslocher e Frutuoso Osório Filho. Lampreia, por sua vez, foi também convidado por Hasslocher a figurar a direção do Ibad, que aceitou devido seu interesse comum em enfrentar a infiltração esquerdista no Brasil. Porém, foi veemente em destacar que questões financeiras eram de inteira responsabilidade de Hasslocher. Sobre o desconhecimento dos fundos do instituto, foi interpelado por Paiva, que disse “venha de onde vier, o senhor aceita? ” e teve como resposta “venha de onde vier eu aceito¹⁶⁹”. Em relação ao Ibad, o depoente não soube explicar ao certo porque havia sido

¹⁶⁸ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 10, 1963, p. 34.

¹⁶⁹ Ibid., p. 74.

desligado, mas terminou por afirmar que isso se deu por ele não ter frequentado as reuniões do instituto.

Sobre a sua atuação na Promotion, disse que coordenava seis salas de gravações e supervisionava alguns programas, também possuía funcionários, como um datilógrafo e um taquígrafo que ficavam no Congresso Nacional angariando notícias para o programa “Congresso em Revista”. Sobre filmagens que o Ibad financiava dentro da Casa dos deputados, o deputado Max da Costa destacou que certa vez havia conversado com um cinegrafista a fim de saber sobre o que gravava. Como resposta, o funcionário disse prestar serviço para o Ibad e que nada poderia declarar por medo de ser despedido. Em resposta à CPI, Lampreia disse que esse funcionário nunca mais havia aparecido na sede da Promotion, e ainda ressaltou existirem materiais de gravação em uma sala da Câmara, mas que teriam sido destruídos por autoria desconhecida.

Chegou então o dia do tão esperado depoimento de Ivan Hasslocher, que era então o presidente da Promotion S.A, diretor do Ibad, sócio do Ipês e da Adep. Ocorrido no dia 25 de setembro, o depoimento deu início a partir de Hasslocher esclarecendo que havia criado o Ibad com o intuito de fortalecer a luta pela democracia no país, que estava sob ameaça comunista. Questionado sobre o porquê de estar em cargos administrativos de tantos órgãos, destacou que isso se dava a partir da necessidade de unificar pautas e integrantes em volta de uma mesma causa. Mas que, “as despesas referentes ao Ibad foram pagas pelo Ibad e as despesas da Adep pela Adep¹⁷⁰”.

Ao ser perguntado sobre o financeiro do Ibad, destacou que quando foi criado, em 1959, havia recebido 6 milhões de cruzeiros, dos quais apenas Frutuoso Osório saberia explicitar a origem. Ressaltou que o instituto recebia diversas doações voluntárias, que de acordo com Hasslocher, se davam em virtude da empolgação gerada pela ação ibadiana em rádios e televisão. Porém, quando precisava responder quem eram os financiadores do instituto foi categórico ao dizer que não iria informar os nomes e apenas garantia que eles eram brasileiros. Na sequência, confrontado sobre a situação em que havia se metido com Junqueira, antigo membro do Ibad que havia pedido uma relação com os nomes dos doadores. Em resposta, afirmou que Junqueira, quando entrou para a Adep foi informado que ele nunca poderia saber o nome dos doadores, e o mesmo aceitou esta condição. Além disso, ele não havia cumprido sua função de prestar contas sobre a ação da Adep no Nordeste.

¹⁷⁰ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 10, 1963, p. 278.

Hasslocher se comprometeu a não divulgar o nome de nenhuma empresa ou empresário que financiava a Adep ou o Ibad. O que como indiciado poderia fazer pois só responderia mediante advogados. Entretanto, defendeu que nem todos aqueles que investiam no Ibad também investiam na Adep. No caso do Ibad, disse que haviam 98 contribuintes no total. Com o intuito de dissociar ambos os órgãos e tentar ratificar que agiam de modo independente, mesmo sendo ele diretor de ambas as frentes. A Promotion por sua vez, responsável por financiar campanhas a mando da Adep, segundo ele, não havia recebido nenhum lucro desta ação. Por fim, destacou que os membros do Ibad, Promotion e Adep eram geralmente os mesmos para evitarem divergências que geralmente desestabilizavam outros grupos organizados. Ressaltou que a Promotion, o Ibad e a Adep eram entidades diferentes, e num primeiro momento disse que possuíam unidade de gestão, ação e financiamento, mas depois reportou essa afirmativa.

Tratando de valores, Hasslocher citou que a Adep não recebeu 5 bilhões de cruzeiros como afirmavam na mídia, e sim 950 milhões¹⁷¹. Destacou que a função desse órgão seria agir politicamente, já que o Ibad desempenhava apenas ações cívicas. Porém, demonstrou descontentamento na ação desenvolvida pela Adep, já que considerava que o comunismo não havia acabado no país, conforme os resultados eleitorais de 1962.

Além de não tratar sobre as origens financeiras do Ibad e da Adep, Hasslocher se negava a falar quem foram os políticos escolhidos para ser auxiliados pela Adep. Como justificativa, disse que ali estava como indiciado, e que citar esses nomes colocariam estes políticos em situação vulnerável. Além de ele mesmo correr o risco de ter suas contas bancárias vasculhadas e outros ataques. Por fim, sobre as empresas que possuíam relações com a Promotion, também não seriam por ele reveladas. Já que o Ibad já estava passando por intenso processo de desmoralização, não queria isso também para sua empresa.

Junqueira, membro ibadiano destacado no depoimento de Hasslocher, também deu seu depoimento, principalmente para esclarecer o conflito que existiu no comando da Adep. No dia 15 de outubro, Oscar Junqueira prestou seu depoimento, já no início ressaltou que a criação da Adep e a assinatura de sua ATA se deram em momentos diferentes, por sócios diferentes. Segundo ele, até sua saída da Adep somavam-se 60 membros vinculados a ela. Por sua vez, Junqueira destacou que havia utilizado 5 bilhões de cruzeiros da Adep e 1.500.000,00 cruzeiros de doações de familiares e amigos na

¹⁷¹ O salário mínimo na época era de Cr\$13.440 (PAIM, P. Salário Mínimo uma história de luta. Brasília, 2005). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180154/SalMinimo.pdf> . Acesso em: 08 de novembro de 2022.

Adep. Os auxiliados pela Adep, como disse se recordar, tinham sido oito governadores. Foi questionado se ele tinha acesso a esses nomes e se poderia passar a Comissão, em resposta, disse que a documentação que tinha acesso sobre havia sido queimada.

Segundo Junqueira, toda a documentação referente aos sócios, políticos apoiados e contabilidade havia sido queimada por ele e outros membros. A justificativa foi que ele se recusava a entregá-las para Hasslocher. Então decidiram queimá-las para que os nomes não fossem lidos de modo equivocado ou caíssem em “mãos erradas”. Questionado sobre como os documentos da Adep estavam então sendo divulgados na imprensa, disse que alguém deveria ter se infiltrado na Adep como membro e pegado os documentos. No caso, Junqueira estava a acusar Eloy Dutra, responsável por divulgar os documentos do Adep.

A decisão de queimar documentações permite diversos questionamentos sobre a ação da Adep. O depoente sabia que estes documentos haviam de ser entregues às autoridades e preferiu queimá-los. Boa parte das respostas que a CPI precisava estava nessa documentação, como o nome dos sócios e a origem financeira dos fundos da Adep. Por outro lado, a ação também foi direcionada ao enfrentamento a Hasslocher, que acusava Junqueira de não prestar contas. Ele em sua defesa, ou melhor, em seu ataque ao diretor do Ibad, queimou todos os documentos. Os membros da comissão reagiram com grande indignação quanto a queima de documentos tão importantes.

Quando perguntado sobre o que pensava sobre a figura de Hasslocher, destacou que ele era quem tinha mais poder na Adep e nos outros institutos, mesmo declarando que a Adep nada tinha a ver com o Ibad. Além disso, destacou que Hasslocher não praticava o objetivo da Adep de defender a democracia no país, ao contrário disso, achava que Hasslocher era um “forasteiro frustrado [...] e que além disso lança calúnias gratuitamente [e que] pretendia usufruir de lucros¹⁷²” – como o depoente poderia provar. Durante todo o depoimento criticou as atitudes de Hasslocher e destacou seu espanto em ele não divulgar os nomes dos investidores.

Em seu depoimento, Oscar Junqueira havia dito que apenas o General Gentil Barbato possuía conhecimento dos nomes dos candidatos auxiliados. O general foi convidado então a depor e esclarecer estas declarações e suas funções na Adep. O mesmo declarou que o único compromisso que os candidatos auxiliados pela Adep se comprometiam era a defesa pela democracia. Em questão de números, disse que 250 candidatos foram apoiados, mas ressaltou que um número baixo deles teria ganhado as

¹⁷² CPI do Ipês e do Ibad, vol. 13, 1963, p. 22.

eleições. Quando questionado sobre os nomes destes políticos, disse que não possuía a lista, pois ela estava na documentação incinerada por Junqueira. Atitude esta que o depoente não compreendia, visto que não considerava vexatório declarar quais foram os políticos auxiliados pela Adep – órgão legalizado e prudente.

Desta forma, o depoimento de Oscar Junqueira foi essencial para entender que a Adep era também um local de disputa e conflito entre seus próprios membros. Pois, ele e Ivan Hasslocher se desentenderam a ponto de em seus depoimentos demonstrarem críticas e acusações sérias um sobre o outro. Junqueira, por exemplo, destacou que os fundadores da Adep, com exceção do Hasslocher, tinham como objetivo defender a democracia no país. E também que o interesse comercial do presidente da Promotion se mostrou ainda maior quando Junqueira e seus colegas se desligaram da Adep, tendo seus antigos cargos rapidamente ocupados por funcionários de Hasslocher.

Esta divergência entre os membros do Ibad teria como origem – segundo Junqueira – a recusa de Hasslocher de conceder os nomes dos investidores da Adep. Mas, Ivan Hasslocher declarou que tal problemática surgiu a partir da ingerência de Junqueira que, sendo o responsável por escolher os representantes estaduais da Adep, não estava entregando as prestações de contas corretas. Já que o combinado na criação da Adep foi de que Hasslocher não forneceria o nome de seus investidores, mas passaria os investimentos conforme fosse necessário, desde que todas as contas fossem prestadas. A partir dessas atitudes “suspeitas” do ex-tesoureiro da Adep, o presidente do Ibad passou a entregar o dinheiro das campanhas políticas diretamente aos dirigentes estaduais. Junqueira, então, passou a atacar Hasslocher, ameaçando publicar a documentação que estava sob sua posse¹⁷³.

Durante o depoimento, Barbato se colocou ao lado de Hasslocher no embate com Junqueira, pois não confiava no segundo. Sobre a origem do dinheiro que Hasslocher angariava para a Adep, declarou desconhecer quais eram os investidores. Em acréscimo, disse que já havia tido interesse em mapeá-los, e teve garantias de outros diretores de que eram empresários nacionais que queriam frear o avanço do comunismo no Brasil. Porém, com o tempo e a maior aproximação com Hasslocher, passou a deixar de querer ir a fundo no assunto, já que independente da origem do capital, o importante – para ele – era como o dinheiro era aplicado. No caso da Adep, era aplicado em uma ótima causa.

¹⁷³ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 10, 1963, p. 282.

Outro membro da Adep importante que depôs na CPI foi Peter Muranyi, ele era secretário estadual de São Paulo. Recebeu o convite para fazer parte da Adep por meio de Oscar Junqueira e Menezes Cortez, que declararam que o objetivo desta frente era o apoio a políticos contra o comunismo e o avanço das ideias fascistas no país. Muranyi esclareceu que havia ficado responsável de reescrever a carta de princípios da Adep, visto que a primeira versão foi considerada deveras conservadora. A nova versão foi considerada pelo depoente como “anticomunista sempre, reacionária nunca¹⁷⁴”. Além disso, aceitou fazer parte da Adep apenas por ter recebido a informação de que os investidores eram apenas brasileiros. E que, os políticos auxiliados o seriam devido à falta de condições financeiras que tinham para investirem em suas campanhas.

O depoente declarou que todo o dinheiro recebido pela Adep era feito de modo legítimo e que não compreendia a recusa de Hasslocher em esclarecer quem os fazia. Da sua parte, havia recebido 93.700.000,00 cruzeiros para desempenhar a Adep em São Paulo. Valor considerado por ele baixo o suficiente para pouco interferir nos resultados finais das eleições. Também fez questão de destacar que todos os políticos que careciam de recursos foram tratados da mesma forma, desde que lutassem contra os extremismos de esquerda e de direita.

O motivo do seu desligamento da Adep se deu em agosto, quando Muranyi percebeu que os contratos com a imprensa apresentados por Hasslocher estavam com valores mais altos do que o mercado. Com isto, apresentou novos contratos com preços menores e foi proibido de fazer contratos por conta própria, tendo na sequência pedido sua demissão. Isso deveu-se ao fato de ter sido maltratado pelos membros e a ser mal visto. Relatou que com o tempo, toda a organização da Adep foi sendo incorporada por Hasslocher a ponto de apenas efetivar suas vontades, distanciando-se assim cada vez mais dos princípios da mesma. Além disso, declarou que as viaturas de São Paulo haviam sido parte vendidas por valores duvidosos, enquanto a outra estava sendo escondida. Quando constatou essas ilegalidades passou a ser ameaçado por Hasslocher e seus sócios.

Para além dos membros, políticos também se prontificaram a depor, em destaque Miguel Arraes. No dia 22 de agosto de 1963, o governador de Pernambuco foi até o Congresso, não por ser convocado, mas por ter se oferecido a prestar esclarecimentos sobre o que havia passado nas eleições de 1962. Segundo ele, aquele pleito havia sido muito atravessado pelo dinheiro e grupos de pressões, o que dificultava o caminhar livre

¹⁷⁴ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 13, 1963, p. 96.

da democracia. Para basear sua fala no depoimento, entregou 500 documentos para a CPI, algo que, segundo ele, comprovava de modo “incontestável” a atuação do Ibad e correlacionados em Pernambuco. Conforme narrava sobre a disputa eleitoral de 1962, Arraes se emocionou, pois destacou as dificuldades em razão da diferença de investimentos entre ele e seu adversário, João Cleofas, que era discrepante.

Nas palavras de Arraes, o Ibad se organizava a partir de uma estrutura de “Estado”, pois era estruturado, possuía grupos de ação e encarregados para cada setor. No caso do Nordeste, sabia que o líder era Frutuoso Osório Filho, e o dirigente das questões publicitárias era o Coronel Astrogildo Corrêia, enquanto Emanuel Lima era o secretário executivo. Para enfatizar o volumoso capital investido na campanha de João Cleofas, declarou que o Ibad financiou até um avião, assim como outras 40 viaturas e 67 milhões de cruzeiros em questões publicitárias de campanha.

O depoimento de João Cleofas também foi requerido pela CPI do Ipês e do Ibad. Porém, quando o mesmo prestaria seu depoimento, a Comissão encontrava-se em discussão sobre sua continuação ou não após a intervenção presidencial. Por isso, os esclarecimentos prestados por Cleofas se deu por meio de uma carta. Nesta declaração, o adversário de Arraes confirmou que sua campanha havia sido auxiliada por investidores ligados a Adep. Mas, diferente do que estavam o acusando, tais investimentos haviam sido legítimos. Por outro lado, segundo João Cleofas, Miguel Arraes só saiu vitorioso da disputa de governador de Pernambuco acirrada em 1962 por ter recebido apoio de industriais e empresários magnatas. Acusações de corrupto e de caráter pouco confiável foram direcionadas à Arraes¹⁷⁵.

Porém, muito além dos conflitos internos e da dificuldade de entender como se deu a atuação do complexo Ipês/Ibad/Adep, foi possível aos membros da CPI comprovarem que o Ibad, a Adep e a Promotion funcionavam como um único organismo. A Promotion, por exemplo, criada em 1951 por Ivan Hasslocher, Hélio Rezende e outros cinco sócios com o número de ações reduzidas, funcionava como uma empresa de publicidade fantasma, já que não possuía registro na Associação Brasileira de Propaganda (ABP)¹⁷⁶. Essa suposta agência de publicidade financiava programas de televisões e rádios para indivíduos ligados à Adep e ao Ibad.

Praticamente todos os depoentes declaravam que estas organizações nada tinham em comum. No entanto, os membros integrantes dos cargos da diretoria destas

¹⁷⁵ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 10, 1963.

¹⁷⁶ OLIVEIRA, Op. Cit., p. 68.

organizações eram em sua maioria os mesmos. Por exemplo, Frutuoso Osório Filho era representante estadual da Adep no Nordeste, diretor do Ibad e acionista da Promotion. Por vezes, era substituto de Hasslocher no cargo de presidente da empresa. Para explicar melhor a ligação entre estas organizações, Dutra ressaltou que o “Ibad é Ivan. Ivan é o Ibad, A Adep é Ivan. Ivan é a Adep. Ivan é a Promotion. Promotion é Ivan¹⁷⁷”.

Para além disso, fica evidente que não foi coincidência todos os funcionários ou integrantes do Ibad e Adep declararem o mesmo argumento em seus depoimentos no que tange a Ivan Hasslocher ser o único responsável financeiro sobre os institutos. Quando todos os integrantes, incluindo diretores financeiros do Ibad e da Adep declaram desconhecer quaisquer relações financeiras e origens do capital investido nas eleições os mesmos individualizam o crime eleitoral em Hasslocher que por sua vez manteve em sigilo as informações sobre os fundos financeiros do Ibad. Desta forma, fica a análise de que não foi aleatório todos declararem o mesmo desconhecimento quanto a questões internas do instituto. E nem Hasslocher depor sob o estatuto de indiciado o que o resguardava quanto a escolher as respostas a serem dadas a perguntas dos membros da CPI do Ipês e do Ibad.

Após toda a análise da documentação apresentada, porém, a incógnita inicial continua, qual era a fonte de capital que possibilitou ao Ibad e a Adep financiar tantos políticos nas eleições de 1962? A leitura da CPI demonstrou a exaustão de seus membros em fazer o mesmo questionamento aos depoentes e não chegar à resposta alguma. Visto que todos aqueles que tinham vínculo com o Complexo Ipês/Ibad declaravam desconhecer ou se recusavam a falar sobre a natureza do capital utilizado por tais institutos. Essa falta de respostas foi vista, muitas das vezes, como quebra da lei, o que resultou na indicação de que a CPI fosse entregue ao Ministério Público para que fossem interpelados os indivíduos que omitiram fatos para investigação criminal.

Por fim, o principal objetivo da CPI não foi enalçado, pois não ficou evidente qual seria a natureza do capital do Ibad e da Adep. Em relação ao Ipês, pouco foi investigado da parte dos membros da CPI. Embora não alcançando seu objetivo de saber a origem financeira dos institutos, a CPI foi importante para levantar o debate sobre corrupção eleitoral. A partir da reverberação pública em periódicos, também foi possível alertar sobre a atuação destes institutos. Para além disso, foi graças à CPI que o presidente

¹⁷⁷ DUTRA, Op. Cit., p. 64.

João Goulart conseguiu formular e creditar o fechamento de todos os escritórios do Ibad pelo Brasil.

No que tange ao trabalho de historiadores, a CPI do Ipês e do Ibad, principalmente se tratando dos depoimentos colhidos, é um rico material a ser analisado. A partir dos discursos dos depoentes e dos membros da CPI se faz possível saber mais sobre o passado brasileiro de 1963 – ano tão emblemático quando olhado de modo retrospecto, já que hoje sabe-se que foi o último ano em que a política brasileira esteve democrática, pois em abril de 1964 o golpe civil-militar foi executado.

A CPI do Ipês e do Ibad, apesar de ter coletado uma grande gama de documentações e depoimentos, teve seu parecer final apresentado sem a resposta para sua pergunta acerca da origem financeira dos órgãos em questão. Posteriormente ao fim da CPI, ficou constatado que o responsável por escrever o relatório final Pedro Aleixo fazia parte do Ibad. Esse relatório, apesar de ter sido aceito pela maioria dos membros da CPI foi noticiado pelo *Última Hora* como ilegítimo e ineficaz. Logo após ter sido publicada, a CPI foi arquivada devido o golpe de 1964.

3.2 PARECER FINAL DA CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963)

Como foi elencado no primeiro capítulo desta dissertação, a Comissão Parlamentar de Inquérito foi dividida em duas partes. A primeira tinha como relator Laerte Vieira; e a segunda, Pedro Aleixo. A função do relator de uma CPI era a de apresentar ao final da investigação um texto relatando a opinião coletiva da Comissão sobre o caso. Ou seja, deve ele “colher as conclusões dos membros da comissão e sistematiza-las num texto escrito, que, afinal, será votado pela comissão¹⁷⁸”. No caso da CPI do Ipês e do Ibad de 1963, houve dois pareceres. Um assinado por Vieira acerca do pedido de envio de denúncia do Ipês e do Ibad para o Ministério Público. E o segundo, o parecer final da CPI assinado por Aleixo.

No dia 29 de agosto de 1963, foi aceito o parecer em resposta ao pedido de envio das denúncias angariadas na CPI para o Ministério Público. Laerte esclareceu que até aquele momento não havia nenhuma evidência comprovada de que o Ipês ou o Ibad estivesse infringindo o Código Penal. Aparecido requeria no documento que pretendia enviar ao Ministério Público que o mesmo colocasse fim às atividades do Ipês e do Ibad.

¹⁷⁸ SOARES, José de Ribamar Barreiros. **O que faz uma CPI** (2ª ed.). Biblioteca Digital – Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2009.

Esse pedido foi também descartado por Vieira, visto que não cabia aquele órgão finalizar organizações civis sem comprovação de atividades ilícitas. O relator conseguiu convencer a Comissão de que não havia resultados comprobatórios suficientes para a CPI ser encerrada. Ficando estabelecido que uma nova comissão de membros seria convocada para darem encaminhamento a CPI.

Após oito meses de processo e com um novo relator, a CPI apresentou seu parecer final sobre o caso assinado por Pedro Aleixo. O deputado iniciou o documento explicitando a importância e a história das Comissões Parlamentares, bem como sua função de declarar conclusões e não sentenças ou veredictos jurídicos. Sobre a CPI do Ipês e do Ibad especificamente, foi categórico ao afirmar que havia sido uma das mais complexas, com lacunas ainda longe de serem preenchidas.

Iniciando a arguição sobre o processo, o relator fez um apanhado histórico e jurídico sobre Comissões Parlamentares de Inquérito. Desta primeira passagem, cumpre destacar que o relator declarou que no contexto brasileira as CPIs não eram bem quistas. Visto que, era um processo acusado de parcialidade pois se tratava de um inquérito feito por políticos. Por isso, Aleixo destacou a importância dos membros de uma CPI representarem o interesse público e estudarem limites para esse processo de atuação recente no Brasil.

Pedro Aleixo fez um destaque também a opinião pública sobre a CPI em voga, ressaltando que ela era heterogênea. Pois, muitas Câmaras Municipais requereram que as investigações se estendessem para outros municípios para neles serem investigados pontualmente a atuação ibadiana. Enquanto abaixo-assinados de civis foram entregues à Comissão pedindo que os centros assistências não fossem fechados. Enquanto isso, outros agentes políticos evidenciavam que diferentes políticos também haviam feito suas campanhas com dinheiros suspeitos, e não apenas aqueles filiados ao Ibad.

Sobre a CPI do Ipês e do Ibad, Aleixo já iniciou destacando que a Comissão ansiava muito o depoimento de Ivan Hasslocher, visto que todas as testemunhas apontavam para ele como o único conhecedor financeiro do Ibad e da Adep. Porém, em seu depoimento, se identificou como indiciado, ou seja, como suspeito de evidências criminosas. O que fez com que ele não respondesse boa parte das perguntas, já que elas seriam objetos de investigação extra da CPI. A conclusão de Aleixo para com Hasslocher foi de que ele era o responsável pela criação de diversas sociedades secretas anticomunistas, das quais não se sabia sobre seus financeiros.

O relator destacou que muitos depoentes se recusaram a falar nomes de empresários e políticos envolvidos com os institutos, alegando sigredo profissional. Mas, se os mesmos estivessem sob sigredo profissional não poderiam nem depor, e a partir do momento que o fazem, são obrigados a falar a verdade e responder a todas as perguntas feitas a eles, algo que não aconteceu. Outra escolha grave feita pelos depoentes foi a incineração da documentação da Adep. O que foi feito, segundo o relator, após a abertura da CPI e a apresentação de seu primeiro depoimento. Em acréscimo, destacou que bancos foram contatados durante a CPI e exigidos de enviarem extratos bancários dos institutos em investigação. Porém, a maior parte dos bancos recusou entregar esses documentos sob justificativa de “sigilo bancário”. Essa atitude foi reprovada pelo relator, que disse que a entrega destes documentos era de interesse nacional e não configurava crime.

Apesar de demonstrar o descumprimento da lei acima elencado, Pedro Aleixo declarou que havia sido dada uma atenção e alcance ao Ibad maior do que ele, de fato, desempenhava. Principalmente por meio das denúncias de ameaças à vida relatadas na Comissão. Aliado a isso, relatou que as ações ibadianas sofriam críticas de comunistas, grupos que eram contra a intervenção econômica na política e políticos que se sentiam prejudicados pelo investimento eleitoral feito pelo Ibad. Estes, juntos na mídia, denunciavam que os fundos financeiros do instituto eram internacionais, o que não havia sido encontrado nenhuma evidência durante a CPI. Disse ainda que diversos grupos investiam dinheiro suspeito em campanhas eleitorais sem serem filiados ao Ibad, e por isso mereciam investigação também.

As próximas páginas do parecer anexaram partes dos depoimentos angariados pela CPI e dos documentos apresentados. Em comum, os membros da Adep e do Ibad destacaram que não possuíam nenhum vínculo, e, da mesma forma, desconheciam a origem financeira das organizações. A partir disso, foi concluído que o Ipês estava cumprindo seu estatuto, desenvolvendo apenas atividade cívicas e educacionais conforme seus princípios. Em relação ao Ibad, o número de deputados federais auxiliados chegou a 250, mas o relator concluiu que os valores investidos pela Adep eram de valor simbólico e entregues por meio de materiais de campanha. Também ressaltou que independentemente do valor investido e dos nomes auxiliados, poucos deles venceram as eleições, causando pouco impacto no processo eleitoral.

Se, de um lado, o relatório de Pedro Aleixo foi condescendente com as ações do Ipês, por outro lado, não conseguiu escamotear a relação intrínseca entre o Instituto

Brasileiro de Ação Democrática, a Ação Democrática Parlamentar e a S.A. Incrementadora Promotion. Segundo o parecer de conclusão,

Está demonstrado, com os depoimentos e as declarações de testemunhas e indiciados, que o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, em ação conjunta com a Ação Democrática Popular e com a Sociedade Anônima Incrementadora de Vendas Promotion, interveio na eleição de candidatos a governos dos Estado – AM, Pernambuco, Ceará (venceu), Piauí (venceu), Sergipe, Bahia (venceu), RJ e RS –, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas Estaduais¹⁷⁹.

Porém, nem todos os membros da CPI acataram ao parecer final sem fazer considerações. O deputado Temperani Pereira fez uma declaração de voto a fim do relator acrescentar seus apontamentos. Segundo Pereira, era necessário deixar claro que o Ibad, a Promotion e a Adep eram organismos interligados que agiam de modo corruptivo e ilícito, a partir de uma máscara democrática. Para além disso, considerava essencial que os membros dos institutos fossem incriminados e que as denúncias colhidas de fraude e calúnia apresentadas pelos depoentes fossem investigadas pelos órgãos responsáveis.

Temperani Pereira, ressaltou também que discordando de Aleixo, havia sim documentações e depoimentos que conduziam ao entendimento de que o Ibad recebia capital estrangeiro. Outra crítica do deputado ao relator, foi para com o argumento de que a ação do Ibad havia sido pouco efetiva. Segundo Temperani Pereira, “Se foi mínima ou nula a influência do Ibad como assinala o relator [...] não [há] dúvida em afirmar a existência de deputados federais que certamente se elegeram graças ao Ibad¹⁸⁰”. No entanto, Pereira fez um adendo controverso, pois segundo ele nem todos os políticos que receberam auxílio ibadiano sabia das reais intenções do Instituto.

O deputado Geremias Fontes também declarou seu voto¹⁸¹, e destacou sua divergência ao argumento de Aleixo sobre a pouca efetividade na eleição de parceiros do Ibad. Segundo Fontes, independente dos erros cometidos pelo Ibad muitos êxitos foram comprovados. Quanto ao valor investido pelo Ibad, destaca que apesar de não terem sido homogêneos, em certas regiões correspondeu a campanhas inteiras. Em resumo, o deputado defendeu que independentemente dos resultados, o Ibad e a Adep possuíam interesses e desejos de interferência na política eleitoral, e isso era ilegítima.

¹⁷⁹ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 16, 1963, p. 206.

¹⁸⁰ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 15, 1963, p. 122.

¹⁸¹ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 15, p.126, 1963.

O parecer foi aceito e encaminhado como Projeto de Resolução após incorporar alterações prescritas pelos deputados Temperani e Afonso Celso. Em 2 de junho de 1965, o projeto de resolução nº 35 passou a ser substituído pelo “Art. 1º - ficam arquivadas as conclusões e recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 10/63”, assinado por Gil Veloso. Em 6 de maio de 1967, apareceu no *Jornal do Brasil* a reportagem “Deputados levam IBAD a tribunais”, destacando que a emenda de Veloso foi rejeitada, evitando o arquivamento e o encaminhamento do processo para o Judiciário. A notícia apareceu também no jornal *Correio da Manhã*, que destacou que iria à justiça com processo da CPI para punição dos responsáveis.

O procurador geral da República também deu o seu parecer sobre o caso do Ipês e do Ibad. Segundo ele, o Ibad havia agido nas eleições de modo diferente ao que constava no seu estatuto. O Ibad estaria agindo como um partido político sem ter se inscrito como tal, ficando, portanto, fora da fiscalização da Justiça Federal. Por isso, as secretárias do Ibad haviam sido fechadas, por suas ações corruptas e indícios de ligação com o capital estrangeiro. O procurador então declarou que o Instituto prescreveu infrações penais, fiscais, além de corrupção, difamação e até ameaças de morte¹⁸².

Como conclusão do caso, foi considerado que o Ibad desenvolvia atividades para além dos princípios constitucionais quando criou a Adep, organização que agia como partido político sem ser inscrita como tal. Desta forma, merecia impugnação. Em acréscimo as medidas no Código Eleitoral que deveria criar barreiras para impedir que o poder econômico concedesse privilégios políticos nas eleições. Sobre as providências a serem tomadas, o relator estabeleceu três pontos: a “elaboração de projetos de lei que explicitem a defesa contra a corrupção eleitoral”; o envio dos depoimentos daqueles suspeitos de faltarem com a verdade na CPI para as autoridades responsáveis investigarem. No caso, os nomes elencados foram Ivan Hasslocher, Hércio José Domingues França, Arthur Oscar Junqueira, General Gentil João Barbeto, Francisco Camelo Lampréia, Frutuoso Osório Filho, Peter Muranyi, Armando Filardi e do Dr. Antonio Leopoldino, e deveriam ser encaminhados às autoridades judiciárias. Uma vistoria nos documentos da Promotion com o fim de comprovar origem e legitimidade de suas despesas e lucros também foi articulada.

Estas medidas não foram atendidas, já que o golpe civil-militar de 1964 travou todos os processos em andamento no Legislativo, em especial aqueles que pudessem

¹⁸² CPI do Ipês e do Ibad, vol. 15, p.44. 1963.

representar algum constrangimento ao novo regime e aos apoiadores do golpe. Em 1977, o deputado Fernando Coelho tentou abrir novamente a CPI para que pudesse publicá-la nacionalmente, possibilitando sua disseminação e promovendo a defesa da soberania nacional nas eleições brasileiras. A resposta que esse deputado recebeu, porém, foi de que não cabia à Câmara efetuar este procedimento¹⁸³.

Com a redemocratização, houve a continuidade e até expansão dos problemas provenientes do financiamento eleitoral por meios ilícitos e dos compromissos políticos firmados em troca de dinheiro, muitas vezes originado de práticas de corrupção ou de outras fontes ilegais. Por isso, a publicação e os estudos sobre a CPI do Ipês e do Ibad, com todos os seus progressos e lacunas, se fazem essenciais nos dias atuais.

Frente às inúmeras dificuldades transcorridas ao longo da CPI, o parecer final escrito por Pedro Aleixo mostrou-se pouco assertivo. Já que, houve grande número de provas, apresentados, principalmente por Miguel Arraes e Eloy Dutra. Esses documentos, junto dos depoimentos de membros ibadianos, demonstraram que a origem de todo o grande capital investido nas eleições de 1962 não eram legais, já que não foram apresentados os devidos comprovantes de sua legalidade. Para além disso, o relator buscou ressaltar que as ações políticas desenvolvidas em nome da Adep foram apenas simbólicas, quando no caso de Pernambuco investiram em torno de Cr\$1.100.000.000,00 de cruzeiros – convertido em reais o valor remontaria à soma de Cr\$ 60.549.280,00¹⁸⁴.

Independentemente dos valores, ficou comprovado que o Ibad auxiliou 600 deputados estaduais, 250 deputados federais, 8 governadores e 15 senadores. No entanto, a maioria deles, mesmo com forte apelo propagandístico, não venceu as eleições em 1962 – fato que Hasslocher considerou uma derrota, em suas palavras, pois não conseguiram erradicar o comunismo no país¹⁸⁵. Porém, em carta a Junqueira, em meio às eleições de 1962, Hasslocher destacou a sua preocupação para que os políticos escolhidos tivessem condições de se elegerem para assim o dinheiro não ser perdido. Dessa forma, sobre o anticomunismo pregado pelo Ibad:

Seu anticomunismo não é democrático, pois vive de corromper os processos democráticos, como o eleitoral. Seu anticomunismo, que até tropas-de-choque criou (o que é o MAC senão isso?), a exemplo dos

¹⁸³ CEDV, 2016

¹⁸⁴ SILVA, João C. F. **Assaltos ao Parlamento**: estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão. 2007. 55 f. Monografia (Especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Brasília, 2007.

¹⁸⁵ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 11, 1963.

processos nazistas na Alemanha de Hitler, não passa da tentativa de fornecer pretextos para a instalação de regimes “autoritários” no Brasil¹⁸⁶.

A interferência no processo eleitoral de 1962 não conseguiu em sua plenitude fazer com que o Ibad interferisse no Congresso Nacional. Apesar de ter conseguido, em parte, com políticos que fizeram frente às medidas que Goulart tentava implantar freando-as. Todavia, a articulação do instituto em companhia com o Ipês não cessara e eles dariam seu apoio final em 1964, articulando nos grupos empresariais e cívicos a necessidade de um golpe civil militar, executado em abril de 1964 e aliado ao interesse dos militares¹⁸⁷.

A Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco foi a responsável por disponibilizar o material aqui analisado. Para além da digitalização e organização deste documento, publicou um volume exclusivo sobre a CPI do Ipês e do Ibad, com destaque ao protagonismo de Pernambuco neste processo na figura de Miguel Arraes. A CEDV-PE destacou a importância da investigação da CPI, principalmente por tratar em 1963 um assunto que ainda hoje é um desafio para nós brasileiros: corrupção eleitoral. De tal modo, destacou que o Acervo Documental – objeto de estudo para esta dissertação – foi arquivado a partir de documento público em 30 de novembro de 1969 pela Câmara dos Deputados.

A CPI do Ipês e do Ibad ficou por muitos anos arquivada e impossibilitada de análise e verificação. E foi graças à CEDV-PE que estes documentos foram pela primeira vez anexados conjuntamente e organizados. A CPI ter sido publicada online foi crucial para que esta pesquisa fosse viabilizada, pois os documentos puderam ser acessados e estudados virtualmente, democratizando um acesso que muitas vezes é impossível por estarem fisicamente em diversos lugares pelo Brasil e pelo mundo. Esta disponibilização cumpre também parâmetros da Justiça de Transição em divulgar a verdade sobre fatos históricos muitas vezes feito de modo secreto.

Apesar dos depoimentos colhidos na CPI do Ipês e do Ibad terem sido marcados por tantas polêmicas e denúncias, não foram o suficiente para embasar um relatório final firme. O processo colheu um grande número de documentos, porém, da parte dos membros quando se tratou de questões financeiras nada foi entregue à Comissão. Os bancos se recusavam a entregar extratos bancários, os funcionários do Ibad diziam não saber sobre eles. Desta forma, nenhum dos responsáveis pelo Ibad, pela Promotion ou

¹⁸⁶ DUTRA, Op. Cit., p. 41.

¹⁸⁷ DREIFUSS, Op. Cit.

pela Adep apresentaram nenhum argumento que comprovasse a legalidade dos cofres dos institutos.

O Ipês por sua vez, acabou por protagonizar apenas o nome desta CPI. Poucos funcionários do instituto foram chamados a depor. Bastou um depoimento de um dos diretores ipesianos acompanhados de alguns documentos do respectivo instituto para que ficasse confirmado que o Ipês nada tinha a ver com o Ibad ou com investimentos irregulares nas eleições de 1962. Esta questão pode ser justificada, para além das escolhas dos membros da CPI com o próprio funcionamento do Ipês à época. A articulação entre o Ipês e o Ibad se dava de modo encoberto. O Ipês tinha uma estrutura interna que possibilitava uma imagem de neutralidade e respeito a seu estatuto. Quando que na verdade estava a agir em conjunto com o Ibad. Colhendo informações e caixa para o Ibad, este instituto ficou responsável por agir publicamente, por isso recebeu tanto holofote no presente CPI.

Cumprir destacar, porém, que independente do resultado da CPI, este acervo documental possibilita um rico material para historiadores. Além de um termômetro sobre a Câmara dos Deputados naquele momento, é também um acervo que possibilita a leitura de discursos de funcionários dos Institutos. O que possibilita que em conjunto com bibliografia auxiliar nós, pesquisadores, avaliemos a intenção do Complexo Ipês/Ibad em interferir no Estado brasileiro. Para além disso, permite perceber conflitos internos e na mídia sobre um assunto tão caro – ainda – a nossa política nacional: o capital investido em campanhas por grandes grupos financeiros. O acervo documental, por outro lado, abre diversas dúvidas principalmente no que tange ao conhecimento de Goulart para com o Complexo Ipês/Ibad. Porém de modo geral, é um aglomerado de discursos ricos, complexos e que são importantes para compreender sobre a história recente do Complexo Ipês/Ibad.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante oito meses do ano de 1963 políticos se reuniram a fim de investigar se a ação política do Complexo Ipês/Ibad havia se dado por meio de financiamentos indevidos nas eleições de 1962. A CPI do Ipês e do Ibad tinha, portanto, o objetivo de averiguar quais eram os fundos financeiros destes institutos. Com o agravante da denúncia de que estes poderiam estar a receber capital estrangeiro e que o teriam investido em campanhas brasileiras, o que infringia o Artigo 144 do Código Penal de 1950:

Art. 144. É vedado aos partidos políticos: I - receber, direta ou indiretamente, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro de procedência estrangeira; II - receber de autoridade pública recursos de proveniência ilegal; III - receber, direta ou indiretamente, qualquer espécie de auxílio ou contribuição das sociedades de economia mista e das empresas concessionárias de serviço público¹⁸⁸.

Para além deste artigo, a investigação tinha como denúncia a infração do Artigo 145, por parte dos institutos, que dizia: “São considerados ilícitos os recursos financeiros de que trata o artigo anterior, assim como os auxílios e contribuições cuja origem não seja mencionada¹⁸⁹”. Porém, essas denúncias não fizeram com os membros do Ibad e Adep entregassem os documentos de suas ações e nem de seus caixas. Nem o fizeram chegar perto de declarar em seus depoimentos de quais empresários ou instituições recebiam o dinheiro que aplicaram nas eleições de 1962.

A partir da pesquisa desenvolvida nesta dissertação foi possível analisar no que consistia juridicamente uma Comissão Parlamentar de Inquérito na década de 1960, principalmente em relação ao que este processo passou a significar nos dias atuais. Ficou constatado que ela cumpre uma das tarefas constitucionais encarregada ao Senado: fiscalizar. Porém, é também um espaço de disputa política. Por isso, a análise de documentos deste tipo carece de um olhar atento para os membros participantes, bem como de seus respectivos partidos e como os deputados federais se relacionam com os sujeitos da investigação, como foi desenvolvido nesta dissertação.

Em análise ao processo eleitoral de 1962 foi possível notar que ele foi marcado por campanhas políticas intensas e disputas polarizadas ideologicamente. E teve como resultado candidatos eleitos com pouca diferença numérica frente a seus adversários, o

¹⁸⁸ BRASIL. **Código Eleitoral de 1950**. Lei n. 1.164, de 24 de julho de 1950, p. 32. Rio de Janeiro, 1950.

¹⁸⁹ Id.

que ratificou a polarização política desta eleição. O cenário eleitoral de 1962 é, portanto, profícuo no que tange ao interesse de compreender o contexto em que estava a se construir a ideia do golpe executado em 1964. Principalmente partindo da leitura de que o golpe não foi dado de modo aleatório, nem instantâneo, e sim articulado.

As eleições de 1962 foram então o laboratório de testes para que grupos de direita investissem em políticos que estivessem alinhados a seus interesses, a fim de que conseguissem se infiltrar no Congresso Nacional com o objetivo de frear as medidas propostas pelo governo de João Goulart.

A análise historiográfica sobre a CPI também permitiu vislumbrar disputas de interesses e discursos ideológicos de membros públicos sobre casos caros à sociedade. No caso da CPI do Ipês e do Ibad, esta permitiu apontar por meio dos discursos de seus membros suas relações com o Ipês e o Ibad, assim como com o contexto nacional – principalmente no tocante à figura de João Goulart. Após esse primeiro entendimento sobre CPI, foi feito um levantamento historiográfico e factual sobre a Incrementadora Promotion S.A, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês), o Instituto de Ação Democrática (Ibad) e a Ação Democrática Popular (Adep). Ainda mais porque a história recente foi marcada por CPIs também, como a do Mensalão em 2005, responsável por investigar a denúncia do Partido dos Trabalhadores pagarem mesadas a outros partidos em troca de apoio político. Esta apresentou grande polêmica à época e foi muito debatida nos meios de comunicação.

Além disso, recentemente com a CPI da Covid-19 instaurada no ano de 2021, chamou a atenção de como este tipo de processo é capaz de ser protagonista em jornais e televisões. Desta forma, é importante se debruçar sobre este tipo de documentação e suas relações com periódicos da época, ainda mais porque o objetivo das Comissões é fiscalizar o encaminhar legítimo da política no Brasil. Este tipo de fonte ajuda a pensar sobre corrupção, seus significados históricos e como tal ação se perpetua com novas roupagens na política nacional, e com alta capacidade de influência sobretudo em contextos marcados por polarização e crise democrática.

No que tange à CPI do Ipês e do Ibad, ela teve oito meses de duração e contou com a participação de 20 membros. Foi interrompida após cinco meses de sua abertura, em virtude de um decreto presidencial que se encarregou de encerrar as atividades do Ibad com bases nas constatações até o momento levantadas. Os membros da CPI se recusaram a continuar o processo investigativo, pois entenderam que a decisão do presidente interpelava o encaminhar processual dos membros da comissão. Porém, as

lacunas da investigação ao Ipês e ao Ibad estavam em aberto, e ficou decidido que uma nova relação de membros continuaria a desempenhar o processo da CPI.

Jornais foram nesta pesquisa também uma fonte documental protagonista, visto que o *Última Hora*, *Correio da Manhã* e *A Noite* foram apenas alguns dos que disseminaram em suas páginas notícias sobre as investigações do Ipês e do Ibad. O acervo documental da CPI (1963) arrolou diversos recortes de jornais sobre os institutos e sobre a Comissão, escolhidos por seus membros para compor o processo. Os diálogos propostos pelos políticos com as reportagens escolhidas, assim como as análises pontuais desses documentos foram nesta pesquisa sempre inseridos no contexto do acervo documental da CPI. Da mesma forma, foram analisados os depoimentos colhidos no processo e ao final, o fechamento do processo por meio do parecer final dos membros da Comissão

As denúncias sobre altos investimentos por parte do Ibad aglutinaram as páginas do *Última Hora*, desde os meses de campanha eleitoral de 1962, somados aos discursos de políticos que percebiam irregularidades neste instituto, como Eloy Dutra e Paulo de Tarso. Esta desconfiança em relação à transparência do caixa deste instituto era legítima, visto que não havia nenhum indício de como conseguiam tanto dinheiro para investir em candidaturas políticas. Por isso, os políticos que denunciaram suas ações angariaram grande volume de documentação a fim de basearem suas denúncias. Miguel Arraes, por exemplo, entregou 500 cópias de documentos para comprovar o que havia acontecido em Pernambuco entre agosto e outubro de 1962.

As denúncias apresentadas na CPI do Ipês e do Ibad não se restringiram à falta de transparência financeira do Ibad e da Adep. Mas, se fez em outros casos, como em denúncias de ameaças à integridade física e até de morte por parte de membros que por algum motivo estavam a se desligar da organização – como apontou Oscar Junqueira. O mesmo poderia ocorrer com jornalistas que denunciavam as ações ilícitas do instituto, além de denúncias de ameaças de desemprego por aqueles que não acatassem as medidas ibadianas no jornal *A Noite*, como ressaltado por José Gomes Talarico¹⁹⁰. Junto a isso, importantes são os depoimentos de Hércio França e Peter Muranyi, que eram membros da Adep e também declararam receber ameaças após desentendimentos com o diretor do órgão, Ivan Hasslocher.

Frente a estas incógnitas, documentos e depoimentos o Procurador da República concluiu que o Ibad havia cometido infrações, como referente ao inciso 20 do artigo 175

¹⁹⁰ CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, 1963.

da Constituição Federal. Este artigo dizia que estava proibido “Oferecer, prometer, solicitar ou receber dinheiro, dádiva ou qualquer vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção”. Para além disso, concluiu outras infrações por parte do instituto, sendo elas, ameaças de morte, corrupção ativa, difamação e calúnia. Este parecer também demonstrava que o Ibad, a Adep e a Promotion agiam como um “superpartido”, sem se declararem como tal. O que também infringia o Código Penal, já que ele estabelecia regras de transparência financeira e nas ações político partidárias. Mas, como este Complexo de institutos não o faziam, ficavam livres de terem de que cumprir a lei nacional.

O relatório final não pode ignorar o montante de documentação e acusações colhidas sobre os institutos em questão. Por isso, ficou constatado no relatório final da CPI que o Ibad agiu de modo ilícito nas eleições de 1962. Bem como, constatou que o objetivo da CPI não foi atendido por falta de informações entregues pelos membros dos institutos. Todos os membros do Ibad e da Adep que prestaram depoimentos declararam que não sabiam sobre questões financeiras dos órgãos. Em sua maior parte, garantiam que o responsável por essa parte era Ivan Hasslocher, que responderia às dúvidas sobre o caixa do instituto. Outras vezes, declaravam que recebiam dinheiro de modo anônimo por empresários, mas que não iriam divulgar para salvaguardar a imagens destes. Quando requeridos de explicitarem os nomes dos políticos auxiliados pela Adep, nenhum dos depoentes declarou nada. A maior parte alegou desconhecer quem foram estes candidatos ou declaravam não lembrar quem os eram. Outra parte ainda era mais incisiva em declarar que nada falariam a respeito para que nenhum político sofresse retaliação.

O relatório final de Pedro Aleixo foi brando em comparação às denúncias contra os institutos. Isentou completamente a participação ilícita do Ipês, e declarou que este instituto agia conforme seu estatuto. Cumpre destacar que durante toda a CPI a atenção foi voltada exclusivamente para o Ibad e à Adep. Ficando o Ipês representado apenas pelo seu direito João Batista Leopoldo Figueiredo, que entregou documentação estatutária, tido como foi suficiente para não abordarem mais sobre ele durante todo o processo. A não comprovação de atos ilícitos praticados pelo Ipês se deu, principalmente, porque o órgão tinha uma “vida dupla”. Suas articulações empresárias e políticas se davam de modo encoberto, e se utilizava do Ibad para fazer suas manobras públicas, o que deixou este instituto mais vulnerável no processo.

Outro ponto fulminante do processo foi a denúncia de que o Ibad, a Adep e a Promotion agiam de modo conjunto. Todos os depoentes buscaram demonstrar que um

nada tinha a ver com o outro. Mas, se contradiziam quando declaravam quem eram os membros da diretoria de cada órgão e os nomes eram iguais. Ivan Hasslocher era a figura chave para articular essas três frentes. Era proprietário da Promotion, empresa publicitária que fazia o material propagandístico para políticos auxiliados pelo Ibad. Também era um dos diretores principais do Ibad, sendo considerado por outros membros como o grande mandante do instituto. Também passou a ser o grande responsável pela Adep, a nível de que os nomes de políticos escolhidos para serem auxiliados tinham de ser aprovados por ele. Por fim, era também sócio do Ipês, mas não foi constatado no parecer final a articulação destes órgãos.

Desta forma, as denúncias sobre o Ipês não foram muito evidenciadas na CPI, devido ao seu modo de agir estratégico, levando uma “vida dupla, tanto política quanto financeiramente”. Ou seja, o Ipês se expunha menos que o Ibad, pois desempenhava atividades mais táticas e ofensivas, com forte atuação dentro do Congresso, por exemplo.

Segundo Pedro Aleixo, as investigações que careciam à CPI foram dificultadas pela falta de informação fornecidas pelos membros dos institutos, bem como dos bancos que se relacionavam com eles. Apesar disso, mesmo com as divergências, conseguia-se comprovar que o Ibad havia investido em 250 candidatos a deputado federal, 450 candidatos ao cargo de deputado estadual e 8 governadores. Os nomes destes não foram divulgados no relatório final, mas o jornal *Correio da Manhã* publicou uma lista com 111 destes nomes.

Mesmo diante destes números e chegando à conclusão que havia sido disparado 300.000.000 cruzeiros só na campanha para governador de Pernambuco, o relator apenas concluiu que o investimento havia sido de valor simbólico. O que fez com que a influência do Ibad e da Adep nos resultados eleitorais fosse irrisório, improvável de ter interferido de fato no encaminhamento eleitoral.

Mesmo com as dificuldades para obter os documentos relevantes e com divergências nos depoimentos, ficou evidenciado que a Adep financiou a candidatura de 250 deputados federais, 600 deputados estaduais, 8 governadores e 2 senadores. Para essa grande ação política, a participação de Frutuoso Osório Filho foi crucial, já que ele era o responsável pela região do Nordeste – maior preocupação dos grupos de interesse da época. Ele forneceu à CPI dois depoimentos. No primeiro, declarou que desempenhava atividades para o Ibad, para a Adep e na S.A. Incrementadora Promotion, recebendo 349 milhões para agir na região Nordeste, onde repassava para os colegiados menores conforme a necessidades destes. Quando convocado para um segundo depoimento, não

aceitou ser testemunha, declarando que deveria ser ouvido como indiciado, já que os rumos do processo o colocavam como parte afetada. Por isso, se recusou a entregar os nomes dos políticos apoiados, além de ter dito que nada sabia dos trâmites de contabilidade da Promotion, mesmo tendo ficado no lugar de Ivan Hasslocher quando ele estava na Europa em viagem.

A conclusão da CPI, porém, demonstrava uma preocupação que de certa forma ainda está presente no processo eleitoral brasileiro. Algo que consiste na necessidade de leis que limitem, controlem e fiscalizem como se dá e se aplica o dinheiro de campanha. O Código Eleitoral de 1950 permitia o auxílio de particulares por meio de doações, desde que declarados. Hoje em dia, a Lei das Eleições é um pouco mais incisiva no tocante à declaração da proibição do recebimento por parte de partidos e candidatos direta ou indiretamente:

Art. 24. É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de: I - entidade ou governo estrangeiro; II - órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público; III - concessionário ou permissionário de serviço público; IV - entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal; V - entidade de utilidade pública; VI - entidade de classe ou sindical; VII - pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior. VIII - entidades beneficentes e religiosas; X - organizações não-governamentais que recebam recursos públicos; XI - organizações da sociedade civil de interesse público¹⁹¹.

Outra questão importante que foi possível concluir a partir da análise da fonte, diz respeito aos membros do Complexo Ipês/Ibad, os quais tinham divergências entre si. Tratando-se de uma organização que se pretendia construtora de uma consciência de classe, na CPI fica evidente que existiam fissuras no objetivo de possuir um grupo homogêneo. O embate entre Ivan Hasslocher, Hécio França e Frutuoso Osório demonstrou que haviam disputas de poder interno e divergências em relação a como deveriam ser praticadas as ações Ibadianas. Da mesma forma, haviam disputas financeiras em que os membros da diretoria discordavam entre si nos depoimentos. Atitude que também pode ser lida como uma estratégia para confundir a investigação, que com as contrariedades de informação ficava sem ter um responsável pelas infrações.

¹⁹¹ BRASIL. Lei n. 9504, de 30 de setembro de 1997. Diário Oficial da União, 1997.

O resultado destes embates, pelo o que fica evidente na CPI, foi de que Hasslocher se manteve o líder do Ibad, enquanto Osório e França se apresentaram como dissidentes e também como os responsáveis por queimar toda a documentação da Adep com o objetivo de não a deixar em posse de Hasslocher. Esta atitude impossibilitava a apresentação de provas sobre os políticos auxiliados financeiramente nas eleições de 1962. Da mesma forma, não permitia saber quais eram as ações desempenhadas pelos membros do Instituto, ficando ainda mais difícil a CPI investigar.

Após o trato dos periódicos e dos depoimentos, se fez possível refletir sobre o parecer final da CPI. Neste, foi concluído que as ações ibadianas haviam sido ilícitas, mas não resolveu o principal objetivo da CPI: descobrir qual a origem financeira dos fundos do Ibad. Esta lacuna pode ser entendida de diversas formas, ora como intencional por parte do relator Pedro Aleixo e outros membros alinhados ao Ibad, ora como falta de material e provas apresentadas pelos membros dos institutos que, em suma, se recusaram a responder sobre suas bases financeiras. A partir deste relatório final, foi possível elucidar quais medidas foram encaminhadas como necessárias para evitar futuros casos de corrupção, mas arquivadas na sequência, uma vez que quatro meses após o fim da CPI o golpe civil-militar foi instaurado no Brasil.

Cumprir destacar que as eleições de 1962 eram tidas como uma oportunidade para o Complexo do Ipês e do Ibad se consolidar como partido da burguesia. Porém, mesmo disseminando propagandas e investindo nos políticos escolhidos por eles, não tiveram um resultado tão profícuo quanto esperavam. Candidatos de estados-chave como Pernambuco e Guanabara, por exemplo, não venceram aqueles candidatos alinhados aos institutos. Segundo Ivan Hasslocher, ele se sentia derrotado, pois “não haviam conseguido erradicar o comunismo no país”.

Além disso, as eleições de 1962 demonstraram um crescimento assíduo do PTB de 75%, elegendo 116 deputados federais. Enquanto o PSD se consolidava como a maior bancada, com 118 deputados. Em terceiro lugar vinha a UDN, com 91 políticos na Câmara dos Deputados. Estes resultados foram vistos por parte dos membros ibadianos como pouco satisfatórios em relação a seu objetivo de interferência no Estado. Isso ocorreu de tal forma que perceberam que não conseguiriam concretizar seu projeto por meio institucional, o que culminou na criação de novas estratégias que potencializaram articulações golpistas concretizadas em 1964¹⁹².

¹⁹² GONÇALVES, Op. Cit.

Por fim, a análise da documentação analisada demonstrou, por meio do depoimento de Ivan Hasslocher, do relatório final e dos resultados eleitorais de 1962, que o objetivo de eleger a maior parte do Congresso não foi executado com sucesso da parte do Complexo Ipês/Ibad. Esta constatação comprova que as eleições de 1962 haviam sido um caminho para a infiltração no Estado por parte do bloco histórico multinacional e associado. Mas, devido aos resultados pouco satisfatórios segundo os membros do Complexo Ipês/Ibad¹⁹³ e o acirramento político gerado pela discussão da concretização das Reformas de Base, outra estratégia de intervenção no Estado precisava ser construída.

Desta forma, o Complexo Ipês/Ibad, durante o ano de 1963 e 1964, passou mais intensivamente a fazer articulações golpistas, que se potencializaram nos primeiros quatro meses de 1964 em passeatas como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade¹⁹⁴”, a qual vociferou pelas ruas a necessidade da intervenção militar para reaver a ordem e frear o avanço do comunismo no país. Com estimativas de que Goulart teria apoio popular para as eleições que ocorreriam no ano de 1965¹⁹⁵, o bloco histórico ligado ao capital multinacional e associado intensificou sua articulação com políticos e militares tendo como objetivo estruturar uma base civil de desestabilização de Goulart e controle Estado. Em acréscimo, tinha também o trabalho de intelectuais e jornais em difundir para todo o país a necessidade de colocar ordem ao país.

Na historiografia, o tema sobre o golpe ter sido planejado ou executado pela elite civil em conjunto com os militares não é de abordagem homogênea. Autores renomados da historiografia recente, inclusive, defendem a necessidade de distinguir a desestabilização do governo Goulart e o golpe militar executado em 1 de abril de 1964¹⁹⁶. Porém, a partir do estudo sobre as ações do Ipês e Ibad nas eleições de 1962 é possível identificar que para a elite brasileira anticomunista financiada pelos Estados Unidos o fim do governo Goulart não era o fim único e esperado. O Complexo Ipês/Ibad nas eleições de 1962 financiou campanhas para se infiltrar no Congresso Nacional e fazer parte do Estado¹⁹⁷. Algo que, em suma, não alcançou os resultados esperados, já que uma parte dos políticos apoiados não foram eleitos.

¹⁹³ O que na prática não se concretizava, visto que diversos políticos foram eleitos graças ao financiamento do Complexo Ipês/Ibad.

¹⁹⁴ PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família, com Deus pela liberdade e o golpe de 1964**. 2004. 150f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

¹⁹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, v. 20, 2014.

¹⁹⁶ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, pp. 5-74, 2017.

¹⁹⁷ DREIFUSS, Op. Cit.

Com o fim da CPI do Ipês e do Ibad, este complexo que tinha o intuito de se concretizar como partido da burguesia, estruturou ações com outros grupos políticos no embate por hegemonia. E, ao construir uma base civil de caráter de classe, forneceu apoio necessário para que o golpe de 1964 executado por militares tivesse êxito. Apoio este que englobava construir como deveriam ser feitas as reformas que o Brasil carecia naquele momento. Ou seja, para além da derrubada de João Goulart, havia planos sobre como deveria ser pensada a questão agrária. Como deveriam ser tratadas as relações comerciais e internacionais brasileiras. Foi sobretudo a partir do golpe de Estado, que integrantes do Complexo Ipês/Ibad receberam cargos burocráticos e administrativos e conseguiram implementar as ideias que tratavam internamente no plano nacional¹⁹⁸.

Se debruçar sobre a CPI do Ipês e do Ibad possibilitou olhar para um contexto político brasileiro de intensa disputa hegemônica. Possibilitou compreender como o embate entre discursos anticomunistas se confrontavam com políticos contrários a atuação do Complexo Ipês/Ibad. Assim como, permitiu identificar qual foi a atuação construída por esses institutos nas eleições de 1962 e o modo ilegítimo como atuaram, pois, infringiram o Código Eleitoral da época. Mas, o estudo deste Acervo Documental também abriu lacunas que instigam novos estudos, a fim de verificar, por exemplo, quais os limites do entendimento de João Goulart para com as ações do Ipês e do Ibad. Por fim, ficou constatado o quão rico é este Acervo e como ele pode ser revisitado para compreender a articulação da direita no Brasil.

¹⁹⁸ MORAES, Thiago A. de. **Os agentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) e suas carreiras públicas federais:** entre a continuidade burocrática e a colonização do Estado pós-1964. Doutorado (tese) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. 164.

REFERÊNCIAS

Fonte:

BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad**. Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (PE). Pernambuco, 1963. 4697p. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>. Acesso em 10 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição de 1946**. Capítulo II – Do poder legislativo, Artigo 53. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950. **Institui o Código Eleitoral de 1950**. Presidência da República. Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, 1950.

BRASIL. Diário Oficial da União. Seção 1 – 2/09/1963, página 7611 (publicação original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52425-31-agosto-1963-392576-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.085, de 25 de março de 1946**. Dispõe sobre o registro civil das pessoas jurídicas. Presidência da República, Casa Civil, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9085.htm. Acesso em: 8 set. 2020.

BRASIL. **A Noite** (RJ) – 1911 a 1919. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/noite/348970>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Jornal A Noite**. Rio de Janeiro, quarta feira, 10 de janeiro de 1962, n. 15929, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1962_15929.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais**. Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1967 (vol. 7). Departamento de Imprensa Nacional: 1973.

Bibliografia

ABREU, L. A. João Goulart: uma biografia: reflexões sobre a obra de Jorge Ferreira. **Revista de História**, São Paulo, n. 166, pp. 323-330, 2012.

ADILSON, José. Pernambuco à esquerda? A força política das famílias Arraes-Campos na esfera estadual. **Revista NEP** – Núcleo de Estudos Paranaenses (Curitiba), v. 5, n. 2, 2019.

ARAÚJO, Célio. R. de. **O voto, o terço e as armas: atuação política da igreja católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964**. 2008. Dissertação (Mestrado em História

Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ASSIS, Denise. **Propaganda e cinema: a serviço do golpe, 1962-1964**. Mauad Editora Ltda, 2001.

BANDEIRA, Luiz Alberto M. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977.

BARBALHO, Hugo Gonçalves. **A área mais perigosa do hemisfério ocidental: O Nordeste do Brasil como problema política dos EUA (1961-1963)**. 2020. 131f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2020.

BARBOSA, Igor Andrade Vidal. **A governamentalidade e o desenvolvimento internacional: um estudo de caso do acordo com o Nordeste de 1962**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília: Secretária Especial dos Direitos Humanos, 2007. 499p.

BRASIL. **Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950**. Código Eleitoral. Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1164-24-julho-1950-361738-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. **Resultado geral do referendo de 1963**: Aprova ato adicional que institui o Parlamentarismo? ” Justiça Eleitoral, 1963.

CABRAL, Castilho. **Tempos de Jânio e Outros Tempos**: vistos por Castilho Cabral. Rio de Janeiro: Ed. Civilização, 1962.

CAMPOS, Fátima Cristina Gonçalves. **Visões e Vozes: o governo nas páginas da Tribuna da Imprensa e Última Hora (1961-1964)**. 1966. 192f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

CASTRO, Thais Carvas Farias de. **Última Hora**: um jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo populista. 2014. 51f. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

CHAIA, Vera. **A liderança de Jânio Quadros (1947-1990)**. 1ª ed. Ibitinga: Humanidades, 1991.

CHOMSKY, Aviva. **História da revolução cubana**. Veneta, 2021.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE [CEMV]. **IBAD**: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil. v. 5. Recife: Secretária da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016. 316p.

CPDOC. **Miguel Arraes**. Tipo: biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-arraes-de-alencar>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

DALCANAL, Verônica da Costa. O jornal a noite e as eleições de 1962. 2013. 119f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

DREIFUSS, René. **1964 A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

DUTRA, Eloy. **Ibad sigla da corrupção**. Editora Civilização Brasileira S. A.: Rio de Janeiro, 1963.

FERRARI, Danilo Wenseslau. **A atuação de Joel Silveira na Imprensa Carioca (1937-1944)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FERREIRA, Jorge L. **João Goulart**: uma biografia (4ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. (Orgs). **O Brasil republicano**: O tempo da experiência democrática, 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de. M. **João Goulart**: entre a memória e a história. São Paulo: FGV Editora, 2006.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista **Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, pp. 5-74, 2017.

FICO, Carlos. O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GODOY, Alexandre Pianelli. Ver para crer: na última hora. Histórica: **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 31, 2008. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia02/texto02.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

GOMES, Ângela de Castro. **O populismo e as ciências sociais no Brasil**: notas sobre a trajetória de um conceito. O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Carla Renata A. de S.; ALVES, Samuel da Silva; KIEFFER, Tiago de Moraes. “Mar de Lama”: O anticomunismo como oposição ao Trabalhismo nas eleições de 1958 no Rio Grande do Sul. **História Unicap**, v. 3. N. 6, jul. /Dez. 2016.

GOMES, H. de. C. J. As eleições pernambucanas de 1962 e a violação da soberania brasileira. **Revista Fronteira** (Belo Horizonte), v. 14, n. 27 e 28, pp. 32-52, 2015.

GONÇALVES, Martina Spohr. **Páginas golpistas**: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964). 2010. 225f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. 2010.

KONRAD, Diego A.; LAMEIRA, Rafael. F Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Revista Anos 90** (Porto Alegre), v. 18, n. 33, pp. 67-98, 2011.

LARA, José. V. de. **Revolução às margens do capitalismo: a aliança para o progresso no nordeste do Brasil, 1961-1964**. 2018. 194f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Maringá, Paraná, 2019.

LIMA, Thiago Machado. Anticomunismo católico e as eleições de 1962 na Bahia: os pleitos para governo do estado e a prefeitura de Salvador e Esplanada. **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Natal, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371331075_ARQUIVO_comunicacaoanpuh2013.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Relativizando o Leviatã: empresários e política econômica no governo Jânio Quadros. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 40, p. 561-585, 2010.

MAGRI, Pedro Henrique M. A interferência norte-americana na política internacional brasileira: o caso do jornal A Noite. In: **V Congresso Internacional de História – Universidade Federal de Goiás**. Goiás, 2016.

MANCUSO, Wagner P. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, p. 131-146, 2007.

MARSTUSCELLI, Danilo. E. As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v. 6, n 2, 2011.

MATER ET MAGISTRA. **Carta encíclica**. João XXIII. Vaticano: 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/johnxxiii/pt/encyclicals/documents/hf_jxxiii_enc_15_051961mater.html. Acesso em: 1 set. 2021.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, pp. 245-263, 2008.

MAYER, J. M.; XAVIER, L. **Verbete: Jânio Quadros**. Faculdade Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV-CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadro>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MELO, Demian Bezerra. **O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta**. 2009. 236f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Fluminense. Niterói, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. As ligas camponesas e os conflitos no campo. **SAECULUM – Revista de História** (João Pessoa), n. 18, pp. 11-31, 2008.

MORAES, Thiago Aguiar. de. **Os agentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e suas carreiras federais públicas federais**. Entre a continuidade burocrática e

a colonização do Estado pós-64. 2016. 164f. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: História e Historiografia**. Appris: Curitiba, 2020.

NATIVIDADE, Melissa de M. **A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intra-classe**. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Fluminense, 2013.

NETO, Lira. **Getúlio (1930-1945): do governo provisório à ditadura do Estado Novo**. Editora Companhia das Letras, 2013.

NETO, Maugeri. **Varre, varre, vassourinha**. In: **Memorial da Democracia**, 1960. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/um-presidente-da-udn-um-vice-do-ptb>. Acesso em 14 ago. 2021.

NINA, Carlos H. Vieira. A Comissão Parlamentar de Inquérito nas constituições brasileiras. **Revista de informação legislativa** (Brasília), v. 42, n. 166, p. 367-374, abr./jun. 2005.

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Comissão parlamentar de inquérito**. São Paulo: Ícone, 1999, p. 30.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **Terra seca, guerra fria: as forças políticas nordestinas sob a aliança para o progresso (1961-1964)**. 2020. 322f. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual de Maringá, 2020, Maringá, PR.

OLIVEIRA, Raphael. A. de N. **O “caso José Nogueira”**: silenciamentos e autoritarismo no pré-1964 e na redemocratização. 2018. 129f. Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2018.

PAIM, P. **Salário Mínimo uma história de luta**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180154/SalMinimo.pdf> . Acesso em: 08 de novembro de 2022.

PEIXOTO, Leonardo Scofano D. Teoria Geral, Poderes e Limites das Comissões Parlamentares de Inquérito. **Revista da EMERJ**, v. 10 n. 40, 2007.

PIAIA, Victor. R. Rumores, fake News e o impeachment de Dilma Rousseff. **Teoria e Cultura** – Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 13, v. 2, 2018.

POPPINO, Rollie E. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983**. Forense Universitária, 1987.

PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família, com Deus pela liberdade e o golpe de 1964**. 2004. 150f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2004.

QUELER, Jefferson José. Jânio Quadros, o pai dos pobres: tradição e paternalismo na projeção do líder (1959-1960). **Revista Brasileira Ciências Sociais**, v. 29, n. 84, 2014.

RAMIREZ, H. Empresários e política no Brasil: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), 1961-1971. **Diálogos**, v.13, n. 1, pp. 209-240, 2009.

RIBEIRO, Guilherme L. Uma estranha no ninho: a Ação Democrática popular nas eleições de 1962 no Brasil. *In: Anais XIX Encontro de História da ANPUH-RIO*. Rio de Janeiro: 2020.

RIGHI, Graziane Ortiz. O início da trajetória política de Leonel Brizola no Rio de Janeiro: a campanha eleitoral para deputado federal na Guanabara (1962). **Ars Historica**, n. 10, pp. 79-99, 2015.

SANTI, Maurício. Saiba como funciona uma Comissão Parlamentar de Inquérito. *In: Rádio Senado*, 2021.

SCHIER, Paulo Ricardo. Comissões Parlamentares de Inquérito e o conceito de fato determinado. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

SILVA, Aline de V. João Goulart e as Reformas de Base. **Textos e Debates** (Boa Vista), n. 32, p. 6, jan/jun. 2019.

SILVA, João C. F. **Assaltos ao Parlamento**: estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão. 2007. 55f. Monografia (Especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Brasília, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. **De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

SOARES, José de Ribamar Barreiros. **O que faz uma CPI** (2ª ed.). Biblioteca Digital – Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2009.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. O analfabetismo no Brasil sob enfoque demográfico. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 169-186, julho de 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, v. 24, pp. 13-28, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964. **Revista de Estudos Estratégicos E-Premissas**, pp. 120-130, 2006.

VERSIANI, Maria Helena. **Padrões e práticas na política carioca**: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970. 2007. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007, p. 75.

VICTOR, Mario. **Cinco Anos que abalaram o Brasil**. Coleção Documentos da História Brasileira, vol. 13.: Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira 1965.

VILLA, Marco A. **Jango: um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.

VILLELA, Lucas B. Rangel. **Os quinze ramos do Ipes** – uma análise histórica dos audiovisuais do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. 2014. 310f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ANEXOS

Anexo 1- Santinho da campanha presidencial de Jânio Quadros que era vendido como selo para financiamento de sua campanha, em 1960.



Fonte: <https://www.tse.jus.br/imagens/imagens/santinho-de-janio-quadros-eleicoes-de-1960>. Acesso em: 14 ago. 2021.

Anexo 2- Contrato de arrendamento do jornal "A Noite" assinado pelo Ibad.



A NOITE

*Junho - 1962
com auto - em 29/06/1962
Walter Kalle*

Rio de Janeiro, 2 de Agosto de 1962

S.A. INCREMENTADORA DE VENDAS "PROMOTION"
Avenida Marechal Câmara, 271 - 8º andar
RJ - RJ

Prezados senhores

Cometizando os entendimentos verbais mantidos entre esta Empresa e o representante de V.S.S., devidamente credenciado, levamos ao seu conhecimento que o acordo elaborado para que o jornal "A Noite" se entregue na linha política de intransigente defesa da democracia, se regerá pelos seguintes itens:

1º) - A S.A. Incrementadora de Vendas "Promotion" pagará a este jornal a importância de CR\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) mensais, durante toda a sessão (2.1/2), num total de CR\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros). Esse compromisso, terá início em Agosto, prolongando-se até o dia 15 (quinze) de Outubro do corrente ano.

2º) - A "A Noite", por sua vez, se obriga a:

a) Seguir a linha política acertada com a S.A. Incrementadora de Vendas "Promotion".

b) Não publicar nenhuma notícia ou comentário que fuja à já referida intransigente linha de defesa da democracia, consubstanciada no lema da Ação Democrática Parlamentar: "Anticomunista sempre, reacionários nunca".

c) Admitir, sem custos para a "A Noite", elementos que colaborem no "copy-desk" de todos os assuntos parlamentares.

MKS
FCM
X d) Publicar, sempre que necessário, propaganda sobre a Ação Democrática Parlamentar e Ação Democrática Popular, seus candidatos e sua linha ideológica e eleitoral.

e) Publicar um ou dois editoriais, diariamente, escritos pelos jornalistas que formarão o "copy-desk" referido na letra (c).

X f) Publicar propaganda específica da Ação Democrática Parlamentar e Ação Democrática Popular, às vésperas da eleição.

g) Manter uma tiragem comprovada de 30.000 (Trinta mil) exemplares diários, durante a duração do referido compromisso.

h) Após as eleições, continuar publicando assuntos de interesse da S.A. Incrementadora de Vendas "Promotion", até o término do acordo.

[Handwritten signature]

Anexo 3 Cédula única para as eleições de 1962.

<p align="center">PARA SENADOR</p> <p align="center">(VOTE PARA DOIS SENADORES, ASSINALANDO DOIS QUADRILÁTEROS)</p> <p><input type="checkbox"/> GILBERTO MARINHO-suplente: HÉLIO DAMASCENO</p> <p><input type="checkbox"/> MOURÃO FILHO-suplente: ARIOSTO FENERARO</p> <p><input type="checkbox"/> JURACY MAGALHÃES-suplente: HÉLIO BELTRÃO</p> <p><input type="checkbox"/> AURÉLIO VIANA-suplente: ADAMASTOR LIMA</p>	<p align="center">PARA DEPUTADO FEDERAL</p> <p>.....</p> <p align="center">NOME DO CANDIDATO</p> <p align="center">OU</p> <p>NÚMERO DO CANDIDATO</p> <p>INICIAIS DO PARTIDO OU DA COLIGAÇÃO <input type="text"/></p>
<p align="center">PARA VICE-GOVERNADOR</p> <p><input type="checkbox"/> MÁRIO MARTINS</p> <p><input type="checkbox"/> LOPO COELHO</p> <p><input type="checkbox"/> ELOY OUTRA</p>	<p align="center">PARA DEPUTADO ESTADUAL</p> <p>.....</p> <p align="center">NOME DO CANDIDATO</p> <p align="center">OU</p> <p>NÚMERO DO CANDIDATO</p> <p>INICIAIS DO PARTIDO OU DA COLIGAÇÃO <input type="text"/></p>

Fonte: "O Cruzeiro", 6 de outubro de 1962.

Anexo 4- Lista do IBAD

LISTA DO IBAD É DE 111 DEPUTADOS

Cinco deputados do PTB, srs. Alvaro Lins, Padre Nobre, Celso Amaral, Hélcio Maghenzani e Rubem Bento Alves, a bancada do PRP e do presidente da Câmara, sr. Ranieri Mazzilli, fazem parte da lista de 111 deputados federais que teriam recebido ajuda do IBAD para elegerem-se, segundo documentos, que o deputado Elói Dutra entregará à CPI.

Os eleitos do IBAD

É a seguinte a lista recebida pelo vice-governador carioca:

Amazonas: — A b r a h ã o Sabbá — PSD, Leopoldo Feres — PSD; Pará: — Gabriel Hermes — UDN; Maranhão: — Alberto Aboud — PSD; Eurico Ribeiro — PSD; Lister Caldas — PSD, Luiz Coelho — PSD, Pedro Braga — UDN; Piauí: — Souza Santos — UDN; Ceará: — Alvaro Lins — PTB, Armando Falcão — PSD, Furtado Leite — UDN, Leão Sampaio — UDN, Martins Rodrigues — PSD, Ossian Araripe — UDN, Paulo Sarazate — UDN, Wilson Roriz — PSD; Rio Grande do Norte: — Aristóteles Fernandes — PDC, Djabna Maranhão — UDN, Xavier Fernandes — PSP; Paraíba: — Hermany Satiro — UDN, Flaviano Ribeiro — UDN, Jandui Carneiro — PSD, Luiz Bronzeado — UDN, Pífnio Lemos — UDN, Raul Góis — UDN; Pernambuco: — Alde Sampaio — UDN, Arruda Câmara — PDC, Augusto Novais — UDN, Costa Cavalcanti — UDN, Dias Lins — UDN, Nilo Coelho — PSD; Alagoas: — Medeiros Netto — PSD, Oséas Cardoso — PTN, Segismundo Andrade — UDN; Bahia: — Aloízio Castro — PSD, João Mendes — UDN, Oscar Cardoso — UDN, Régis Pacheco — PSD, Vasco Filho — UDN, Rubem Nogueira — PRP; Espírito Santo: — Dirceu Cardoso — PSD, Floriano Rubin — PTN, Oswaldo Zanelo — PRP; Rio de Janeiro: — Dasso Coimbra — PSD, Edilberto Castro — UDN, Raimundo Padilha — UDN, Amaral Peixoto — PSD, Napoleão Fontenele — PSD.

Complemento

Guanabara: — Aliomar Baleeiro — UDN, Amaral

Netto — UDN, Arnaldo Nogueira — UDN, Cardoso de Menezes — UDN, Maurício Jorper — UDN; Minas Gerais: — Abel Rafael — PRP, Afécio Cunha — PR, Celso Murta — PSD, Elias Carmo — UDN, Guilhermino Oliveira — PSD, José Bonifácio — UDN, Manuel Taveira — UDN, Nogueira Rezendes — PR, Ormeo Botelho — UDN, Oscar Correia — UDN, Padre Nobre — PTB, Padre Vidigal — PSD, Teófilo Pires — PR, José Humberto — UDN; São Paulo: — Aniz Baeta — PDC, Antônio Feliciano — PSD, Arnaldo Cerdeira — PSP, Carvalho Sobrinho — PSP, Celso Amaral — PTB, Cunha Bueno — PSD, Dias Menezes — PTN, Derville Alegrette — MTR, Hamilton Prado — PTN, Hélcio Maghenzani — PTB, Henrique Turner — PDC, Hebert Levy — UDN, Lauro Cruz — UDN, José Menek — PDC, Nicolau Tuma — UDN, Mário Covas — PST, Padre Godinho — UDN, Pereira Lopes — UDN, Ranieri Mazzilli — PSD, Tuhy Nassif — PTN, Yukshique Tamura — PSD; Goiás: — Alfredo Nasser — PSP, Anízio Rocha — PSD, Benedito Vaz — PSD, Castro Costa — PSD, Emival Caiado — UDN; Mato Grosso: — Correia da Costa — UDN, Rachid Mamede — PSD, Saldanha Derzi — UDN; Paraná: — Braga Ramos — UDN, Ivam Luz — PRP, Pífnio Salgado — PRP; Santa Catarina: — Albino Zeni — UDN, Antônio Almeida — PSD, Diomício Freitas — UDN, Laerte Viellira — UDN, Orlando Bertelli — PSD, Pedro Zimmermann — PSD; Rio Grande do Sul: — Afonso Anschd — PRP, Cid Furtado — PDC, Clóvis Pestana — PSD, Euclides Triches — PDC, Lauro Leitão — PSD, Luciano Machado — PSD, Perachi Barcelos — PSD, Raul Flla — PL, Rubem Bento Alves — PTB, Daniel Faraco — PSD.

Fonte: CPI do Ipês e do Ibad, vol. 11, 1963, p. 73.

Anexo 5- A Noite (RJ) – 1911 a 1919. Disponível em: <

ESTUDANTES ACUSARAM LACERDA E POLÍCIA SE COMPORTOU BEM

Com a presença do governador Chagas Rodrigues, do Placido, dos deputados Bento Gonçalves, Sérgio Magalhães, José Gomes Talavera, Engenheiro Sales, Soldado Coelho, e líderes sindicais de todas as classes, realizou-se, ontem à noite, nas escadarias da antiga Câmara Municipal, o comício de desagravo à União Nacional dos Estudantes pelo ataque sofrido em sua sede, quando rajadas de metralhadoras foram disparadas contra aquela entidade. Cerca de dez mil pessoas compareceram à Praça Floriano para ouvir os estudantes, deputados e dirigentes operários que falaram ao povo de um caminhão estacionado naquele local da Cimetária.

Logo cedo, alunos de todas as escolas superiores da Guanabara, tendo à frente integrantes do CENTRO Acadêmico Cândido de Oliveira, em passeata dirigiram-se ao local do comício, carregando cartazes e faixas, onde se viam discursos relativos ao ataque sofrido pela UNE, como por exemplo: «CACO Exige Punição para os Fascistas do MAC». Os estudantes exibiam exemplares de A NOITE com as últimas notícias sobre os acontecimentos a que foram por eles afixados nos pontos de maior aglomeração.

O COMÍCIO

O presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundários, Jarbas Santana, como espedeiras do comício, afirmou ser aquele um momento decisivo para toda a Nação, pela o povo e os estudantes estavam reunidos em praça pública para protestar contra o atentado do neo-fascismo a serviço da reação.

BRASIL NÃO É QUINTAL

O primeiro orador foi o deputado Bento Gonçalves que, vivamente emocionado, reivindicou para si a qualidade de vanguardista das lutas nacionalistas em nosso país, declarando a certa altura:

— Enganam-se aqueles que pensam fazer de nosso país o seu quintal e a sua colônia. Aquêles que vinham fazendo dêste povo, uma legião de escravos dos grandes capitais internacionais não querem se resignar com a realidade de nossa maturidade política. São autênticos marginais do processo histórico contemporâneo, pois não será com ameaças dos fascistas, que tantos males já deram ao país, que haveremos de dissipar a nossa luta. O terrorismo dos inimigos da Pátria não nos intimida e a sociedade brasileira

«FORÇAS ARMADAS CONTRA O TERROR». DELEGAÇÕES ESTUDANTIS

Ao comício compareceram, ainda, os presidentes das Unões Estaduais de Estudantes de Pernambuco, Santa Catarina, Goiás e do Estado do Rio, assim como, representantes estudantis de S. Paulo, que vieram ao Rio de Janeiro especialmente para participar do ato de solidariedade à União Nacional dos Estudantes.

Na organização do ato público, participou toda a diretoria da União Metropolitana de Estudantes, (estiveram presentes delegados de 38 Escolas das 42 filiais), hipotecando solidariedade à UNE.

CAMPONESES

250 camponeses de Duque de Caxias e Itabé, de Cachoeiras de Macacu, representações de trabalhadores no campo de São José da Boa Morte, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Itaguaí e outras cidades fluminenses, compareceram à Praça Floriano expressando dessa maneira o apoio aos estudantes e o repúdio aos atos terroristas do MAC.

ESTUDANTES ACUSAM GOVERNO DE FASCISTA E ENTREGUISTA

CONSIDERANDO o atentado sofrido, a UNE, UBES, UME, UNETI e AMES, lançaram um manifesto de denúncia e esclarecimento, frisando que o «Governo Estadual, fascista e abertamente entreguista e provocador, tenta intimidar o povo com processos fascistas» e que «não se sentem seguros sob a proteção oficial».

Desde agosto último, segundo o manifesto, as forças reacionárias tentam, por todos os meios, implantar a ditadura, não sendo segredo para ninguém a ameaça permanente de golpe. Alegando a ameaça comunista, os reacionários tentam

POLÍCIA TRANQUILA
Elementos da Divisão de Ordem Política e Social e os quatro choques da Polícia Militar enviados à Cimetária, por ocasião do comício, não foram chamados a intervir. O comício correu normalmente, não se registrando qualquer anormalidade. O serviço de trânsito, no local, foi orientado por guardas-cívicos, sob o comando do inspetor Vasconcelos.

POLÍCIA MILITAR

Sob o comando do tenente Kelly, o comando da Polícia Militar enviou ao local quatro viaturas, num total de 80 homens.

Os policiais, como medida de segurança, estabeleceram um cordão de vigilância, na praça fronteira ao antigo prédio da Câmara dos Vereadores. Quando uma das viaturas rumava para as escadarias do Teatro Municipal, a multidão, certa de que o coronel Ardovino Barbosa estava chefiando o choque, rompeu em apupos. Porém, o engano foi desfeito. Atendendo aos apêlos do presidente da UBES, Sr. Jarbas

(Conclui na página 8)

Frisam os estudantes no manifesto que seu compromisso com a classe operária simboliza, também, a condenação a qualquer regime que transforme o trabalho em mercadoria e o trabalhador em objeto de dominação. Apresentaram, também, um programa mínimo, no qual se destacam: autodeterminação dos povos, repúdio às investidas paternalistas e a todas as formas de ditadura, reforma benéfica com a nacionalização dos bancos, reforma agrária, ensino, tributária, empresarial e eleitoral.

REPÓDIO

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, ver em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/noite/348970>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.



OLINDA VITIMA DAS ONDAS

RECIFE, 4 (transp.) — Olinda, a bela cidade praiense, continua sendo impiedosamente castigada pelas fortes marés que a vão inundando e destruindo desde

ALIOMAR BALEEIRO

COURTEZIA

FÔRÇAS DEMOCRÁTICAS VENCERÃO NA GB

As forças democráticas vão ter, no pleito de domingo, retumbante vitória na Guanabara — eis a previsão do Deputado Aliomar Baleeiro, candidato da UDN à Câmara Federal.

Em seu depoimento a A NOITE, o sr. Aliomar Baleeiro fez as seguintes afirmações:

- 1 O eleitor carioca tem que levar na devida conta o exemplo da administração Carlos Lacerda, que abriu um capítulo novo de probidade e realizações materiais na Guanabara, antes vítima da corrupção e do nepotismo;
- 2 Com o sr. João Goulart na Presidência da República, o dilema político do Brasil não é parlamentarismo versus presidencialismo, e sim parlamentarismo versus uma ditadura primária e rudimentar como o próprio homem que está empenhado em destruir o atual sistema de governo;
- 3 A política externa instituída pelos srs. Jânio Quadros e Afonso Arinos deve ser revista, a fim de que o Brasil corrija os erros que está praticando no plano nacional e internacional. Não é admissível que o Brasil sacrifique o seu vantajoso comércio com os EUA e demais países ocidentais em benefício da Rússia, que quase nada compra de nossa produção;
- 4 Juraci Magalhães é o melhor dos candidatos ao Senado, possuindo considerável fôlha de serviços prestados à democracia;
- 5 O povo carioca deve eleger, para a Câmara Federal, representantes em condições de lutar contra o cerco econômico e político a que o Governo da União submete a Guanabara;
- 6 O Presidente João Goulart é o principal responsável pela indisciplina revelada por alguns chefes militares, como é o caso do General Osvaldo Ferreira Alves. Também lhe cabe a culpa por ter transformado certas seções das Forças Armadas em guarda-costas do seu cunhado Leonel Brizola.

(Leia, na página 3, a entrevista do Deputado Aliomar Baleeiro a A NOITE)

ONDE VOTARÃO

ANO LV — RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 1962 — N.º 17.044

Fonte: http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1962_17044.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.